

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Maio de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1118 • Director: Carlos Brito



Cabeças de Listas CDU

Pág. 28

ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE AS LEGISLATIVAS

Com o PCP com a CDU

no caminho da alternativa democrática



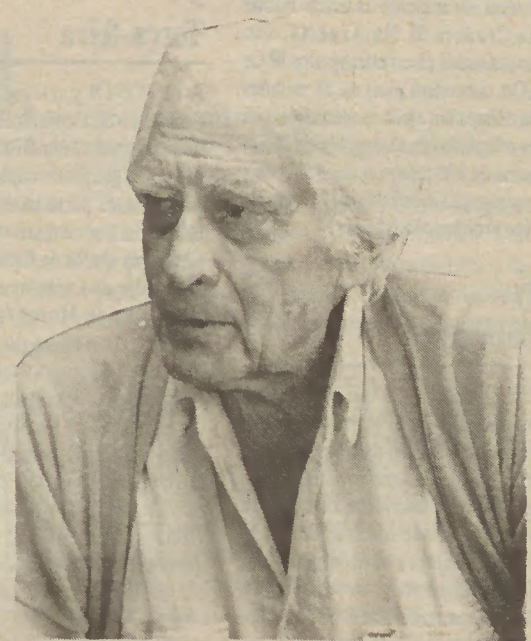
Págs. 5 e 16 a 22

SUPLEMENTO
1945
A VITÓRIA



Entrevista com Álvaro Cunhal

O PCP no Brasil



Págs. centrais

Alcança quem não cansa

O dinamismo do PCP é uma grande afirmação de capacidade, mas é também uma imprescindível resposta às necessidades da situação política presente.

A análise feita no Encontro Nacional e às orientações nele aprovadas mostram que aquelas necessidades vão persistir ou mesmo aumentar e que outro tanto tem que acontecer com o dinamismo dos comunistas.

No plano da pré-campanha eleitoral, segue-se: a ultimação das listas; a sua apresentação; a realização, a 17 de Maio, do jantar-convívio da CDU para apresentação do seu 1º manifesto de 1995; a efectivação, ao longo do mês, dos Encontros

despesas que a campanha eleitoral comporta.

Entretanto, o Encontro Nacional salientou também, na Resolução aprovada, «a necessidade de uma estreita coordenação do esforço eleitoral com a positiva contribuição e a iniciativa dos comunistas para o desenvolvimento das lutas populares», a atenção às medidas de reforço orgânico do Partido aprovadas na Conferência Nacional de Novembro, ao trabalho preparatório para assegurar o êxito da Festa do «Avante!» e à difusão da imprensa partidária, o «Avante!» e «O Militante».

No quadro desta orientação, adquirem uma especial importância todas as formas de encorajamento, apoio e solidariedade à semana de luta pelas 40 horas, de 5 a 9 de Junho, que a CGTP-IN anunciou no 1º de Maio.

Merece também particular realce o apoio à mobilização de eleitos e trabalhadores das autarquias para estarem presentes na Assembleia da República, a 12 de Maio, quando ali for debatido, em processo de ratificação, o celerado decreto 55/95, que estabelece o valor máximo de 20 mil contos para obras por administração directa das autarquias.

No mesmo dia 12 de Maio, o PCP leva a efeito, com apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, um importante Colóquio sobre segurança na Europa, também nas instalações da Assembleia e com um largo leque de convidados.

O enunciado de iniciativas, lutas e tarefas que aqui se regista, e que claramente não é exaustivo, mostra bem as grandes exigências de actividade e de trabalho do período que vai seguir-se até às eleições.

O dinamismo e a vitalidade de que o PCP está a dar mostras é já uma garantia de que os militantes comunistas e, em geral, os activistas da CDU estarão a altura de responder a estas novas exigências políticas, como é fundamental para vencer a desproporção em matéria de recursos financeiros e favores da grande comunicação social de que disfrutam o PSD, o PS e até o PP.

São indispensáveis uma boa planificação das diferentes fases da pré-campanha e da campanha, uma rigorosa definição de prioridades e, claro, uma muito atenta gestão das energias e esforços que não são ilimitados.

Com as linhas de força de uma nova política para a viragem à esquerda da vida do país levadas ao eleitorado com estes pressupostos, serão decisivos o trabalho, a determinação e a confiança, pois, como diz o povo, «alcança quem não cansa».

Um dos traços marcantes da presente situação política reside na grande vitalidade e no dinamismo de que o PCP está a dar provas. O Encontro Nacional sobre as próximas eleições legislativas realizado, no sábado passado, em Almada, com mais de mil participantes e convidados, avulta destacadamente nesta intensa actividade dos comunistas.

Mas, o mais notável, é que o Encontro foi antecedido de perto, acompanhado e já seguido de múltiplas iniciativas, incluindo várias que tiveram a participação do Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, e do Presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal.

Podemos dizer que nenhum campo sensível da vida do país e do interesse do nosso povo tem escapado à atenção, à iniciativa e à intervenção pronta do PCP, particularmente evidente no domínio da situação social (desemprego, salários em atraso, direitos e conquistas dos trabalhadores, luta salarial e pela melhoria das reformas e pensões), bem como nos problemas da agricultura, das pescas, na defesa do sector industrial e em relação ao ensino, à saúde e à segurança social.

A tudo isto junta-se, é claro, com uma importância crescente, todo o trabalho preparatório das eleições incluindo, naturalmente, a organização das listas e apresentação dos primeiros candidatos.

Notoriamente, foi também o PCP o único partido que, em Portugal, assinalou, com actividades próprias, o final da 2ª Guerra Mundial e a vitória sobre o nazi-fascismo, demonstrando o alto sentido internacionalista e a perspectiva confiante com que acompanha os problemas que desafiam o mundo e os perigos que avassalam a humanidade.

«Mas apesar de tudo, há hoje no mundo possibilidades reais de barrar o caminho ao avanço das forças da guerra e do fascismo e de prosseguir a luta por avanços da civilização. Confiamos na força dos trabalhadores, dos povos, dos sindicatos, da pessoa humana» - salientou Carlos Carvalhas na Declaração que produziu ao inaugurar a exposição documental organizada pelo PCP e cujo texto publicamos na íntegra, no suplemento «1945 / a vitória», que faz parte da presente edição do «Avante!».

Esta intensa actividade dos comunistas não tem nada a ver com qualquer surto de frenesim passageiro.

Desiludam-se os que forem tentados a pensar dessa forma, como já se desiludiram os que contra toda a evidência andaram meses a fio a falar de um «partido apagado».



O PCP definiu a estratégia para as legislativas, num Encontro Nacional de Quadros, em Almada

RESUMO

3 Quarta-feira

Na AR, o PCP reivindica medidas contra a seca ■ A CDU anuncia os seus cabeças de lista às eleições legislativas ■ Os Vidreiros da Pereira Roldão cortam a Estrada Nacional 1, depois de exporem a crise da empresa ao Governo Civil de Leiria ■ A CGTP-IN anuncia que vai apresentar uma queixa ao provedor de Justiça com o fim de impedir a privatização do Hospital Amadora-Sintra ■ O Supremo Tribunal de Justiça confirma a sentença que condenou os arguidos do «caso Emáudio» ■ A captura do atum no Algarve é relançada por uma empresa luso-nipónica ■ A Croácia e os Sérvios da Krajina concordam numa «cessação total das hostilidades» ■ No Ulster, registam-se confrontos entre manifestantes partidários do Sinn Féin e a polícia, depois de uma manifestação pela libertação dos presos políticos ■ As eleições municipais na Inglaterra e no País de Gales dão a vitória ao Partido Trabalhista ■ Em França, Le Pen anuncia que vai votar em branco nas eleições de domingo.

4 Quinta-feira

Zagreb proclama a sua rendição ■ O ministro da Defesa turco anuncia a retirada total das tropas do Norte do Iraque ■ A televisão da Serra Leoa anuncia o massacre de cerca de 150 pessoas, em Koidu, pela Frente Revolucionária Unida ■ Grozni volta a assistir a intensos combates entre forças russas e independentistas.

5 Sexta-feira

No Parlamento, durante uma discussão sobre a «guerra da palmeira», o PCP defende a reforma da Política Comum das Pescas ■ A EDP reduz para metade o ritmo dos trabalhos na barragem de Foz Côa ■ Xanana Gusmão ameaça entrar em greve da fome, se as autoridades indonésias não o deixarem ser tratado por médicos particulares ■ A ONU detecta um aumento da tensão militar na Croácia ■ Na Argélia, são assassinados cinco estrangeiros ■ Os EUA concedem mais de 28 milhões de dólares em ajuda humanitária para os refugiados da ex-Jugoslávia ■ Em nome de 103 países, o Canadá pede a prorrogação indefinida do Tratado de Não Proliferação Nuclear.

6 Sábado

Em Almada, o PCP começa a definir estratégias para as legislativas, num Encontro Nacional de Quadros ■ Os moradores do Lagarteiro, no Porto, montam uma barricada à entrada do bairro, tomando medidas contra os narcotraficantes e toxicodépendentes ■ São inaugurados três novos lanços do IP 4, entre Vila Real e Mirandela ■ José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi encontram-se em Lusaca, concretizando a cimeira angolana ■ São descobertas no metropolitano de Tóquio substâncias tóxicas que

poderiam ter provocado milhares de mortes ■ Na Croácia, prosseguem as movimentações militares ■ A Liga Árabe pede uma reunião urgente da ONU para pressionar Israel a renunciar à decisão de confiscar terras árabes em Jerusalém Ocidental.

7 Domingo

Álvaro Cunhal dá uma conferência sobre «A Fortaleza de Peniche enquanto prisão política e a fuga de 1960» ■ A Indonésia autoriza Xanana Gusmão a receber tratamento fora da prisão ■ Jacques Chirac vence as eleições presidenciais francesas ■ O Egipto afirma o seu «total desacordo» com a decisão de Israel de confiscar 53 hectares de terras em Jerusalém Oriental ■ Sarajevo é atingida por presumíveis forças sérvias.

8 Segunda-feira

O Grupo Parlamentar do PCP visita o complexo industrial da Quimigal ■ Carlos Carvalhas inaugura, em Lisboa, uma exposição comemorativa da vitória sobre o nazi-fascismo ■ A CGTP anuncia que irá decorrer, em Junho, uma semana de luta pelas 40 horas semanais de trabalho ■ A ministra do Ambiente anuncia que a incineradora de resíduos industriais irá ser construída em Estarreja ■ O Exército português embarca o material de que necessita para participar na missão da ONU que irá supervisionar a aplicação do Protocolo de Lusaca, em Angola ■ Em Paris e Moscovo comemora-se oficialmente o 50º aniversário da rendição alemã, na II Guerra Mundial ■ Na Nicarágua, inicia-se uma greve nos transportes, o que reflecte as críticas ao Governo de sectores cada vez mais amplos da sociedade ■ Militantes de organizações religiosas judaicas afirmam que pretendem reconstruir o Templo na Esplanada das Mesquitas ■ Realizam-se as eleições legislativas nas Filipinas, num clima de grande violência.

9 Terça-feira

A CGTP-IN participa no VIII Congresso da Conferência Europeia de Sindicatos, em Bruxelas ■ O primeiro grupo de capacetes azuis portugueses parte para Luanda, a bordo de um cargeiro romeno ■ Cinquenta chefes de Estado assistem ao desfile dos veteranos na Praça Vermelha de Moscovo ■ Associações de defesa do ambiente criticam decisão de instalar a incineradora de resíduos industriais em Estarreja sem a existência de um plano nacional de redução de resíduos ■ Deputados do grupo parlamentar do PCP, em visita a Alcácer, avaliam esforços da autarquia no combate ao desemprego ■ A África do Sul decide dar apoio maciço à desminagem de Angola ■ Inicia-se 8º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em Bruxelas ■ Xanana Gusmão regressa à prisão, sem que tenham sido divulgadas informações sobre o seu estado de saúde.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'y
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Héla Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Os tutores da democracia

A introdução feita por Maria Elisa Domingues à entrevista com Carlos Carvalhas no «Prova Oral» merece ser retida não apenas como uma peça de antologia das técnicas para procurar condicionar previamente o juízo dos telespectadores mas também e sobretudo como um chocante exemplo de como o casamento do preconceito político com a arrogância intelectual vai colocando alguns profissionais de comunicação na atitude de ilegítimos tutores da vida democrática.

Andou bem o Secretário-geral do PCP em, no arranque da entrevista, não dar confiança a um tão denso novelo de incompreensões, caricaturas e deturpações e em apostar que as suas posteriores e impressivas abordagens dos problemas vivos do povo e do país e das reais posições do PCP se encarregassem de pôr as coisas no seu sítio.

Mas agora, noutra contexto de reflexão e intervenção, parece-nos justificado um comentário directo à referida introdução.

Nela, para além de repetidos e previsíveis aforamentos de um empedernido dogmatismo na maneira de olhar e avaliar o PCP, o que é extraordinariamente grave e inquietante é a tentativa de justificar e legitimar as discriminações mediáticas contra o PCP.

Com efeito, depois de referir que o PCP se considera «vítima de um feroz silenciamento

mediático», Maria Elisa logo sentenciou que «*nós, jornalistas, provavelmente consideramos que as intervenções do Partido Comunista, de tão repetidas e previsíveis, não despertam grande entusiasmo nos telespectadores. E não é a febre das audiências que nos condiciona. É a conhecida dificuldade de conseguir dos comunistas portugueses qualquer alteração do discurso habitual*». Um pouco mais à frente, desvendando que afinal a questão não seria propriamente de «discurso» mas de linha e orientação políticas, Maria Elisa já estava a acusar o PCP de não ter operado o «*processo de modernização*»(?) protagonizado por outros partidos comunistas - caso do PDS italiano (ex-PCI) - que teriam entrado em «*ruptura total com a visão estatizada da vida política e económica que o PCP ainda defende*» (?!?!).

Deixemos de lado a questão de saber que impressionante entusiasmo despertaria nos telespectadores e que apaixonado interesse suscitaria à equipa do «Prova Oral» um PCP tristemente convertido numa cópia ou satélite do PS. Deixemos de lado a impenitente crispção que leva alguns a serem incapazes, não de uma concordância ou apreço que ninguém lhes pede, mas de um esforço sério para identificar e compreender as verdadeiras posições e orientações do PCP.

Fixemos sobretudo que nas palavras de Maria Elisa, o que está, preto no branco, é a imposição ao PCP de critérios de alegada novidade e imprevisibilidade que não se aplicam a mais ninguém, é a mudança de orientação e de identidade de um partido como preço do seu benefício do pluralismo, é a ofensa ao direito de comunicação de um partido e ao direito dos cidadãos à informação, um e outro friamente assassinados no altar dos critérios preconceituosos e arbitrários de alguns profissionais da informação.

Num ponto admitimos concordar com Maria Elisa. É quando jura que não é «*a febre das audiências*» que os condiciona. Pela simples razão de que era o que mais faltava que fosse por critérios de audiências televisivas que o PCP, terceiro partido em termos de audiência eleitoral, fosse discriminado de um programa que tem uma audiência abaixo dos 3,5% e, por isso, não consegue figurar entre os 40 programas mais vistos do Canal I.

Tudo visto, é caso para terminarmos perguntando: será que por detrás desta mulher interessante, inteligente e acutilante se esconde uma jornalista que, no que respeita a ideias sobre o PCP, ainda vai ser capaz de nos surpreender?

■ Vítor Dias

Utilidade e eficácia

Dizem os arautos da chamada «esquerda moderna» - guterristas, neoguterristas, futuros ex-guterristas e pré-pós guterristas - que: 1) o que é preciso é derrotar o PSD; 2) quem está melhor colocado para isso é o PS e 3) portanto o voto no PS é o «voto útil». Esta trempe de conclusões é, respectivamente: 1) meio verdadeira; 2) meio falsa e 3) totalmente falsa.

Vejamos porquê. Se é verdade que derrotar o PSD é um objectivo da Esquerda nestas eleições, é também óbvio que a esse objectivo, assim expresso, falta a outra metade da verdade: o que é preciso é derrotar o PSD e, simultaneamente, derrotar a política de direita. Por outro lado, se é verdade que o PS é o partido melhor colocado para protagonizar a primeira metade desse objectivo, é óbvio também que não é assim, nem pouco mais ou menos, no que ao objectivo global da Esquerda diz respeito, isto é: o PS, seja qual for o resultado eleitoral que vier a obter, seja ou não seja o partido mais votado, não tem condições, não quer, não sabe sozinho mudar de política, substituir a política de direita por uma política de esquerda. Por outro lado ainda, se o que está em jogo nestas eleições, o que é essencial, é derrotar o PSD e derrotar a política de direita, mostra a realidade, a vida, a experiência, a prática concreta dos vários partidos, que só há um voto útil para alcançar esse objectivo: o voto na Esquerda. Na Esquerda... Esquerda. Na Esquerda que, porque o é, é implícita e intrinsecamente moderna e democrática e não precisa de se vestir de adjectivos roupagens; na Esquerda assente em valores como a justiça e o progresso social, a solidariedade, a fraternidade, a democracia e a liberdade em todas as suas vertentes; na Esquerda que em momento algum se confunde ou permite que a confundam com a Direita; na Esquerda que o é por estar sempre, e

seja qual for a situação, do lado dos trabalhadores, dos humilhados e ofendidos, dos explorados... e contra os exploradores; na Esquerda que luta todos os dias e todos os dias se assume na defesa dos seus valores e dos seus objectivos; na Esquerda que nunca terá nem quer ter o voto dos champalimauds e companhia, mas que pode e deve lutar honestamente pelo voto de cada vez mais trabalhadores, de cada vez mais cidadãos e cidadãos vítimas da política de direita. É, assim, totalmente falsa a tese da utilidade do voto no PS e mostra a realidade que o único voto útil para derrotar o PSD e a política de direita é o voto na CDU.

Podemos mesmo dizer, com rigor e verdade, que se o voto no PS tem uma — e só uma — utilidade (contribuir para derrotar o PSD), o voto na CDU apresenta três utilidades; conta, tal como o do PS, para derrotar o PSD; é decisivo para derrotar a política de direita e impor uma política de esquerda; e tem um valor e uma utilidade que vão muito para além das eleições e das soluções políticas delas decorrentes, na medida em que quanto maior for a votação na CDU mais força terá a luta que no futuro, e seja qual for o resultado eleitoral, teremos de continuar a travar.

É não vale a pena recorrer ao malabarismo de substituir «útil» por «eficaz» numa tentativa desesperada de escamotear o problema central que está em causa. É que na situação concreta que vivemos — em que o objectivo fundamental é derrotar a direita e a política de direita — a utilidade e a eficácia são complementares e indissociáveis. O que quer dizer que para o objectivo referido o único voto útil e eficaz é o voto na CDU.

■ José Casanova

Viva a República

Que uma Sr^a Isabel e um Sr. Duarte tenham decidido unir-se pelo matrimónio, é um acontecimento da vida de duas pessoas com o qual o país (felizmente) nada tem.

E se a nossa atenção é atraída, involuntariamente, para o nubente serôdio, isso tem menos a ver com espanto, do que com o com-prazimento exibido pelo próprio em relação aos seus antecedentes trágico-marítimos.

Não surpreende, também, que na esteira revivalista dos brandos costumes nacionais - propensos a esquecer rapidamente antepassados menos recomendáveis - não falte quem queira desejar aos noivos as felicidades.

Mas o facto do Sr. Duarte se apresentar como «pretendente» a uma coisa que não existe - o

«trono» português -, da Sr^a Isabel posar para as câmaras como «rainha» e do casamento ser justificado pela necessidade de «assegurar a sucessão real», faz o caso mudar de figura.

Por bem menos há quem ande a deambular pelos pátios do Miguel Bombarda e do Conde Ferreira, com indumentária a condizer...

Torna-se o caso ainda mais notório, quando se juntam cumplicidades e apoios públicos para conferir «dimensão de Estado» à união e, com esse pretexto, assegurar aos «herdeiros» da extinta dinastia uma bacoca e chocante vassalagem mediática.

Que direito pode exhibir este Sr. Duarte, para além de algum cromossoma do Sr. D. Miguel ou da Sr^a Dona Carlota Joaquina - que Deus tenha! -, para reservar e

decorar os Jerónimos, utilizar os claustros para a boda, e engalanar o exterior com pendões dos seus antepassados - nem mais antigos, nem seguramente mais honestos e trabalhadores do que os de qualquer outro português?

E como justifica o canal público de televisão a transmissão directa da cerimónia, os sucessivos programas promocionais em horário nobre e a vultuosa mobilização de meios técnicos e humanos? Quanto custa e a quem vai ser apresentada a factura? Ou dar-se-á o caso da produção ser conjunta com a SIC, e do Guilherme Leite irromper pela nave dos Jerónimos dentro por entre convidados das mais «finas estirpes», ultrapassar o Soares e o Cavaco e pespegar-se junto do Cardeal para entregar o cheque aos noivos, oferta de uma conhecida casa de móveis?

Ou será que tudo isto não passa de uma competição com *nuestros hermanos*, que não há muito exportaram com sucesso o casamento de uma infanta?

Ou mais uma vez é a velha aliança com a Inglaterra, que está a marcar o destino nacional?

Pois se é verdade que não existe entre nós uma casa de Windsor, nem uma telenovela real com fogosas Fergies, Dianas de olhos azuis alternadamente boas e más pessoas e outras edificantes personagens, não deixa ainda assim a nobreza nacional de ter potencialidades.

E um «pretendente» pachola, de uma monarquia que morreu de irremediável decadência, não é mesmo a figura que estava a faltar à comédia nacional?

■ Edgar Correia

VITÓRIA

Fascismo nunca mais!

1. Foi há 50 anos. Com a rendição total e incondicional da Alemanha nazi assinada 8 de Maio de 1945 em Berlim, praticamente terminava a guerra mais mortífera, destruidora e desumana de sempre. Trata-se de um acontecimento maior na História da Humanidade; ninguém, sobretudo na Europa, que foi o palco principal da tragédia, pode ignorá-lo ou escapar à sua evocação.

2. Nós, comunistas - e conosco toda a humanidade progressista -, fazemo-lo com a alegria e o legítimo orgulho do papel incomparável desempenhado pelo movimento operário e comunista na Resistência e na Libertação e pela contribuição decisiva da URSS socialista para a derrota do nazi-fascismo. Outros, que nunca se conformaram com o desenlace libertador da II Guerra Mundial, e com o desenvolvimento impetuoso do processo de emancipação nacional e social dos povos que ele determinou, têm naturalmente outra atitude. Fazem como o PSD em relação às recentes celebrações do 25 de Abril e do 1º de Maio: procuram instrumentalizar estas datas para objectivos em tudo contrários ao seu significado histórico. Obrigados a evocar a efeméride, deformam-lhe o conteúdo histórico real, lançam-se em sofisticadas operações de desculpabilização e branqueamento do fascismo, omitem as responsabilidades do grande capital que formou e alimentou a besta fascista com o objectivo de golpear o movimento operário e democrático e destruir o país dos soviéticos. E para justificar as suas pretensões de instaurar uma «nova ordem mundial imperialista», alimentam sistematicamente a ideia de que fascismo e comunismo seriam apenas duas formas de uma mesma realidade «totalitária». «O mal não desapareceu com os nazis, o comunismo... continua a espreitar-nos» (Al Gore, Vice-Presidente dos EUA, nas celebrações do passado dia 6 em Londres).

3. Nestes dias escreve-se muito sobre a II Guerra Mundial, mas quase nada sobre as suas raízes socioeconómicas e ideológicas. Fala-se muito de Hitler, apresentado como um psicopata responsável pelos mais hediondos crimes, mas o esclarecimento das circunstâncias históricas que produziram o partido nazi e os apoios com que contou para se assenhorear do poder e desencadear a guerra é quase nulo. As excepções contam-se pelos dedos da mão. É o caso do artigo «crimes sem castigo» publicado no *Monde Diplomatique* de Maio em que o articulista, um membro da RAF britânica (Royal Air Force) que participou na ofensiva final contra o III Reich, chama a atenção para as responsabilidades do grande capital alemão. «Sem o potencial científico, financeiro e industrial do grande capital alemão, aliado às suas ramificações comerciais internacionais, a máquina de guerra nazi não poderia ter nascido. O Partido nacional-socialista e o grande patronato entraram numa relação de simbiose como o mundo jamais tinha conhecido». Abordando o caso concreto do maior empório da indústria química, a IG Farbenindustrie, o autor mostra que esta empresa, chegou ao ponto de escolher o local do campo de concentração de Auschwitz e mobilizar directamente mão de obra dos campos da morte.

4. A Humanidade progressista comemora o 50º Aniversário da Vitória com uma palavra de ordem que está bem enraizada na consciência e na vontade dos portugueses: «Fascismo, nunca mais!» Mas é necessário não esquecer que o fascismo nasceu nas entranhas do capitalismo, se desenvolveu e conquistou o poder pela mão do grande capital monopolista e foi justamente caracterizado em 1935 pelo VII Congresso da Internacional Comunista como «a ditadura terrorista do capital financeiro».

A História não se repete. É, porém, oportuno alertar para os perigos que aí estão com o ressurgimento do racismo e o neofascismo, a regressão social e autoritária, a expansão da NATO, a militarização da União Europeia, a arrogante ingerência nos assuntos internos dos povos. Tudo isto num quadro de acelerada concentração e centralização do capital em grandes conglomerados internacionais ávidos de lucro e de poder. Torna-se por isso necessário manter bem vivas as lições da experiência, não permitir que a História seja revista à luz de interesses reacçãoários e, sobretudo, unir e mobilizar consciências e vontades em defesa e pelo aprofundamento da democracia, para que fascismo nunca mais!

■ Albano Nunes

Declaração de Carlos Carvalhas

Generalizar a educação pré-escolar pública

Carlos Carvalhas divulgou, quinta-feira da passada semana, no espaço cultural do CT Vitória, uma declaração defendendo a necessidade de generalizar a todas as crianças de 5 anos de idade a educação pré-escolar pública. No encontro com os jornalistas, em que foi apresentado o texto que transcrevemos, estiveram ainda Edgar Correia, da Comissão Política, o deputado António Filipe, Elvira Nereu, do CC, António Abreu, vereador comunista na CM de Lisboa, e Amália Valegas, educadora, membro da Comissão para a Educação pré-escolar do PCP.

A revolução científica e tecnológica em curso e a crescente internacionalização e globalização que caracteriza a vida do nosso tempo, tornam mais urgente uma política que coloque a educação entre as principais prioridades nacionais e permita ultrapassar os atrasos que caracterizam a educação e a formação no nosso país.

Os atrasos que há que vencer não se devem à ausência de princípios constitucionais e de leis orientadoras estabelecendo uma política educativa democrática, apontando para a necessidade da

elevação da frequência e da qualidade do sistema educativo e fixando, em particular, que é necessário começar pela base, ou seja, pela educação dos primeiros anos.

A Constituição da República Portuguesa determina, como se sabe, que "todos têm direito à educação" e incumbe o Estado, nomeadamente, de "criar um sistema público de educação pré-escolar". E a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada por largo consenso na Assembleia da República, sublinha o direito a uma justa e efectiva

igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar e releva o papel da educação pré-escolar, como factor importante no desenvolvimento integral da criança e como contributo, também, para diminuir o insucesso escolar.

A orientação que o PSD tem seguido desde há década e meia na área da Educação, na medida em que tem negado à maioria das crianças o acesso à educação pré-escolar, tem-se caracterizado por um claro desrespeito por esses objectivos democráticos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Mas porque se generaliza na população portuguesa a consciência da importância da educação pré-escolar, o PSD vem procurando iludir o País, quer invocando falsas taxas de cobertura neste sector educativo, quer anunciando agora planos mistificatórios para o seu alargamento.

Contrariamente ao que disse ainda recentemente o Primeiro-Ministro e como se pode observar pelas mais recentes estatísticas do Ministério da Educação, a taxa de escolarização não excede os 30% e a capacidade de cobertura da rede pública dos jardins de infância do Ministério da Educação apenas atinge os 24%.

Por outro lado, o Governo do PSD tem vindo a apresentar metas de frequência que não pensa cumprir. No PRODEP II o objectivo fixado para daqui a cinco anos é de 80% a 90%, mas o Governo sabe que ficou longe de atingir a meta de expansão da educação pré-escolar a que se propôs no PRODEP I, apesar de dispor de fundos comunitários, que não existem agora no II OCA. Além disso, o Governo sabe igualmente que diminuiu as verbas do Orçamento do Estado para investimentos do plano no presente ano, passando dos inacreditáveis 50 mil contos de 1994 para apenas 30 mil em 1995. E é revelador que uma proposta apresentada pelo PCP na AR para contrariar este panorama tenha acabado por ser inviabilizada com os votos contra do PSD e do PP e a abstenção do PS.

Mas o que surge como particularmente mais grave e mistificatório nos propósitos do Ministério da Educação é o facto do Governo pretender de facto transferir para outras entidades as suas incontornáveis responsabilidades constitucionais, no que respeita à criação de um sistema público de educação pré-escolar. E tentar fazer crer que o alargamento da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar compete somente a outras entidades, nomeadamente às autar-



O secretário-geral do PCP acusou o Governo de iludir o país invocando falsas taxas de cobertura neste sector educativo

quias locais (às quais, aliás, são negados os meios para poderem intervir mais e melhor) e às IPSS, muitas das quais irão repercutir sobre as famílias o custo da educação pré-escolar (as "mensalidades").

Ao contrário de outros, como o PS, que criticam o PSD mas que assumem posições convergentes com as do Governo no que respeita à desresponsabilização do Estado na área educativa e em particular no sector do pré-escolar, o PCP entende que o acesso da generalidade das crianças à educação pré-escolar, para mais nas condições concretas do nosso país, depende em grande medida da existência de uma rede pública e da plena assunção pelo Governo das responsabilidades determinadas pela Constituição.

O PCP sublinha vivamente a ideia de que as condições para o sucesso educativo, se começam a construir logo nos primeiros anos.

Por isso, foi por nós apresentado na Assembleia da República o Projecto de Lei nº 314/VI, com medidas para o desenvolvi-

mento da rede pública de Educação Pré-Escolar.

E reiteramos hoje, perante o País, a importância da implementação de um conjunto de seis medidas imediatas em relação ao pré-escolar:

1ª - O alargamento a todo o território nacional de uma efectiva rede pública, de carácter gratuito, começando por garantir no mais curto espaço de tempo a educação pré-escolar a todas as crianças de 5 anos; e completada esta, proceder à generalização da educação pré-escolar a todas as crianças com 3 e 4 anos de idade; neste sentido deve proceder-se à elaboração de um plano de educação pré-escolar, previsto legalmente desde 1979, que faça o diagnóstico da situação existente e programe a afectação plurianual de meios.

2ª - A imediata publicação pelo Ministério da Educação das portarias necessárias para a criação e preenchimento de lugares de educadores em jardins de infância abertos por autarquias e para a colocação do correspondente pessoal auxiliar.

3ª - O estabelecimento de medidas que adequem os horários dos jardins de infância às necessidades das famílias, nomeadamente através de actividades complementares das actividades educativas.

4ª - O desenvolvimento de um programa que valorize os educadores, seja no plano da formação inicial e contínua, seja no das condições de trabalho.

5ª - A implementação das acções necessárias à melhoria de qualidade dos serviços educativos prestados em todos os estabelecimentos, incluindo os de iniciativa privada e das IPSS, tendo como referencial a Lei de Bases do Sistema Educativo.

6ª - E a promoção do estudo, debate e implementação de medidas com o objectivo de articular adequadamente o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

Já alguém afirmou, e bem, que a rota do sucesso educativo passa pela educação pré-escolar. Tornemo-la, então, uma realidade para todas as crianças portuguesas, é o desafio que aqui deixamos.

Câmara de Aveiro aliena terrenos à revelia do PDM

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP está contra o processo de alienação dos terrenos municipais do Cojo, situados no centro da cidade, considerando que esta zona «constitui uma área particularmente sensível onde qualquer intervenção urbana deve ser particularmente cuidada e motivadora de consensos quer ao nível do poder autárquico que ao da própria população».

Segundo o PCP, a Câmara Municipal «pretende, acima de tudo, fazer dinheiro através da alienação de terrenos municipais naturalmente valiosos, definindo condições que para suscitar os apetites dos investidores se configuram desajustadas a uma adequada solução urbanística para o local».

Receando que «a prosseguir este caminho, o Cojo será betão sobre betão», os comunistas sublinham que «o que lá se vier a construir perdurará durante muitas décadas, porventura a acusar esta geração de autarcas por não ter querido fazer melhor».

Por outro lado, este processo viola claramente o Plano Director Municipal, aprovado há apenas três, e que define a referida área como objecto da elaboração de um plano de pormenor, abrangendo os terrenos que particulares possuem no local.

Contudo, ao definir condições de construção, a Câmara está a anular aquela directriz do PDM, com a agravante de definir bases de intervenção apenas na parte dos terrenos municipais.

Quer o CDS, força maioritária na Câmara, quer as outras forças políticas (PSD e PS) que defenderam a correcção das insuficiências do PDM através de uma eficaz planificação nos planos de urbanização e planos de pormenor, esquecem agora os seus discursos e enteram o documento.

A Comissão Concelhia do PCP explica que a elaboração de um Plano de Pormenor obrigaria um período de inquérito público, durante o qual os aveirenses se poderiam pronunciar e fazer as suas reclamações, as quais, por sua vez teriam de se objecto de deliberação da Câmara.

Com o processo de alienação, a edilidade contorna a necessidade de consulta pública, reduzindo-a a uma mera exposição dos modelos concorrentes, tal como evita a aprovação pela Assembleia Municipal da versão final do Plano de Pormenor.

O PCP é assim a única força política que se mantém coerente com o seu compromisso eleitoral de «pugnar para que os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor se integrassem de forma harmoniosa no PDM, impedindo a apropriação do concelho por interesses privados, salvaguardando espaços para a fruição da cultura, do desporto, do lazer e dos tempos livres, fixando regras claras que impeçam que o concelho se transforme numa selva de cimento».

Geadas e indiferença do Governo desesperam agricultores

Manifestando solidariedade com os agricultores vítimas das recentes geadas que provocaram avultados prejuízos no vinho, frutas e batata, a DORBraga exige medidas eficazes do Governo para cobrir as perdas de «todos os afectados e não só para alguns grandes absentistas da terra como sempre tem feito».

Esta regional do PCP recorda que «ano após ano, os agricultores têm visto os seus rendimentos sucessivamente diminuídos». O endividamento é cada vez maior, e o sector não dispõe de um seguro eficaz que cubra os prejuízos resultantes de constantes acidentes climáticos.

Os comunistas dão nota do desespero reinante sobretudo entre os pequenos agricultores, que não vêem respostas concretas por parte do Governo, como de resto ficou claro nas declarações do ministro da Agricultura em Moimenta da Beira.

Contrariando esta política, o PCP, através do seu grupo parlamentar, apresentou na Assembleia da República um completo programa de emergência para apoio aos agricultores vítimas da seca e das geadas, propondo, entre outras importantes medidas, um moratória por dois anos sem juros ao pagamento das dívidas contraídas na aquisição de sementes e outros factores de produção, bem como junto das instituições financeiras.

É ainda proposta a concessão de um subsídio a fundo perdido em função dos prejuízos registados, a suspensão do IRS e IRC referentes ao presente ano fiscal, a alteração urgente do seguro agrícola de colheita e a defesa junto da União Europeia de medidas excepcionais de apoio à agricultura e aos agricultores portugueses.

Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas

Preparar uma batalha por uma nova política

O Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas realizado no sábado, passado no edifício da Academia Almadense, em Almada, envolveu a presença de mais de mil militantes do PCP que se envolveram na discussão dos mais variados aspectos da participação do Partido na próxima batalha eleitoral. Uma discussão que veio já detrás, como referiu Luís Sá quando fez o relato dos trabalhos da secção em que participou, através das inúmeras reuniões feitas em todas as estruturas partidárias para preparação desta iniciativa e que vai ter de continuar em todo o Partido, para permitir o aperfeiçoamento das ideias fundamentais agora definidas e possibilitar a sua concretização efectiva.

A primeira sessão plenária, presidida por Francisco Lopes, da Comissão Política, foi ocupada essencialmente com um conjunto de intervenções centrais, entre as quais a do camarada Álvaro Cunhal, que publicamos nesta edição do «Avante!»

A presidente da Câmara de Almada, Maria Emília de Sousa saudaria o encontro e recordaria que o PCP tem, em Almada, «mais um exemplo vivo de como o Poder se pode e deve exercer, quer no Poder Local quer no Poder Central. Isto é, com empenhamento e dedicação, com tolerância e com diálogo, com firmeza e luta, com real transparência,

com verdade e com isenção, com participação dos cidadãos e das instituições». Seria também lida uma saudação de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, impedido de participar no Encontro por compromissos anteriormente assumidos ao serviço da Central Sindical.

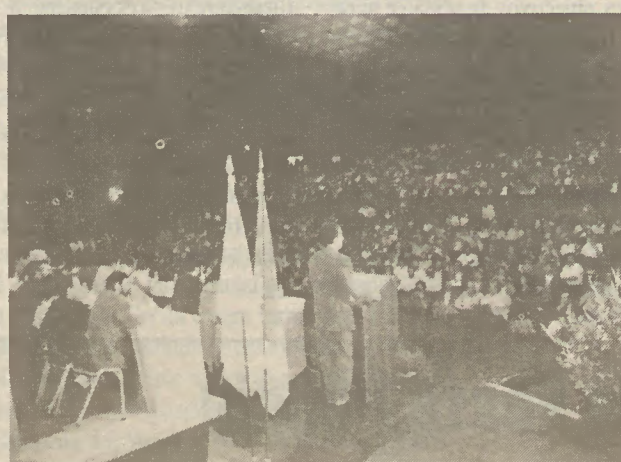
Henrique de Sousa, do secretariado do Partido, falaria sobre a campanha eleitoral e Edgar Correia, da Comissão Política, de questões programáticas (ver peça «cinco objectivos fundamentais»).

Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, abordaria o trabalho dos comunistas na Assembleia da

República. «O que ressalta é que, apesar da sua redução numérica relativamente à anterior legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP confirmou na prática o empenhamento necessário e a capacidade suficiente de todos os deputados comunistas para colectivamente darem concretização aos compromissos eleitorais assumidos pelo PCP e para corresponderem às múltiplas exigências políticas que na frente parlamentar se colocaram ao nosso Partido», disse Octávio Teixeira.

Em termos quantitativos «o nosso Grupo Parlamentar não teme qualquer comparação relativa, e mesmo absoluta, com a dos restantes Grupos Parlamentares, incluindo os do PS e do PSD com muito maior número de deputados» e em termos políticos «mostrou uma clara superioridade sobre os restantes Grupos da oposição parlamentar», referiu.

A maioria dos projectos de lei apresentados pelo PCP tem a ver «com os direitos dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, dos cidadãos socialmente marginalizados e excluídos e com a juventude» e por outro lado «os deputados comunistas tenham estado



sempre na linha da frente a levar à Assembleia da República as lutas e os protestos da população ofendida e injustiçada por medidas e políticas de direita, a promover o debate e a assumir a defesa dos direitos dos trabalhadores da Função Pública, da Lisnave, da Renault, da Torralta, da Telecom, das Minas do Pejão, da Manuel Pereira Roldão e de tantas e tantas outras empresas cujos trabalhadores são sujeitos à prepotência e à incúria do patronato, do Governo e do PSD».

Verdadeira oposição

Ainda sobre os aspectos políticos da actividade do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira considerou que «os deputados comunistas não apenas fizeram oposição clara ao Governo e ao PSD como permanentemente, e

sem reservas, combateram a sua política de direita», ao contrário de outras forças da oposição. Razões que levaram o orador a considerar que «uma nova política só é possível com o reforço eleitoral da CDU e do Grupo Parlamentar do PCP».

Ainda de manhã usariam da palavra Ana Serrano, jurista e representante do PCP na Comissão Nacional de Eleições, sobre os problemas da fiscalização do acto eleitoral; João Frazão, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, (ver peça intitulada «Juventude tem papel decisivo»); Adelaide Pereira, da Comissão junto do CC, sobre os problemas e a luta das mulheres e Manuel Francisco Guerreiro, sindicalista comunista, sobre os trabalhadores e a campanha da CDU.

À tarde realizou-se um muito participado debate em secções, a primeira, intitulada «Temas e Ideias da Campa-

nha», e a segunda, «Imagem, comunicação e organização da Campanha».

Na primeira secção, a mesa foi constituída por Luís Sá (que seria o relator), Edgar Correia, João Frazão e Octávio Teixeira. A segunda por José Casanova (relator), Domingos Abrantes, Octávio Augusto e Vítor Dias.

Por fim, realizou-se a segunda sessão plenária, presidida por Carlos Brito, onde os relatores informaram da participação dos militantes no debate em secções. Quer José Casanova quer Luís Sá sublinharam a grande quantidade de intervenções, ficando, por manifesta falta de tempo, muita gente que se inscrevera para falar impedida de o fazer.

A sistematização do elevado número de contributos e de alterações à Resolução vai agora ser integrada no trabalho do Partido e reflectir-se-á também no Programa Eleitoral da CDU. Tal foi explicado pelos relatores e também, na matéria que diz respeito à alterações à Resolução, por Carlos Brito que, antes de dar a palavra ao secretário-geral do Partido, pôs o documento à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Interveio depois Carlos Carvalhas, cujo discurso, bem como a Resolução do Encontro, inserimos nesta edição do «Avante!».

Juventude tem papel decisivo

João Frazão, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, falou neste Encontro do papel da juventude na próxima Campanha Eleitoral afirmando que «esta campanha eleitoral deve constituir uma grande campanha de massas de afirmação do nosso projecto, de esclarecimento e sensibilização dos jovens para os problemas, procurando pôr em marcha uma dinâmica de exigência de uma política de esquerda, e que o faça de forma alegre, viva, criativa, determinada e confiante, em tom de festa, também no seguimento das importantes lutas juvenis dos últimos anos. Que se dirija aos jovens onde eles se encontram, seja nas escolas do Ensino Secundário e Superior ou nas Empresas, mas também nas praias, jardins e esplanadas. A Juventude CDU cabe este papel insubstituível de contacto directo, de ganhar apoios, de envolver outros jovens, no qual os candidatos jovens darão um contributo muito importante».

João Frazão anunciou já algumas iniciativas integradas na campanha específica para a juventude, entre as quais se inclui, desde logo, o Festival da Juventude CDU, que a 20 de Maio decorrerá em Lisboa, e que constituirá o arranque nacional da Juventude CDU, «dando-lhe projecção pública e criando uma dinâmica nacional em torno desta iniciativa, que no espaço do Parque Eduardo VII juntará a Festa ao Debate, o Comício ao Desporto, o Piquenique ao Espectáculo», disse.

A consideração da Festa do Avante como momento importante para o contacto com milhares de jovens; a criação de Comissões Locais da Juventude CDU, que assumam a dinamização da campanha; a constituição de uma lista nacional de

apoiantes, reunindo 1000 activistas do movimento juvenil; a elaboração de um compromisso da juventude CDU, que integre as nossas principais propostas da Coligação e a utilização de linguagem e grafismo «fortes e incisivos» foram outras ideias defendidas por esta intervenção.

«A intervenção dos jovens nesta campanha é muito importante. Das suas energias, criatividade, vontade e generosidade pode e deve o Partido esperar um importante contributo. Faremos desta campanha eleitoral uma festa permanente, agitando, animando, colando cartazes, fazendo murais, gritando bem alto palavras de ordem, apoiando os candidatos em cada distrito. Mas aos jovens comunistas caberá também, em coordenação com os organismos do Partido, o fundamental da dinamização, concepção e direcção das iniciativas e do movimento da Juventude CDU», referiu ainda o orador.

E a concluir, João Frazão sublinhou: «Se devemos concentrar os nossos esforços para alcançar os objectivos imediatos, nesta campanha não devem ser descuradas as possibilidades que se abrem ao reforço da JCP e do Partido, pelo recrutamento de um elevado número de jovens que participarão na Campanha, pela dinamização e criação de colectivos e pelo envolvimento de largas centenas de militantes que recentemente se inscreveram na JCP. É que se hoje procuramos responder com determinação com todo o nosso empenho e com confiança às solicitações desta batalha, creio que deveremos procurar que ela ajude também a dar resposta às batalhas e às lutas que, inevitavelmente, se seguirão».

Cinco objectivos fundamentais

Travar os processos destrutivos, desenvolver a economia e promover o emprego; melhorar as condições sociais e o ambiente, como objectivos e factores de desenvolvimento; promover a educação, a formação profissional, a cultura, a ciência e a tecnologia; concretizar uma reestruturação democrática do Estado e aprofundar a democracia; lutar por um Portugal de progresso e justiça, aberto ao mundo, numa Europa de solidariedade, paz e cooperação. Estes são os cinco objectivos fundamentais da nova política, proposta pelo PCP e pela CDU ao país, explicadas na intervenção no Encontro Nacional do PCP por Edgar Correia, da Comissão Política

Nesta intervenção, Edgar Correia referiu-se ao actual quadro político «em que estão reunidas condições particularmente favoráveis para o afastamento do PSD do poder; em que amadurece a compreensão da necessidade de profundas alterações políticas de natureza democrática; e em que a vida nacional entrou num novo período de dinamismo».

Será por isso necessário «avaliarmos com audácia as possibilidades que se abrem ao reforço da intervenção e da influência dos comunistas na vida nacional».

Edgar Correia recordou que «o Partido é portador de um valioso projecto programático de democracia avançada, dispõe de um património único de propostas e combates, e afirma ideais que há muito o singularizam na sociedade portuguesa».

«E quando apresentamos uma nova política, nacional e de esquerda, apresentamos uma política que tem rosto», o rosto de «todos quantos sofrem na sua carne a negação dos seus direitos», disse.

Mais adiante, esta intervenção referia que terá de se abrir ao país «o caminho de uma nova política, que aproveite as potencialidades nacionais e que, num quadro de complexas interdependências, protagonize a defesa dos interesses do país e dos portugueses, fomenta o emprego e o crescimento económico e alcance a construção de uma sociedade mais justa, de um país moderno, desenvolvido e soberano».

É uma política com os objectivos definidos por esta alternativa que a CDU propõem aos portugueses. «O programa eleitoral - uma nova política, uma política de esquerda para Portugal - que o PCP irá apresentar publicamente dentro de algumas semanas, parte do reconhecimento da existência de condições nacionais - recursos, capacidades e potencialidades - para ser empreendida a tarefa de construção de uma sociedade mais justa e de um País mais moderno e desenvolvido. Apoiar-se no dinamismo social e democrático da sociedade portuguesa e na cultura do nosso povo. E assume activamente a promoção dos interesses dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, como objectivo e, simultaneamente, como condição decisiva para a mobilização social para o desenvolvimento.»

Álvaro Cunhal em Peniche

O Presidente do Conselho Nacional do PCP participou no passado domingo, a convite da Câmara Municipal de Peniche, numa conferência subordinada ao tema «Fortaleza de Peniche enquanto prisão política e a fuga de 1960».

A esta iniciativa de grande significado histórico aderiram muitas centenas de pessoas que acompanharam também a visita à renovada exposição do sector de Resistência do Museu de Peniche.

A conferência teve lugar no salão nobre da fortaleza na qual usaram da palavra a vereadora da Cultura, Margarida Taveira, que traçou em breves palavras os objectivos da sessão e agradeceu a resposta positiva dada por Álvaro Cunhal ao convite que lhe foi dirigido.

Por sua vez, o presidente da Câmara de Peniche realçou, na sua intervenção, o contributo dado pelo dirigente comunista à luta pela liberdade em Portugal, convidando-o a visitar a cidade.

Seguiu-se uma animada conversa sobre o tema proposto acabando por ser levantados outros problemas e questões ligados à realidade social e económica (desemprego, toxicoddependência e marginalidade) com grande incidência no concelho de Peniche.

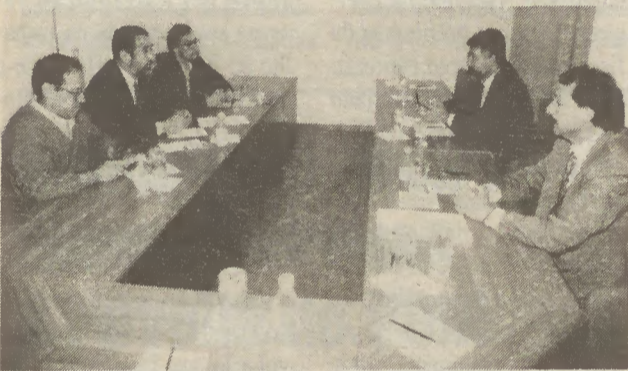
No final, foram oferecidas diversas lembranças a Álvaro Cunhal, nomeadamente peças de artesanato local e alguns livros entregues pelos seus autores.

Comissão da Festa reuniu

A Comissão Nacional da Festa do «Avante!», organismo integrado por representantes das diferentes direcções regionais, sectores e frentes de trabalho, esteve reunida quinta-feira da passada semana para discutir vários aspectos ligados à preparação da Festa, que este ano tem a sua 19ª edição.

A reunião realizou-se na Quinta da Altaia, onde estão em curso importantes obras de melhoria do terreno que destacaremos em pormenor na próxima edição. Entretanto, anunciamos desde já que as **Jornadas de Trabalho** têm início nos dias 20 e 21 de Maio.

Conselho da Região do Alentejo recebido pelo PCP



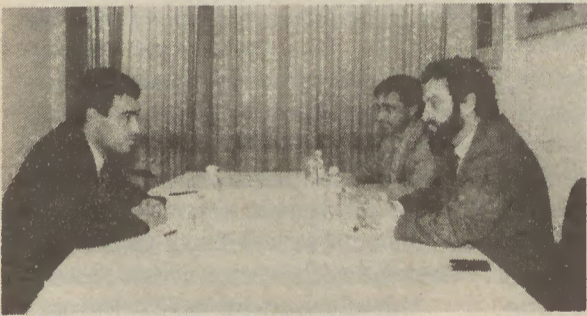
Uma delegação do Conselho da Região do Alentejo, órgão

consultivo constituído por eleitos locais, que funciona

junto da CCRA, manteve um encontro no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, na passada terça-feira.

Pelo PCP estavam Agostinho Lopes e José Soeiro, ambos da Comissão Política, e Jorge Cordeiro, membro do Comité Central, e em representação do Conselho, o seu presidente, João Rocha, edil da CM de Serpa, e João Teresa Ribeiro, presidente da CM de Serpa.

PCP recebe Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol



Na passada sexta-feira, 5 de Maio, uma delegação do PCP constituída por Luís Sá, membro da Comissão Política, e por Carlos Rabaçal, membro do Comité Central, recebeu no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, o presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais, José Couceiro.

Campanha Nacional de Fundos É preciso acelerar

A Campanha Nacional de Fundos foi lançada pelo PCP com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se aviznam. É preciso acelerar o trabalho para que rapidamente se atinja esse objectivo.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite

oferecer um novo meio a todos os que quiseram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.



Atingidos 30 mil contos

Henrique Sousa, do Secretariado do Partido, anunciou no Encontro sobre as eleições legislativas que no sábado passado se realizou em Almada «que as contribuições recolhidas atingem cerca de 30 mil contos o que é revelador das potencialidades da Campanha mas justifica também que apelemos a que este Encontro Nacional do Partido constitua um novo, mais vivo e dinamizador impulso para a audaciosa, organizada e ampla recolha de fundos necessária nos próximos meses para concretizar os objectivos propostos».

Um resultado atingido apenas três meses depois do início desta Campanha o que pode ser considerado com um bom indício das possibilidades que se abrem de uma rápida concretização dos objectivos desta campanha.

Durante a sua intervenção, o camarada referiu-se à «desproporção de meios e recursos» que existe entre a CDU e outras forças políticas concorrentes ao próximo acto eleitoral.

«Mas confiamos nos trabalhadores, nos

membros da CDU e em todos quantos reconhecem o PCP e a CDU como uma força necessária à democracia portuguesa, para com o seu apoio reunir os 150 000 contos da Campanha Nacional de Fundos e assim contribuir para o suporte da activa campanha de esclarecimento eleitoral que queremos realizar», disse.

«Constituímos uma grande união de vontades, uma grande rede de comunicação e militância que, estimulada e posta em movimento, é a esquerda necessária capaz de partir à conquista da inteligência e da sensibilidade dos trabalhadores, dos cidadãos justamente indignados com os desastrosos frutos da política de direita e com a deterioração da qualidade da nossa democracia, a esquerda necessária para dar voz aos problemas e às esperanças da imensa maioria de portugueses ofendidos e explorados pela política de direita, deste país real que nenhuma projecção mediática de realidades virtuais consegue esconder», adiantaria noutro passo Henrique de Sousa.

700 contos num almoço

Um bom exemplo na Atalaia

O almoço que aqui noticiámos a semana passada que reuniu na Atalaia dezenas de democratas independentes, amigos do Partido, bem como um elevado número de militantes, integrado na Campanha Nacional de Fundos, para além de ter deixado satisfeitos todos os que nele participaram teve um resultado digno de

nota: cerca de 700 mil escudos. Um resultado que poderá parecer surpreendente mas que apenas confirma aquilo que temos vindo a escrever nestas páginas desde que há três meses se iniciou esta campanha: é excelente a receptividade à iniciativa o que é preciso é, precisamente, «tomar a iniciativa»...

CAMARADAS FALECIDOS

António Rato

Na sequência de prolongada e dolorosa doença, faleceu, na noite de 7 de Maio, António Ferreira Rato, com 80 anos de idade. Natural de Bucelas começou a trabalhar em Lisboa aos 9 anos como marçano. Militante antifascista desde os 16 anos adere ao PCP na década de 30, e é preso em Caxias em 1945. Depois de sair da prisão e durante o fascismo, a sua casa funcionou como ponto de apoio aos membros do Secretariado e do Comité Central do Partido e de acolhimento a vários camaradas evadidos e outros clandestinos. Com a família deu cobertura à reunião em Cascais do Comité Central em 1961 após a fuga de Peniche. Colaborou ainda na defesa legal de uma quinta em Caneças para refúgio de membros do Partido. Estava ultimamente organizado na freguesia da Pena da ORL.

Filomena Nóbrega

Faleceu com 64 anos, Maria Filomena

Nóbrega, funcionária da Segurança Social, onde militou activamente de 1974 até 1977, ano em que se aposentou, passando a integrar a Comissão de Freguesia da Anunciada. Foi eleita na Assembleia de Freguesia, membro activo do CPPC em Setúbal e do núcleo sadino da Associação Portuguesa-Cuba.

No funeral, realizado em Setúbal, no passado sábado, estiveram presentes, entre muitos amigos e camaradas, dirigentes da DORS e da Concelhia e a deputada Odete Santos.

Luís Zeferino

Faleceu recentemente em Estombar, vítima de doença prolongada, o Luís Zeferino, comerciante, militante desde 1975, na organização de Lagoa (Algarve).

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CM da Covilhã

Dívidas comprometem futuro

Depois de analisar o Relatório e Conta de Gerência de 1994 da Câmara Municipal da Covilhã, a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP enviou uma nota à imprensa, em que retrata a grave situação financeira do município.

Segundo os comunistas, «o endividamento global é real e crescente»: o recurso ao crédito gera encargos financeiros significativos, os compromissos assumidos são muito superiores às receitas próprias disponíveis, as participações financeiras são insuficientes e as transferên-

cias de verbas por parte da Administração Central são diminutas. Esta situação está relacionada com «a desorganização dos serviços, a paragem das obras e a diminuição dos níveis de investimento municipal».

A concelhia refere o facto de as transferências de capital para as freguesias e serviços municipalizados terem sido muito inferiores ao assumido no Plano e Orçamento, enquanto aumentou o capital em dívida resultante dos empréstimos contraídos e das renegociações efectuadas. São particularmente graves os

empréstimos junto ao Instituto Nacional de Habitação e à EDP e as dívidas dos transportes escolares, dos fornecedores e das prestações de serviços.

Em Dezembro de 1994, a CDU propôs um conjunto de medidas de saneamento financeiro, que têm como objectivo aumentar as receitas próprias e conter as despesas correntes não obrigatórias da C.M.C. Apesar de terem sido aprovadas pela Câmara e Assembleia Municipal, estas medidas ainda não foram executadas pela gestão de maioria socialista.

Agricultores de Vila Real manifestam-se junto do primeiro-ministro

Aproveitando a visita «embora fugaz» do primeiro-ministro a Vila Real no passado sábado, os agricultores da região mobilizados pelo Conselho Agrícola do Distrito, pela AVIDOURO e com o apoio da CNA, concentraram-se em Vila Real para analisar os problemas com que se debate a agricultura regional e decidiram adoptar um conjunto de resoluções que aprovaram num documento entregue à comitiva que acompanhou Cavaco Silva. As recentes geadas foram o motivo próximo para esta iniciativa, mas o estado de abandono da agricultura portuguesa e das regiões do interior foram igualmente temas abordados pelos manifestantes.

Nesse documento analisam-se as consequências das recentes geadas que assolaram a região, «destruindo sem dó nem piedade grande parte se não a totalidade das culturas permanentes» como as vinhas, oliveiras, pomares, sotos ou de produtos agrícolas como os cereais e batatas.

«Se o Governo da República que Vossa Excia é responsável não adoptar medidas excepcionais capazes de minimizar e reparar tais prejuízos, a aflição, o desespero e a penúria não deixarão certamente de entrar em muitos dos lares dos agricultores transmontanos», lê-se na nota também distribuída aos órgãos de comunicação social.

Os agricultores referem a quebra do rendimento dos agricultores, a desertificação das aldeias, o enfraquecimento e descapitalização dos sectores agrícolas mais produtivos na região em consequência do pagamento das amortizações dos investimentos realizados, a crescente espiral de endividamento da lavoura, as sucessivas quebras na produção agrícola, a reforma da PAC e dos acordos do GATT e da abertura antecipada das fronteiras.

Entre as medidas de emergência reclamadas pelos agri-

cultores.

O pagamento imediato de todos os subsídios comunitários em atraso, a urgente antecipação de todos os subsídios co-financiados pela Comunidade e a discussão, elaboração e promulgação de um verdadeiro e eficaz Seguro Agrícola de colheitas que cubra todos os prejuízos ocorridos em qualquer período do ano pelos diversos acidentes climáticos, «com prémios baixos que sejam compatíveis com os rendimentos do agri-



cultores presentes na manifestação «para debelar o quadro de calamidade que se abateu sobre a região» provocada pelas geadas conta a constituição de Comissões compostas por técnicos dos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura, Autarquias e Organizações da Lavoura «com vista a um urgente levantamento rigoroso e objectivo da avaliação dos prejuízos afectados pela geada nas culturas permanentes e produtos hortícolas». Além disso pretende-se a homologação oficial do levantamento dos prejuízos já elaborados por algumas Autarquias e Associações de

cultores» são outras exigências constantes deste caderno reivindicativo. Os agricultores querem também o estabelecimento de uma linha de crédito, com juros altamente bonificados (iguais à média comunitária) com um período de carência de 3 anos e uma moratória, por igual período, dos juros do pagamento dos encargos e prestações de dívidas contraídas nas instituições financeiras, para investimento na agricultura.

Finalmente, os manifestantes reivindicaram a suspensão imediata do pagamento do IRS e IRC referentes ao ano fiscal de 1994 a agricultores e empresas agrícolas.

«Arqueologia Sentimental»

Arqueologia Sentimental, o novo romance de Filipe Leandro Martins, escritor e chefe de Redacção do «Avante!», teve o seu lançamento na passada sexta-feira no Espaço

Aberto - Cristal Park, no Porto, sob a chancela da Editora portuense Campo das Letras.

O escritor José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores, fez a apresentação de *Arqueologia Sentimental* perante uma plateia de cerca de 50 pessoas.

Na ocasião, foi também apresentado pelo poeta Albano Martins o ensaio de Serafim Ferreira Raul de Carvalho - *entre o silêncio e a solidão*, igualmente lançada pelo Campo das Letras.

O editor, Jorge Araújo, introduziu as apresentações das duas obras.



Candidatos da CDU apresentam-se às populações

Em encontro com a comunicação social em Coimbra, a Coordenadora da CDU local apresentou quinta-feira uma declaração do cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária, o independente e professor universitário António Avelãs Nunes, onde este afirma ser a CDU «o espaço de unidade onde melhor se têm defendido os valores da esquerda».

Para Avelãs Nunes, num quadro de derrota do PSD e da direita «o reforço eleitoral da CDU, o aumento do número dos seus eleitores e deputados, é uma condição fundamental para afastar também a política de direita e para tornar possível uma nova política, patriótica e democrática, ao serviço dos portugueses que vivem do seu trabalho e não ao serviço dos especuladores, das clientelas partidárias ou dos famosos critérios de convergência nominal impostos pelo Tratado de Maastricht e pelo fundamentalismo europeísta dos que o defendem, mesmo à custa do bem-estar efectivo dos seus povos».

Na apresentação desta candidatura estiveram presentes o industrial e membro da Intervenção democrática, António Caniceiro, o mandatário distrital da CDU e membro do Comité Central do PCP, Carlos Fraião, o membro da DORCoimbra e do Comité Central do PCP, Jorge Gouveia Monteiro, o estudante membro do Conselho Nacional de «Os Verdes», José Pacheco e Sérgio Teixeira,

coordenador da DORCoimbra e membro da Comissão Política do PCP.

Santarém

Por seu lado, a Coordenadora Distrital da CDU em Santarém apresentou em conferência de imprensa realizada na sexta-feira os candidatos pela Coligação no distrito, com destaque para a cabeça de lista, a professora do ensino secundário e membro da Assembleia Municipal de Santarém, Maria Luísa Raimundo Mesquita.

Beja

Entretanto, a CDU em Beja anunciou o seu Mandatário Distrital, o Dr. José Jorge Munhoz Frade, médico no Hospital Distrital de Beja, membro do PCP e Presidente da Assembleia Municipal de Beja. Agendada para ontem estava a apresentação pública do cabeça de lista da Coligação por aquele distrito, o membro da Comissão Política do PCP, José Soeiro.

Estes e os outros cabeças de lista da CDU, que noticiamos na última página deste número do «Avante!», vão juntar-se aos nomes para outros distritos já divulgados a semana passada.

Festival da Juventude CDU Jovens fazem «arranque» em força da Campanha

Os organizadores do Festival da Juventude CDU, que se realiza no próximo dia 20 de Maio no Parque Eduardo VII em Lisboa, anunciaram já o programa da iniciativa que tem como objectivos «unificar a dinâmica nacional da Juventude CDU», «permitir um arranque, com força, da campanha da Juventude CDU imprimindo dinâmica por todo o país» e, finalmente, «permitir uma grande projecção pública» da organização juvenil da Coligação.

Do programa da iniciativa consta a discussão e aprovação do Compromisso da Juventude CDU e de um Manifesto, feita a partir das dez e meia da manhã. Às 13 horas realiza-se um *pic nic* ao mesmo tempo que se inicia o funcionamento dos chamados «espaços alternativos»: *graffiti*, *bi-*

cross, *skate*, desportos para além de um conjunto de módulos representativos de organizações desta estrutura juvenil onde se incluem o Alentejo (com uma exposição sobre a regionalização e um tascos), Setúbal (igualmente com uma exposição e um bar), Porto (sai-sempre), Barreiro (artesanato urbano), Superior (desporto) e Secundário (banca).

As 15 horas, terá início a Festa-Comício onde a actuação de quatro formações musicais será intercalada por curtas intervenções políticas sobre os temas da educação, emprego, ambiente e política geral.

O comício realiza-se às 17 horas, após o que se seguirá um espectáculo que durará até ao encerramento, agendado para as 18 horas e 30 com um desfile dos jovens participantes até ao Rossio.

Em nome da liberdade Clandestinos e resistentes

Tendo como lema o título acima, realizou-se, na passada sexta-feira, no Martinho da Arcada, mais um debate da série «As tertúlias no Tejo».

Todas as intervenções, que estiveram a cargo de Maria Barroso, César de Oliveira, Carlos Brito,

Baptista-Bastos e Palma Inácio, salientaram a importância de manter viva a memória dos crimes e perseguições da ditadura fascista e, ainda mais, o exemplo dos que lutaram contra ela, sem qualquer outro interesse que não fosse o amor à liberdade e ao país.

O director do «Avante!», que falou especialmente da luta dos comunistas portugueses e da forma como estes se organizaram na clandestinidade para ultrapassar a perseguição policial, salientou que a resistência só foi possível, nos moldes em que muitas vezes se travou, pela ampla solidariedade e cumplimento do nosso povo.



Dia 19, em Aveiro

Só a luta abre caminho

■ Domingos Mealha

O 6º Congresso da federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas vai analisar a evolução do sector e a resposta sindical à ofensiva do patronato e à política de direita

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal é actualmente constituída por 14 sindicatos que contam 81 mil sócios com capacidade eleitoral. Na base da discussão preparatória do 6º Congresso, convocado para 19 de Maio, em Aveiro, está o projecto de Programa de Acção aprovado em Janeiro pelo Conselho Nacional da federação, publicado no número de Abril do «Metalúrgico» e debatido nos órgãos dos sindicatos, em plenários de empresa e de delegados sindicais.

Conversámos com João Paulo, coordenador da FSMMP, e António Quintas e Adriano Matoso, ambos da Comissão Executiva da federação, acerca dos problemas do sector, das causas e responsabilidades, dos caminhos para os superar, começando por verificar que têm merecido um consenso muito alargado as grandes linhas do projecto de Programa de Acção e das propostas de alterações dos Estatutos, sintetizadas no lema do congresso: «Organizar e lutar por um futuro melhor».

Projecto reafirmado

«Avante!» - Foi decidido adoptar como proposta de Programa a Plataforma aprovada no último congresso, em Abril de 1991, com algumas alterações. Será que, afinal, a realidade não mudou assim tanto nestes 4 anos?

António Quintas - A realidade mudou muito e, infelizmente, para pior. Mas não mudou aquilo que foi aprovado como o projecto que queremos para os trabalhadores, para o sector e para o País. Continuamos a querer um País com desenvolvimento; continuamos a defender que o nosso sector, interligado aos outros sectores da economia, é indispensável a esse desenvolvimento; continuamos a entender o desenvolvimento apenas como instrumento para servir as pessoas; apesar de prosseguir a destruição de postos de trabalho, mantém-se actual o nosso objectivo de criação de mais empregos, no quadro do desenvolvimento do País e do sector.

Acentuou-se a internacionalização do capital, mas mantém-se a nossa decisão de nos opormos a essa linha, tal como se confirmaram os alertas que lançámos quanto às consequências da integração comunitária.

Assim, concluímos que a Plataforma de Acção do 5º Congresso tinha todas as condições

para, devidamente adequada e reformulada, ser transformada em Programa. Não é textualmente o mesmo documento, embora a base, a estrutura, os objectivos se mantenham.

João Paulo - Na Plataforma definimos o que queríamos para o sector e, na realidade, ao longo destes anos, aprofundaram-se os traços negativos da evolução. Nós reclamávamos uma efectiva modernização do sector, a elevação da qualificação da mão-de-obra, para o tornar mais competitivo. Não só não foram tomadas as medidas para tal modernização, como se acentuaram os traços de desmantelamento e encerramento de empresas, com sacrifício de milhares de postos de trabalho - no sentido inverso ao que propúnhamos.

«Avante!» - Portanto, os objectivos definidos não foram atingidos...

AQ - Naturalmente, não estamos sozinhos no terreno. Na nossa luta influiu a correlação de forças, que - como referimos nos documentos - foi desequilibrada em desfavor dos trabalhadores.

Contudo, conseguimos contrapor os nossos objectivos aos objectivos do patronato, e em muitos casos com êxito. Conseguimos reduzir o horário de trabalho, conseguimos aumentos salariais superiores aos pretendidos pelo patronato, conseguimos sustentar o aumento do desemprego (basta citar o exemplo da Lisnave, que pretendiam fechar em Março do ano passado e ainda está a funcionar); queriam acabar com os direitos, mas conseguimos que ficassem intactos na contratação colectiva. Valeu a pena a luta. E vamos continuar a lutar.

JP - Onde não se materializaram os objectivos que apontámos, foi naquelas áreas que não dependiam exclusivamente de nós. Não fomos nós os mentores e os executores da política de destruição do aparelho produtivo. Nessa área a responsabilidade é do patronato e da política económica e estrutural do Governo.

Quando fazemos um congresso que tem por lema «Organizar e lutar por um futuro melhor», explicitamos que isso passa, em primeiro lugar, pela paragem da política de destruição; em segundo lugar, por efectivas medidas de modernização e desenvolvimento do sector; em terceiro lugar, por melhoria da qualidade de vida, com melhores salários, redução

de horários, garantia de acesso à saúde, ao ensino, ao habitação. Para isso, precisamos de uma política de sentido radicalmente oposto àquela que tem vindo a ser praticada. Se não houver fábricas de cimento a trabalhar, se não houver fábricas químicas, se não houver pontes para construir, se não houver modernização da via ferroviária e rodoviária, então a actividade metalúrgica e metalomecânica não poderá ser dinamizada.

Uma política diferente é necessária para o sector e para o País. É preciso manter uma frota de pescas nacional e uma frota mercante, e isso irá desenvolver a indústria naval; mas o que temos hoje é o abate de navios, e este não é o caminho do desenvolvimento. Não pode-

JP - No sector mineiro, no Norte do País, não há hoje nenhuma mina em efectiva laboração (nenhuma mina de minérios metálicos com grande dimensão); no Sul, resta só a mina da Somincor, em Neves Corvo. Na metalomecânica pesada, foram eliminados milhares de postos de trabalho. Na indústria naval, apesar de termos contrariado os objectivos dos Mellos, foram reduzidos milhares de postos de trabalho efectivos. A Siderurgia foi espartilhada e também foram sacrificados milhares de postos de trabalho.

Há ainda a registar que, em muitas empresas, o facto de terem sido destruídos milhares de postos de trabalho não significa que não haja hoje um número de trabalhadores próximo do que existia. Isto porque as empresas despediram os tra-

que tem acontecido aos trabalhadores que deixam as empresas?

AQ - Se houvesse criação de emprego, não haveria aumento do desemprego.

JP - Há situações muito diversificadas. Há trabalhadores que estão agora a trabalhar com vínculo precário, em situação de aluguer de mão-de-obra. Por exemplo, vamos a Sines, onde está a ser construída uma ponte para a Dinamarca, e praticamente todos os 300 trabalhadores nessa obra estão com vínculo precário.

AM - São trabalhadores que faziam parte dos quadros de empresas do sector, foram despedidos, e agora são chamados só quando há trabalho.

JP - Têm surgido algumas pequenas empresas, mas em áreas que não absorvem profissões com determinada qualificação. Tais pequenas unidades não são novidade e o seu peso não é significativo.

Estamos em profundo desacordo com a política industrial do Governo, que já deixou de falar em pequenas e médias empresas, para falar em microempresas. Não é com microempresas que nós vamos concorrer no mercado externo; acabam por trabalhar para grandes empresas, em nichos de produção bem determinados, altamente dependentes de multinacionais.

«Avante!» - A Auto Europa é uma excepção...

AM - Primeiro, o projecto da Auto Europa não vai atingir, nem de perto, nem de longe, os objectivos iniciais. Além disso, é um projecto de alto risco na região: no ano passado fecharam-nos a Movauto, nas Praias do Sado; já antes tinham fechado outras empresas do sector automóvel; o projecto Renault não atingiu metade do que estava acordado, quer em ocupação de trabalhadores, quer em produção, e a perspectiva que se coloca hoje é o encerramento da fábrica de Setúbal.

O projecto da Auto Europa, como se vê, não cobre sequer o desemprego gerado no sector automóvel no distrito. E o único compromisso que existe é para um ciclo de produção, ou seja, até ao ano 2001. Para depois, existe apenas uma cláusula dizendo que a Ford e Volkswagen desenvolverão esforços para prolongar por mais dois ciclos a produção.

JP - É um projecto cujo futuro está sujeito à estratégia das duas multinacionais, e não aos

interesses portugueses. Apostas em investimentos deste tipo não dão garantias quanto a um desenvolvimento sustentado da nossa economia e quanto à criação de emprego estável e duradouro.

Não somos contra que se venha cá instalar a Auto Europa e valorizarmos aspectos como a criação de empregos. Mas não podemos deixar passar a ideia de que, com a Auto Europa, ficou resolvido o problema do desemprego numa região e no País.

AQ - Uma das propostas de alteração do Programa de Acção é precisamente na montagem automóvel: a reclamação de que o Estado intervenha para obter maiores garantias de cumprimento dos acordos estabelecidos. Não é nesse sentido que se tem caminhado e, contrariamente ao que sucedeu com a Renault, o Estado investiu na Auto Europa mais de cem milhões de contos e nem sequer é accionista.

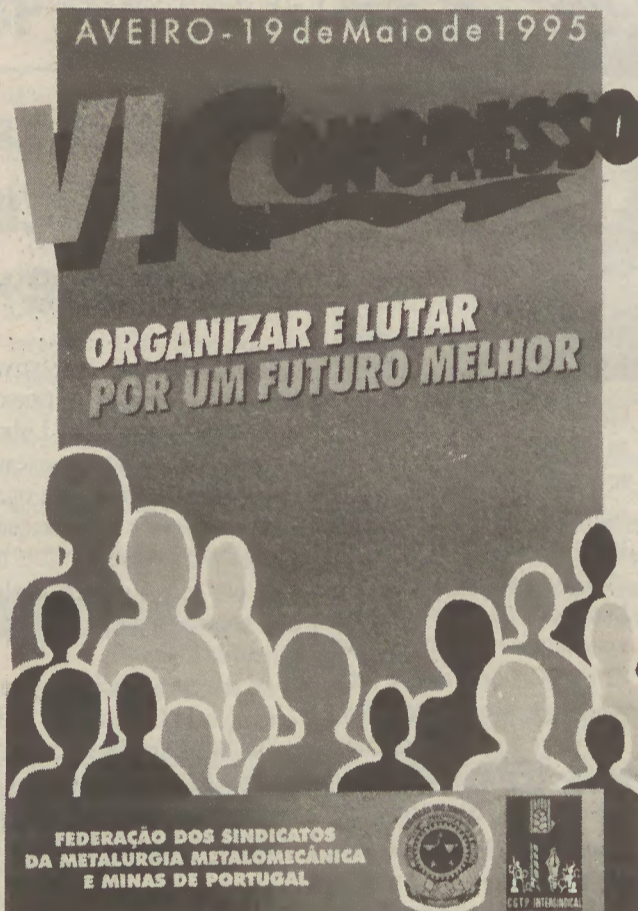
JP - Há anos que denunciávamos a falta de cumprimento dos acordos por parte da Renault. Receamos que agora, na Auto Europa, se vá verificar uma situação muito semelhante.

AM - Na Renault, não é só a fábrica de Setúbal que está em causa. Está em fase de desmantelamento a rede de concessionários, que vai custar um milhar de postos de trabalho. E estão a fazer alterações na fábrica de Cacia, trazendo de França equipamento, algum dele obsoleto, e mudando o carácter da produção para uma oficina de maquinagem.

«Avante!» - Como poderia outro Governo opor-se a essa actuação das multinacionais?

AQ - Além da mudança de Governo, entendemos que é preciso mudar de política. Isso pressupõe que se adoptem medidas que correspondam às afirmações: em vez de se dizer que se quer fazer frente à dominação do capital estrangeiro e, de seguida, entregar as alavancas da economia a esse capital (como se está a fazer com o processo de privatizações), é preciso que, na elaboração dos projectos e durante a sua execução, sejam salvaguardadas garantias para Portugal.

E é preciso parar as privatizações. Nada obriga nenhum Governo a privatizar a Siderurgia e entregá-la a estrangeiros, que a vão fechar para nos obrigar a consumir os excedentes de aço dos seus países.



mos desenvolver a nossa metalomecânica pesada se continuarmos a apostar em comprar no estrangeiro aquilo que podemos fabricar em Portugal.

Destruição e resistência

«Avante!» - Nestes 4 anos, que alterações são mais visíveis no sector?

Adriano Matoso - O que se alterou significativamente foi a situação em cada um dos subsectores. A indústria naval, a siderurgia, a metalomecânica pesada são hoje realidades diferentes do que eram há 4 anos, e estão ainda a sofrer fortes alterações, o que nos leva até a propor que se faça no próximo ano uma discussão mais aprofundada dos subsectores, à luz dos objectivos programáticos definidos no congresso.

balhadores do quadro permanente e substituíram-nos por pessoal com vínculo precário.

Houve também alterações na propriedade das empresas. Na indústria naval a concentração no grupo Mello é um verdadeiro escândalo. Na metalomecânica pesada a concentração é na multinacional ABB.

Não se pode analisar a evolução das empresas sem a ligar, como consequência, à política definida pelo grande capital, seja ele nacional ou estrangeiro. Não estamos a falar de empresas débeis, mas de empresas que há muito tinham posições fortes: tecnologia, mão-de-obra qualificada, mercado interno e externo.

Desemprego e multinacionais

«Avante!» - Tem havido alguma criação de emprego? O



João Paulo, António Quintas e Adriano Matoso falam ao 'Avante!' sobre as grandes questões que vão estar em debate no congresso, em que participarão 220 delegados e uma centena de convidados

Eleições e mudança

«Avante!» - Poucos meses depois do vosso congresso terão lugar eleições legislativas. Em que medida isso influi nas decisões a tomar?

JP - Não poderemos deixar de apontar responsabilidades e alertar para o facto de que o País precisa de uma política diferente, e não uma mera troca de pessoas no poder, na linha das decisões anunciadas pela CGTP neste 1º de Maio. Pensamos que na próxima Assembleia da República devia haver uma composição maioritária de deputados identificados com a luta, os anseios e as aspirações dos trabalhadores.

AQ - A vida demonstrou que todos os deputados da AR actuam de forma diferente em função da composição da própria Assembleia. Ou seja, quantos mais forem os deputados que se identificam com os interesses dos trabalhadores, mais condicionam para o bem a actuação dos restantes deputados. Não estou a falar dos que dizem - como agora, certamente, todos virão dizer - que se identificam com os trabalhadores, mas sim daqueles que têm provas dadas, que têm mostrado na prática que realmente estão com os trabalhadores.

AM - Para nós é óbvio que uma política diferente não poderá ser feita por «ministeriais» do Partido Socialista, como um que o «Expresso» indicava há tempos, precisamente o presidente dos patrões do sector metalúrgico do Norte, que naturalmente é responsável pela destruição do aparelho produtivo. Não acreditamos que, se este ministerial fosse promovido a ministro, houvesse uma mudança efectiva de política.

JP - Está claro para nós que é preciso mudar de política. Mas não vislumbramos, nas declara-

ções de muitos «ministeriais», qual a diferença da política que iriam aplicar relativamente a esta que já está redondamente falida.

Toda esta política não se pode separar da integração europeia, e de uma cada vez mais acentuada dependência de Portugal em todas as vertentes. Também na Comunidade é necessária outra postura, os nossos representantes têm que ser mais agressivos nas negociações para acautelar os interesses e os direitos dos trabalhadores e do povo português.

Repressão e organização

«Avante!» - O que mudou nestes 4 anos na federação e na estrutura sindical?

AQ - Uma coisa importantíssima é que, passado este tempo todo e no quadro de uma tão forte ofensiva, vamos para o Congresso com um órgão de direcção que manteve uma composição muito estável e reuniões regulares, participadas e de qualidade. Muitos delegados sindicais foram despedidos, mas outros foram eleitos e o número global de delegados mantém-se.

JP - O patronato refinou os métodos repressivos e em muitas situações a repressão teve carácter selectivo. Apesar dessa ofensiva contra o exercício da actividade sindical e contra os quadros sindicais, conseguimos, ao longo destes anos, reforçar permanentemente a organização, renová-la e dinamizá-la. Isso reflecte-se naturalmente no facto de este colectivo da direcção se ter mantido estável e com elevada participação - tanto assim que a maior parte dos membros certamente vai ser reeleita.

Por outro lado, conseguiu-se atenuar as consequências no campo da sindicalização, com uma intensa batalha de recrutamento de novos sócios para os

sindicatos. Mas isto não foi suficiente para compensar os muitos milhares de trabalhadores sindicalizados que saíram das empresas.

Conseguimos manter praticamente idêntico o número de delegados sindicais e renovar a rede de delegados. Aumentámos as acções de formação sindical e o número de participantes nessas acções. Adoptámos um conjunto de medidas de reestruturação administrativa e financeira para adequar o aparelho interno dos sindicatos e da federação a esta nova realidade. Iniciámos e concretizámos algumas medidas de reestruturação sindical, casos da fusão dos sindicatos de Leiria e Coimbra, já concluída, e da fusão dos sindicatos de Aveiro e Viseu, a concluir brevemente. Outros processos de reestruturação estão em curso, designadamente em Trás-os-Montes e Alto Douro, na Beira Interior e no sector mineiro.

No plano da sindicalização, temos procurado que a nossa campanha decorra não tanto de um acto de mera propaganda para sindicalizar, mas sim que os recrutamentos de novos sócios resultem do trabalho efectivo dos sindicatos nas empresas, da afirmação permanente dos sindicatos pela intervenção na resolução dos problemas e procurando dar resposta às aspirações dos trabalhadores, isto é, que um trabalhador sinta que o sindicato é útil e que deve estar sindicalizado. É este trabalho que pretendemos continuar e aprofundar no futuro.

AQ - Temos consciência das dificuldades, mas vamos fazer este congresso com a convicção de que temos que encontrar soluções pelo caminho da luta e com a certeza de que o sector vai estar à altura de continuar a responder nesse plano. O congresso vai ser mais um ponto alto na nossa luta e na criação de condições para a prosseguir. Não é para arrumar as botas, mas para dar corda aos sapatos.

CONGRESSO DA CES

Terminam amanhã os trabalhos do 8º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos, que decorrem desde terça-feira em Bruxelas. No congresso participa uma delegação da CGTP-IN, que integra o seu coordenador, outros sete delegados efectivos e três suplentes. Em conferência de imprensa, Carvalho da Silva adiantou que a CGTP vai defender no congresso o reforço da acção sindical a nível europeu e defender uma CES «forte, actuante, capaz de coordenar e unir e de reforçar a acção conjunta». Na sua reunião de segunda-feira passada - em que analisou a situação social no País e a intervenção sindical, particularmente a preparação da jornada de luta pela redução dos horários de trabalho, marcada para a semana de 5 a 9 de Junho -, a Comissão Executiva da CGTP fez uma apreciação global do que vai estar em discussão no congresso da CES, realçando a prioridade dada ao emprego e à solidariedade. A central portuguesa considera que, no actual momento histórico, perante a globalização da economia e a liberalização dos movimentos de capitais, o movimento sindical tem um papel essencial. «Face à pressão dos ideólogos da desregulamentação e da liberalização e às tentativas de destruição de importantes conquistas sociais, o movimento sindical tem de cerrar fileiras para combater estas tentativas e defender a dimensão social do desenvolvimento», diz a *Inter* num documento distribuído à comunicação social. A sessão solene de abertura do congresso foi transmitida, via satélite, para todas as capitais dos países da União Europeia. Nela intervieram o presidente da CES, o primeiro-ministro belga, o presidente da Comissão Europeia, o presidente do Parlamento Europeu e ainda Tadeusz Mazowiecki, relator especial das Nações Unidas sobre os direitos do Homem na ex-Jugoslávia.

UM DURO GOLPE

Os trabalhadores das autarquias e as populações sofrem um duro golpe com a publicação do decreto-lei que proíbe a realização por administração directa de obras superiores a 20 mil contos, afirma o STAL. A Direcção Nacional do sindicato deu ontem uma conferência de imprensa em que condenou o DL 55/95 como um «novo atentado do Governo do PSD às competências dos órgãos autárquicos eleitos pelas populações» e que «tem como único objectivo entregar ao privado e abrir aos negócios, por força da lei, um vasto número de obras públicas, até agora realizadas por administração directa das autarquias com especial eficácia, apreciável redução dos custos e grande benefício para as populações e regiões, especialmente as mais carenciadas». Por iniciativa do PCP, que apresentou um pedido de ratificação, o DL 55/95 é amanhã discutido no plenário da Assembleia da República. Na conferência de imprensa, o STAL pronunciou-se contra a entrega «sem regras» de serviços públicos de vários municípios a entidades privadas. «Pretende-se destruir o poder local com prejuízo dos interesses das populações», afirma o sindicato, alertando para o encarecimento dos serviços e as ameaças aos direitos dos trabalhadores e à segurança do emprego que tais privatizações acarretam. O STAL expressou ainda o seu protesto por o Governo não dar qualquer resposta à Carta Reivindicativa dos trabalhadores da administração local, apresentada há mais de um ano. Estes motivos levaram também a direcção regional de Lisboa do STAL a promover, durante a passada segunda-feira, uma acção de esclarecimento da população, na Praça da Figueira.

EXPO'98

Hoje à tarde a comissão sindical da Expo'98 reúne com o ministro Falcão e Cunha, por solicitação da União dos Sindicatos de Lisboa. A reunião tem lugar no Ministério do Emprego, «na sequência dos contactos inconclusivos com o Comissariado e a administração do Parque Expo, por parte da comissão sindical, constituída pela USL especificamente para acompanhar esta grande realização e que integra todos os sindicatos com trabalhadores na zona de intervenção», refere-se numa nota divulgada antontem pela União.

O documento recorda que a estrutura distrital da CGTP realizou uma conferência temática sobre a Expo, tem uma posição «globalmente favorável a esta iniciativa» e, «oportunamente e há muitos meses, tomou a iniciativa de apresentar uma proposta de acordo social para a Expo que, até agora, por discordância do patronato, não foi assinado». A USL «teme seriamente pela segurança dos trabalhadores, pela introdução de clandestinos nas obras e pela efectiva concretização dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente a aplicação das lei e das convenções colectivas de trabalho».

CGD/FRANÇA EM LUTA

Após várias reuniões com a direcção da filial em França da CGD (o *Banque Franco Portugaise*), esta «recusou qualquer negociação», o que levou os sindicatos a declararem greve no passado dia 28 de Abril, «apoiados pela esmagadora maioria dos trabalhadores», refere um comunicado da Comissão de Trabalhadores enviado à nossa redacção. A CT afirma que a situação é «dramática», tanto para os bancários, como para os utentes, e exige que o Estado português obrigue a CGD a negociar o projecto de reestruturação apresentado em Novembro passado.

O projecto prevê o despedimento de cem pessoas (num total de 384 funcionários) e o fecho de 11 balcões (num total de 43). A CT recusou tais medidas, invocando «a impertinência dos motivos económicos, financeiros e técnicos» da reestruturação, «a insuficiência das informações» transmitidas (sobretudo quanto aos critérios de selecção das agências a encerrar), «a fraqueza das medidas de ordem económica que estão previstas para relançar a actividade» do BFP, a «brilhante situação financeira» do grupo CGD e a «pobreza dos aspectos sociais do projecto».

Entre 1981 e 1989, o BFP teve perdas na ordem dos 24 milhões de contos (cobertas pelo grupo CGD), devido à gestão fraudulenta do antigo accionista, Miguel Quina, com a cumplicidade passiva do Banco Nacional Ultramarino; no início de 1990, as autoridades francesas demitiram Miguel Quina e obrigaram a CGD a tomar outras medidas de gestão; desde essa altura, até Junho de 1994, a gestão deficiente do BNU agravou a situação em mais 9 milhões de contos - recorda-se no comunicado.

GRUNIG NÃO PAGA

Em carta-aberta ao primeiro-ministro, os trabalhadores da Grunig e o sindicato da Construção Civil e Metalurgia de Trás-os-Montes e Alto Douro manifestam o seu repúdio por o Governo permitir que o «empresário alemão sem escrúpulos» saia impune das suas responsabilidades. Naquela empresa (que recentemente foi notícia a propósito da importação de resíduos tóxicos) estão por pagar salários, subsídios de férias e 13º mês, tal como outras remunerações; mantém-se uma dívida de 63 mil contos à Segurança Social; falta apoio aos trabalhadores acidentados; não é respeitado o contrato colectivo de trabalho; correm sérios riscos os postos de trabalho e a própria continuação da laboração - refere a missiva a Cavaco Silva, notando que este deve conhecer bem o problema, através do governador civil do distrito, e exigindo medidas para fazer respeitar os direitos e a lei. O sindicato nota que a Grunig foi inaugurada em 1990, com a presença dos ministros do Emprego e da Indústria «e outras autoridades nacionais e locais», enquanto no mês passado a ministra do Ambiente revelou publicamente que a empresa nunca teve autorização do Ministério da Indústria.

21 ANOS DO SPGL

Um jantar comemorativo assinalou na passada sexta-feira o 21º aniversário da fundação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. O SPGL foi fundado em 2 de Maio de 1974, «em plenário com milhares de professores», e «desde logo se afirmou como um pilar fundamental na luta de todos os professores, com contributos imprescindíveis para a dignificação da profissão docente» - refere uma nota do sindicato.

Seca no Alentejo

PSD recusa medidas de urgência e de fundo

O PSD recusou a declaração da situação de calamidade pública nas áreas do Alentejo mais afectadas pela seca, rejeitando simultaneamente (com a abstenção do PS) a adopção de um programa de emergência para apoio aos agricultores vítimas da seca e das geadas. Previstas em projectos de resolução apresentados pelo Grupo comunista, submetidos à votação faz hoje oito dias, estas medidas dariam um notável contributo para minorar os efeitos negativos de uma seca que, segundo os especialistas, é a terceira pior do século. Fugindo uma vez mais às suas responsabilidades, assim o não entendeu a bancada parlamentar do PSD, com isso evidenciando a sua incapacidade para adoptar soluções imediatas ou de fundo, isto no próprio dia em que os comunistas levaram ao Parlamento, com carácter urgência, a situação da seca no Alentejo.

E pelo relato das situações levado a plenário, bem se pode dizer que não há qualquer exagero quando se apelida de "dramática", como fez o deputado Lino de Carvalho, a situação actual em grande parte do Alentejo. Assolada pelo quinto ano consecutivo por uma seca que deixou as albufeiras a menos de 30 por cento da sua capacidade, coloca problemas de abastecimento público que levaram já em diversos concelhos (Serpa, Odemira ou Portel, para citar alguns exemplos) ao racionamento e a interrupções no for-

necimento de água, a região sofre ainda os efeitos do clima no plano agrícola, com perdas da produção cerealífera que atingem em muitos concelhos a sua totalidade.

Como se tal não bastasse, como observou Lino de Carvalho, o capricho da natureza veio ainda tornar o quadro mais negro com uma queda de geadas que queimou grande parte das vinhas no Alentejo, levando em alguns concelhos a que a perda da produção vitivinícola seja total.

Esta não é, porém, uma fatalidade e muito menos explica que nos quinze anos de governação do PSD o Alentejo tenha caminhado para uma situação hoje generalizada de "quase emergência permanente", de despovoamento, de destruição da agricultura, de desemprego, de alastrar da pobreza", como bem sublinhou o deputado António Murteira..

É que - contrariamente à desfaçatez de Mendes Bota (PSD) que se limitou a dizer que "as calamidades provêm não só das condições climáticas, mas do aproveitamento político dos dramas das populações" - se o "Governo não tem uma «poção mágica» para desfazer o que a Natureza faz - foi Lino de Carvalho a lembrá-lo - tinha e tem seguramente ao seu alcance medidas de fundo e prevenção que há muito deveriam ter sido tomadas para que os riscos climáticos pudessem ser minimizados".

Esta é que é a questão essencial, para a qual António Murteira chamou a atenção ao

frisar que durante estes quinze anos não foram adoptadas as medidas políticas nem feitas as obras estruturais necessárias susceptíveis de permitir o armazenamento da água em períodos de chuva e cheias para que esta esteja disponível em períodos de seca.

Significa isto, como fizeram questão de notar os parlamentares do PCP, apesar dos anos sucessivos de seca, que o Governo não resolveu o problema do seguro de colheitas, não criou um fundo de apoio a calamidades, não estimulou a prospecção e abertura de furos, não desassoreou linhas de água ou construiu pequenos e médios açudes, não criou um programa de combate à poluição dos cursos de água e dos aquíferos.

"O Governo só se lembra de Santa Bárbara quando troveja", referiu a propósito Lino de Carvalho, numa alusão ao frenesim de ministros que falam agora na construção de barragens (que sempre recusaram), quando a verdade é que há muito o Plano de Rega do Alentejo devia estar finalizado, "há muito que a decisão de construir Alqueva devia ter sido tomada".

É pois à luz desta inércia e incapacidade governamental em adoptar medidas conjunturais ou resolver as questões estruturais do Alentejo que devem ser entendidas as medidas preconizadas pela formação comunista, a primeira das quais, entendida como medida de fundo, passa pela aceleração da construção das barra-

gens integradas no Plano de Rega do Alentejo.

Prioritária, neste contexto, é ainda a inventariação dos recursos hídricos existentes ao nível das águas subterrâneas, bem como, noutro plano, um adequado seguro agrícola, e um "ordenamento e zonagem cultural que oriente a localização das produções ao longo do País em função das exigências térmicas, da altitude e da duração do respectivo período vegetativo para minimizar os efeitos da geada e outros acidentes climáticos".

Para além destas medidas estruturantes, no que se refere à adopção de medidas imediatas e eficazes, a bancada comunista insiste na necessidade de se proceder, por um lado, ao levantamento dos prejuízos existentes, e, por outro, à concessão de novas moratórias, sem juro, do pagamento das dívidas, benefícios estes que para os agricultores em situação de insolvência poderão chegar à forma de apoios a fundo perdido em função dos prejuízos concretos registados.

Entre as medidas que entende como necessárias, o Grupo Parlamentar do PCP defende igualmente o pagamento imediato das ajudas co-financiadas em atraso, a antecipação do pagamento dos subsídios para o ano em curso, a flexibilização da aplicação dos regulamentos comunitários, a suspensão do pagamento do IRS e IRC e acções destinadas a impedir o aviltamento dos preços à produção.

Recursos Hídricos

PCP propõe encontros luso-espanhóis

O Grupo Parlamentar do PCP propôs que a Assembleia da República, juntamente com as Cortes Espanholas, diligenciem no sentido da realização de um Encontro Luso-Espanhol sobre as Bacias Hidrográficas dos rios ibéricos e os planos hidrológicos de Espanha e Portugal.

Veiculada pelo deputado António Murteira, no debate de urgência a pedido do PS sobre o Plano Hidrológico Espanhol, realizado faz hoje oito dias, esta proposta da formação do PCP no Parlamento foi acompanhada de duas outras de inegável interesse, uma, apontando para a criação de um sistema de dados e informações sobre as principais bacias hidrográficas, a outra, no sentido de os partidos com assento parlamentar contactarem e promoverem encontros com os seus congéneres espanhóis.

A experiência dos comunistas portugueses e espanhóis neste domínio, na sequência de dois encontros já realizados entre o PCP e a Esquerda Unida (um terceiro está marcado para Junho próximo), apresenta um saldo muito positivo, porquanto, como salientou António Murteira, "os encontros têm sido de grande utilidade e hoje os comunistas espanhóis compreendem e apoiam a necessidade de ser assinado um novo e justo Convénio entre Portugal e a Espanha".

Esta proposta da bancada comunista veio aliás na decorrência da posição de "rejeição e combate", igualmente expressa no debate por António Murteira, quanto a abordagens neonacionalistas ou iberistas a propósito da partilha da água com a Espanha.

A "posição que mais dignifica e serve os interesses de Portugal", observou o deputado comunista, tem necessariamente que passar, por um lado, por um quadro de "negociações bilaterais entre dois Estados sobera-

nos e vizinhos, ambos membros da União Europeia, e portanto numa base de cooperação e coordenação e com respeito pelos acordos e convénios assinados", e, por outro, no contexto da União Europeia e da Comunidade Internacional, à "luz do direito internacional e dos acordos sobre recursos hídricos internacionais".

No decorrer do debate, em que o PS acusou o Governo de

ter entrado na "fase da asneira" relativamente às posições assumidas sobre o Plano Hidrológico Espanhol, duras críticas foram ainda dirigidas por António Murteira ao que considerou ser a paralisia do Governo perante um problema que representou a perda de uma parte muito importante do caudal dos nossos rios, que significou uma total inércia perante o Plano Hidrológico de Espanha assente em transvases e na expansão do regadio em mais de 600 mil hectares, uma paralisia que, em suma, se traduziu por um enorme atraso em matéria de gestão e planeamento dos nossos recursos hídricos.

Gestão Hospitalar

Ambiguidades do PS camuflam semelhanças com o PSD

A Assembleia da República apreciou na semana transacta um projecto de lei que propõe a reforma da Gestão Hospitalar. Para o PS, que redigiu o diploma, com as medidas por si propostas, fica assegurada a "transparência" num sistema até aqui marcado pela "escandalosa governamentalização e partidarização".

Eurico Figueiredo, deputado e porta-voz do PS para a Saúde, na apresentação do diploma, afirmou mesmo que este visa "procurar curar uma doença", cujos sintomas, especificou, são "a não transparência", a "manifesta desresponsabilização", a "partidarização de um serviço público".

Quem não está tão seguro quanto aos propósitos da bancada socialista é o deputado comunista Luís Peixoto. Analisando as soluções preconizadas no diploma, o parlamentar do PCP considera que nele está clara-

mente patente o carácter ambíguo das opções do PS, o que aliás é confirmado pelo próprio Contrato de Legislação apresentado pela direcção socialista onde, recorda, se defende a experiência da gestão de hospitais por consórcios públicos e outras entidades, bem como novas soluções nos Centros de Saúde onde os clínicos gerais podem optar pela prática privada organizada em consultórios de grupo.

Luís Peixoto entende, pois, que as soluções apresentadas são vagas, susceptíveis de ter

"leituras diversas", mas que não passam no fundo "das mesmas que o PSD pratica neste momento". No caso da gestão hospitalar, a maior ambiguidade e "talvez a mais perigosa", no dizer de Luís Peixoto, resulta mesmo do referido Contrato de Legislação onde se defende que as escolhas para os cargos de gestão (director e administrador) seja baseado exclusivamente em critérios de competência profissional sem aprofundar quais os critérios e a forma de os aferir.

"Para o PCP é importante que o órgão de gestão de qualquer estabelecimento do Serviço Nacional de saúde seja presidido tanto quanto possível por um médico, ou no mínimo valorizado tal facto de forma especial", esclareceu Luís Peixoto, antes de fazer notar a sua discordância quanto ao facto de a lei permitir

que industriais e professores primários possam continuar a ser directores de hospitais.

Criticado pelo parlamentar comunista foram ainda as União e Federações de Hospitais, cujo alcance questionou, lembrando a propósito que se trata de uma experiência que não é inovadora e que, embora sem esse nome, o PSD tem posto em prática, como sucede, por exemplo, com os serviços de Obstetrícia concentrados que "retiram regalias a alguma população".

Dúvidas, muitas dúvidas levantou ainda Luís Peixoto relativamente ao Conselho Geral, a quem cabe verdadeiramente a gestão do Hospital, cuja constituição é muito vaga, com um funcionamento muito pesado e "regido por normas que conduzem a que a administração se faça numa dependência abso-

lutamente governamentalizada, limitando e podendo bloquear mesmo o funcionamento da instituição a que se aplica".

Para a formação comunista, num plano mais global, estão igualmente ausentes do diploma socialista, pelo menos em termos de consagração clara, três orientações que considera estratégicas. São elas, de acordo com as palavras de Luís Peixoto, a "organização de um SNS desgovernamentalizado, descentralizado, autónomo e dotado de financiamento suficiente; o carácter democrático e participado, pelos trabalhadores de saúde e pelas populações, dos vários processos de gestão; a promoção da eficácia, auto-regulação interna e externa, a avaliação da qualidade e a humanização dos serviços prestados".

Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos

Garantir a tranquilidade apostando na prevenção

A questão da segurança pública voltou a ser tema em debate no Parlamento. Em foco, mais exactamente, faz hoje uma semana, um projecto de lei que prevê a criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos. Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, pese embora o acolhimento favorável dos restantes partidos da oposição, o diploma acabou por ser rejeitado com os votos contra da maioria PSD. Ao inviabilizar pela segunda vez esta iniciativa legislativa (em 1993 idêntico projecto de lei do PCP foi também chumbado pelo PSD por meras razões partidárias), num domínio tão sensível como é o da segurança dos cidadãos, cujo acentuado agravamento coloca no ordem do dia a necessidade de prontas soluções, o PSD voltou lamentavelmente a demonstrar que as suas opções em matéria de política de segurança interna estão longe de dar resposta às ansiedades e reclamações dos cidadãos.

O deputado comunista João Amaral demonstrou-o claramente ao pôr em confronto as diferenças de concepção que presidem, por um lado, à criação dos Conselhos Municipais, e, por outro, as que pautam a política de segurança interna levada a cabo pelo Ministério da Administração Interna.

João Amaral considerou mesmo que estamos em presen-

ça de filosofias opostas, ou seja, enquanto o MAI "privilegia a via repressiva, o grande aparato policial e as exhibições de força", os Conselhos assentam no "desenvolvimento do conhecimento mútuo entre as polícias e as comunidades locais, baseiam-se numa filosofia de prevenção que é rigorosamente a única que de forma duradoura e consistente cria um

clima de tranquilidade, baseiam-se no estabelecimento de uma relação de confiança entre o profissional da polícia e o cidadão".

Significa isto - e esta foi a concepção que norteou a elaboração da proposta do PCP, como salientou João Amaral -, que a "prevenção da delinquência e da criminalidade e a melhoria da segurança e tranquilidade públicas" são funções complexas que exigem articulação no plano local entre todas as entidades e autoridades que intervêm com esse objectivo.

Nesse sentido, tendo presente o princípio da participação, o diploma assenta na ideia, realçada por João Amaral, de que a "segurança não é questão exclusiva dos profissionais da polícia. São estes que têm essa função - frisou o deputado do PCP -, mas o êxito da função depende de factores múltiplos, e por isso o Estado tem todo o interesse em estimular a participação de múltiplas entidades nas respectivas áreas de competência".

De acordo com a proposta da formação comunista, os Conse-

lhos Municipais têm assim funções consultivas, procurando realizar o que João Amaral chamou de "articulação, informação mútua e cooperação" entre as entidades que no plano do município têm uma palavra a dizer no capítulo da prevenção da marginalidade e delinquência e na melhoria da segurança e tranquilidade.

Trata-se, mais exactamente, como observou o parlamentar comunista, de conseguir reunir à mesma mesa as entidades municipais e de freguesia, os comandos policiais, magistrados judiciais e do Ministério Público, escolas, associações socioprofissionais, associações de cultura, representantes da juventude, Projecto Vida e insituições assistenciais.

Deste modo, em síntese, cumpre-se o objectivo de permitir a consulta entre todas estas entidades com vista a um melhor conhecimento e hierarquização dos problemas, racionalização das respostas, e elaboração de propostas e sugestões a todos os intervenientes e a outras entidades.

Queixa ao Provedor

Restrições de direitos dos militares

O diploma governamental que "estabelece o regime de queixa ao Provedor de Justiça em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas", recentemente aprovado pelo PSD e CDS/PP, com os votos contra das restantes formações parlamentares, foi considerado pelo deputado comunista João Amaral como "materialmente inconstitucional".

Na opinião do parlamentar do PCP, expressa em declaração de voto, o decreto impõe "restrições de direitos dos militares que não respeitam os limites materiais definidos nos artigos 270º e 18º da Constituição". Em causa está, concretamente - e esta é a primeira restrição -, o facto de os militares só poderem apresentar queixa depois de esgotada a via hierárquica, ou, não havendo lugar a recurso hierárquico, terem a obrigatoriedade de comunicar ao Chefe de Estado Maior respectivo, o que para João Amaral significa em qualquer dos casos "uma clara e frontal restrição do regime do direito de queixa previsto no artigo 23º da Constituição".

"Uma brutal restrição do conteúdo do direito de queixa", assim considera o deputado comunista, por outro lado, a circunstância de as queixas não poderem versar sobre matéria classificada nem sobre matéria operacional, um critério demasiado vago que, frisou, "inclui expressamente toda a matéria que tenha por objecto o sistema de forças ou o dispositivo das Forças de Segurança".

Significa isto, por conseguinte, do ponto de vista da formação comunista - apesar das significativas alterações introduzidas às limitações aos direitos do Provedor de Justiça -, que o "conteúdo negativo essencial da proposta" não sofreu alteração, ou seja, mantém-se a "mesma atitude reaccionária e conservadora perante os direitos dos militares que PS e PSD revelaram ao aprovar em 1982 o artigo 31º da lei de Defesa Nacional".

João Amaral entende assim que estas restrições "ultrapassam claramente os limites de necessidade e proporcionalidade prescritos no artigo 18º da Constituição" e que se está em presença, não de um mero condicionamento ou regulamentação, como defenderam o Governo e o PSD na Comissão de Defesa, mas sim de uma "regressão da legislação vigente e da prática que vem sendo seguida pela Provedoria".

Loteamentos ilegais

Manobra dilatória do PS impede debate de projectos do PCP

Com o debate previsto para a sessão plenária realizada faz hoje oito dias, os dois projectos de lei do PCP propondo soluções concretas em matéria de loteamentos ilegais acabaram, inesperada e estranhamente, por ser desagendados quase à última da hora por decisão tomada nesse sentido pela conferência de líderes. Com a cumplicidade do PSD, a responsabilidade por este adiamento do debate coube ao PS que, numa manobra política - talvez para esconder a sua falta de propostas ou não ter de ser confrontado com a votação dos diplomas do PCP - invocou a alegada necessidade de proceder a uma prévia audição parlamentar.

Lamentando esta atitude da bancada socialista, o deputado comunista Luís Sá em intervenção no período antes da ordem do dia demonstrou serem falaciosos e destituídos de qualquer fundamento os argumentos aduzidos por António Costa (PS), lembrando, por um lado, que a audição parlamentar, se fosse esse o caso, poderia perfeitamente ser feita no âmbito do debate na especialidade, e, por outro, que se trata de um fenómeno amplamente debatido e avaliado, não sendo por conseguinte "por falta de estudo ou de conhecimento da realidade que o problema dos loteamentos ilegais não é resolvido".

"O que os municípios e os moradores reclamam não são mais estudos ou audições, mas sim medidas concretas para os problemas concretos", enfatizou Luís Sá, que deixou um apelo à Câmara para que os interesses das populações não sejam preteridos ou sacrificados em favor de interesses partidários e eleitoralistas e, desse modo, possa ser garantido o prosseguimento acelerado do processo legislativo com vista à aprovação até final da Legislatura das medidas preconizadas pela sua bancada.

Tanto mais que os projectos subscritos pelos parlamentares comunistas foram já objecto de um profundo e amplo debate, tendo sido designadamente enviados à Associação Nacional de Municípios e a dezenas de associações de moradores, num processo de elaboração e auscultação que levou em conta as propostas e iniciativas de câmaras municipais e o resultado de audiências e contactos directos dos deputados comunistas com os moradores dos bairros de génese ilegal e suas estruturas representativas.

Ora a verdade é que se trata de um problema da maior relevância - calcula-se que existem cerca de cem mil lotes ilegais só na Área Metropolitana de Lisboa -, cujas causas, como lembrou Luís Sá, radicam fundamentalmente no falhanço de uma política de habitação alternativa, na especulação imobiliária que levou ao encarecimento do solo urbanizável, no fenómeno de expulsão dos centros urbanos para a periferia, no processo de litoralização com o acentuar dos fluxos do interior para as áreas metropolitanas.

Realçado pelo parlamentar do PCP foi ainda o enorme esforço de recuperação de loteamentos ilegais levado a cabo pelas autarquias (veja-se por exemplo os casos de Loures ou de Sesimbra), nomeadamente ao nível das infra-estruturas e equipamentos, esforço este que tem esbarrado com grandes dificuldades de natureza legal e financeira.

O que está em causa, pois, para a bancada comunista - e é esse o sentido dos seus dois projectos que aguardam agora por novo agendamento -, é de avançar com soluções para este grave problema nacional, objectivo que passa, num caso, de acordo com o articulado de um dos projectos do PCP, pelo estabelecimento de normas que visam facilitar as operações de licenciamento, registo e notariais, e, no outro, pela criação igualmente prevista num segundo diploma da bancada comunista de um Programa Especial de Reconversão de Loteamentos Ilegais que estabeleça um mecanismo de cooperação entre a Administração Central e as autarquias com vista a executar as infra-estruturas dos loteamentos que tenham condições para serem legalizados.

Camarate

PGR reabre inquérito judicial

A Comissão de Inquérito parlamentar ao acidente aéreo que vitimou, em Dezembro de 1980, Sá Carneiro, depois de ter concluído na passada semana a fase instrutória dos seus trabalhos, dispõe agora de 30 dias para debater, apreciar e votar o relatório.

Os novos dados carreados pela Comissão, presidida pelo deputado Pedro Roseta, levaram a Procuradoria-Geral da República a reabrir o inquérito judicial ao "caso Camarate".

A Comissão decidiu entretanto enviar à fábrica da "Cessna", nos Estados Unidos, o fragmento da peça em que foram detectadas substâncias explosivas. Os resultados desta diligência serão considerados como "uma informação complementar", segundo o presidente da Comissão, Pedro Roseta, que recusou, em declarações no final da última reunião da fase de investigação do inquérito, a ideia de que sejam "novas peritagens".

A consulta ao fabricante do avião tem sobretudo em vista, ainda de acordo com Pedro Roseta, saber a que parte da aeronave pertence a peça de que foi retirado o fragmento analisado pelos laboratórios do Reino Unido, que detectaram substâncias explosivas.

O advogado de José Esteves anunciou, entretanto, que vai pedir que o seu cliente seja ouvido "de imediato" pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para "esclarecer a sua posição" no caso Camarate. Este anúncio foi feito no final de uma acareação, que se prolongou por cerca de três horas, entre José Esteves e outras duas testemunhas.

O advogado argumentou que José Esteves não é acusado "de nada", apesar de ser referido, por terceiros, por "saber algo sobre Camarate" ou, no caso de Farinha Simões, de ter feito a bomba que alegadamente terá causado a queda do "Cessna".

"Acusações entre aspas" que José Esteves, nas palavras do seu advogado, negou durante o "frente-a-frente" com Farinha Simões e Francisco Pessoa.

É para esclarecer a posição de José Esteves e "para que não arranjam bodes expiatórios" que Rui Santana quer que o seu cliente seja ouvido pela PGR.

Dia da Europa

Um aniversário a pensar nas eleições

“O crescimento e a competitividade necessários para dar um emprego e uma perspectiva de vida ao maior número possível de pessoas só são possíveis dentro da União Europeia”, afirmou Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia, no início da semana, ao apelar ao reforço da construção europeia, numa mensagem a propósito do 50º aniversário do fim da segunda guerra mundial e do nascimento do projecto europeu. Uma data assinalada também em Portugal, com o Governo do PSD a ‘descobrir’ a necessidade de dar à construção europeia uma dimensão social.

“Vamos aprofundar a nossa cooperação de forma a podermos enfrentar novas tarefas?”, questionou-se Jacques Santer na declaração, referindo-se à conferência intergovernamental de 1996, sobre a reforma das instituições da União Europeia.

Para o responsável europeu, este é o momento ideal para dotar a União de “mais democracia, eficiência e torná-la mais próxima dos cidadãos”.

A declaração exalta a contribuição do projecto europeu de integração para os últimos “50 anos de paz, democracia e prosperidade” na Europa, e defende que “agora, mais que nunca, a União Europeia deve continuar a ser o foco da paz e da prosperidade para todo o continente”.

Jacques Santer, evocando o desemprego estrutural que reina na UE e que afecta um em cada dez trabalhadores comunitários, conclui que a amplitude do problema evidencia a incapacidade dos estados-membros para o defrontarem sozinhos.

“O crescimento e a competitividade necessários para dar um emprego e uma perspectiva de vida ao maior número possível de pessoas só são possíveis dentro da União Europeia”, afirma Jacques Santer.

Na sua mensagem, o presidente da Comissão Europeia alerta ainda para o facto de estarmos a “reviver um regresso ao nacionalismo militante culminando em grandes conflitos”, numa alusão à guerra na ex-Jugoslávia, numa repetição de horrores vividos durante a Segunda Grande Guerra.

A declaração de Santer foi feita na véspera do Dia da Europa, evocativo do 9 de Maio de 1950, em que o então ministro dos Negócios Estrangeiros da França e um dos fundadores das comunidades europeias, Robert Schuman, lançou um veemente apelo aos europeus para se mobilizarem em torno de um projecto político comum.

A dimensão social

Em tempo de celebrações, e quando se aproxima a revisão do Tratado de Maastricht, é curioso verificar como desperta de súbito a preocupação com a dimen-

são social e a exclusão social que atinge pelo menos 15 por cento dos cidadãos europeus. Em Lisboa, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Vítor Martins, à semelhança de Fernando Nogueira e do PSD, que agora descobriram os desempregados, participou na conferência sobre “A Construção da Europa Política: Um Projecto Comum?”, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, afirmando que a revisão do Tratado da União Europeia em 1996 terá que dar resposta a muitas das interrogações que os cidadãos europeus têm sobre o seu futuro.

“Quando tomamos consciência de que 55 milhões de europeus, 15 por cento dos cidadãos da Europa, vivem no limiar da

de grande importância para a construção europeia, porque a Europa irá viver um período negocial como nunca houve desde a Segunda Guerra Mundial”, Vítor Martins - segundo a agência Lusa - afirmou que a revisão do Tratado de Maastricht em 1996 será uma “negociação decisiva” e lembrou que muitas outras estarão igualmente na agenda europeia, como a revisão da UEO, que decorrerá em 1998, o sistema de financiamento da UE, até 1999, e o alargamento da União aos países do centro e leste da Europa.

Para o secretário de Estado, apesar do muito que se fez no processo de integração europeia, “sobretudo a nível económico”, há ainda muito que fazer em várias outras vertentes, nomeadamente a nível da política de defesa e de segurança. “A política externa e de segurança da Europa é hoje um exercício doloroso, é preciso reconhecê-lo”, afirmou, apontando o caso da guerra da Bósnia como um exemplo do fracasso da política externa da UE.

A questão, para o governante do PSD, está em saber se a Europa “quer ser uma potência internacional em confronto com os grandes blocos que se estão a

Papel crucial

Curiosa também foi a intervenção do presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, Jorge Braga de Macedo, que destacou o papel “crucial” que o Parlamento tem tido na questão do aprofundamento europeu e na próxima revisão do Tratado de Maastricht. Conhecido que é o secretismo e a governamentalização com que o Governo tem pautado a sua actuação sobre todas as matérias respeitantes à integração europeia, o alcance das palavras de Braga de Macedo não podia ser mais obscuro. De registar ainda, nesta linha de oposição a si próprio agora seguida pelo PSD, a defesa feita por Braga de Macedo a favor de “um contributo cada vez maior dos parlamentos nacionais nas questões europeias e de uma maior pedagogia da Europa que deverá ser alargada à classe política e àqueles sectores que estão mais sépticos em relação à Europa”.

Presume-se que, para o ex-ministro das Finanças, tudo se resume ao facto de, segundo afirmou, o parlamento português ter sido o primeiro a apresentar um trabalho sobre a Con-

Convenção de Schengen

O governo finlandês pediu o estatuto de observador do grupo de Schengen, que institui a livre circulação de pessoas entre os estados signatários da Convenção, anunciou uma fonte oficial na segunda-feira.

A comissão de política externa do governo solicitou também a realização de negociações sobre a manutenção da liberdade de circulação em vigor entre os cinco países nórdicos (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia). O governo de Helsínquia parece disposto a não assinar a Convenção de Schengen - já subscrita por dez membros da União Europeia - sem garantias da UE sobre a manutenção da liberdade de circulação nórdica, em vigor desde os anos 50. Recordar-se que o artigo 140 de Schengen limita a adesão à Convenção aos países membros da UE, de que não fazem parte a Noruega e a Islândia. A Convenção está em vigor desde 26 de Março em sete dos dez países signatários: Portugal, Espanha, França, Luxemburgo, Holanda, Alemanha e Bélgica.

Em Fevereiro, os cinco países nórdicos propuseram negociações sobre a questão, pedindo que a Noruega e a Islândia possam ser integradas no espaço Schengen.

A Dinamarca, que é membro da UE, também já pediu o estatuto de observador da Convenção, juntando-se assim à Finlândia. A Suécia deverá tomar proximamente uma iniciativa no mesmo sentido.

Pescas

O Canadá anulou a lei nacional que lhe permitia apresar barcos de pesca fora das 200 milhas da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), anunciou a agência Lusa, citando uma fonte da Comissão Europeia.

“O embaixador do Canadá em Bruxelas, Jacques Croix, comunicou hoje à Comissária Europeia das Pescas, Emma Bonino, que o cancelamento dessa lei vai ser publicado no jornal oficial do Canadá em meados do corrente mês”, disse segunda-feira Marco Zatterin, porta-voz da comissária.

A anulação desta lei, que entrou em vigor a 3 de Março e na sequência da qual barcos-patrolha canadianos hostilizaram barcos de pesca portugueses e espanhóis que operavam em águas internacionais, era uma das condições exigidas pela União Europeia para assinar um acordo de cooperação científica com o Canadá e retomar as negociações no âmbito da NAFO.

Assim, segundo a mesma fonte, durante esta semana reúne-se em Halifax, na Escócia, o Comité “Static”, instituição da Organização de Pescas do Noroeste Atlântico (NAFO) responsável pelo controlo da lei internacional que regula a actividade pesqueira, para iniciar as negociações que visam reforçar as regras que norteiam o esforço de pesca nas águas sob a sua jurisdição.

Nessa reunião, adiantou o porta-voz, a UE e o Canadá vão apresentar uma proposta conjunta sobre as modalidades de controlo da pesca e a sua aplicação.

Os aspectos científicos serão analisados numa reunião, também em Halifax, do Conselho Científico da NAFO, que decorrerá de 11 a 27 de Junho.

Argentina

A União Europeia vai conceder 22,1 milhões de dólares (3,2 milhões de contos) à Argentina, para financiar 37 projectos de desenvolvimento e investigação na área das pescas.

A informação foi conhecida no final da segunda reunião da Comissão Mista de Cooperação Pesqueira entre a UE e a Argentina, país que pretende aumentar a sua Zona Económica Exclusiva para 250 milhas. Depois do conflito que opôs o Canadá à UE, devido à pesca de palmeta pelos barcos comunitários em águas internacionais ao largo do Canadá, a Argentina colocou a questão do alargamento da sua ZEE.

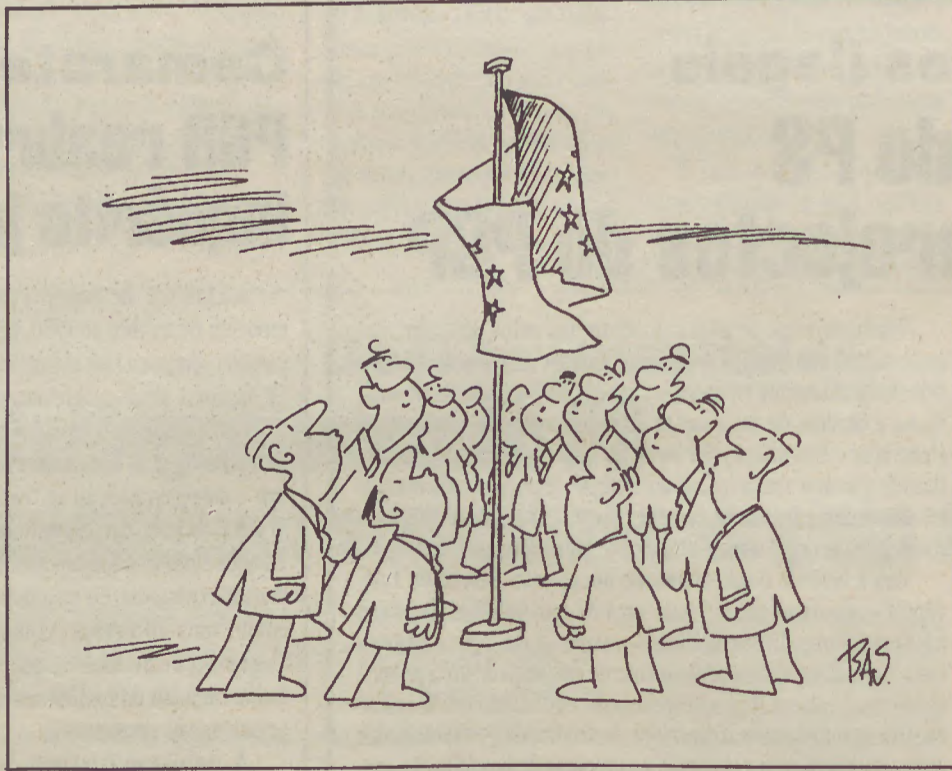
O ministro da Defesa argentino, Oscar Camilión, já advertiu que o seu país tem de preparar-se para enfrentar um “conflito importante com as nações que pescam depois do limite das 200 milhas marítimas nacionais”, quando as actividades pesqueiras desta zona começarem a ser fiscalizadas. A intenção de alargar o controlo às 250 milhas, cujo acordo será assinado em Julho ou Agosto, na ONU, visa “evitar a depredação das riquezas piscícolas”.

“Temos de preparar-nos para dentro de pouco tempo enfrentarmos um conflito, diríamos, importante nesta matéria”, disse Oscar Camilión. No acordo que visa permitir controlar as actividades pesqueiras para além das 200 milhas participam igualmente os EUA, Canadá, Rússia e Grã-Bretanha.

Europeus e argentinos estão de acordo no que respeita à necessidade de adoptar critérios de preservação e comportamentos racionais na exploração pesqueira em alto-mar.

A Secretaria de Estado da Agricultura e Pescas argentina informou que foram aprovados 37 projectos para investigação, equipamento, fiscalização e promoção dos produtos pesqueiros deste país. A UE vai financiar o arranque destas iniciativas, que têm como objectivo renovar embarcações obsoletas da frota argentina e fortalecer as empresas nacionais participantes nas sociedades mistas, com 22,1 milhões de dólares, dos quais 10,4 milhões serão entregues em 1995.

A Espanha defende que a sua frota pesqueira não será prejudicada por um eventual alargamento da ZEE argentina, devido ao acordo subscrito pela UE e pela Argentina em 1992.



pobreza, ou em situação de exclusão social, temos que reconhecer que a construção europeia ainda não deu resposta a coisas fundamentais da nossa sociedade”, disse Vítor Martins.

É caso para dizer que os governantes portugueses demoraram demasiado tempo a tomar consciência de um tão grande problema, e que nada parece terem aprendido com a experiência, pois a política que propõem para lhe fazer face não se diferencia da que levou a tal situação.

Considerando que “os próximos quatro a cinco anos irão ser

formar, ou se pretende continuar a ser uma zona de cooperação entre estados fragmentados, divididos na cena internacional”.

Vítor Martins criticou ainda os recentes debates a nível nacional sobre a UE, considerando que há demasiados equívocos em Portugal sobre a questão, e que muitos que se dizem defensores do liberalismo atacam o comércio livre e defendem o fecho das fronteiras. A imposição de quotas nos mais diversos domínios, como o caso recente das pescas, tão lesivas do interesse nacional, não mereceram comentários.

ferência Intergovernamental de 1996, embora ainda se continuem a ignorar quais as orientações defendidas pelo Governo nesta matéria e se chegue ao cúmulo de o ministro dos Negócios Estrangeiros andar por aí agora a afirmar, “em nome pessoal”, a necessidade de um referendo após a revisão do Tratado de Maastricht.

Não é pois de estranhar que, a propósito da vertente nacional da “parceria europeia”, Braga de Macedo apareça a defender (?) uma maior cooperação entre o Parlamento e o Governo sobre as questões europeias.

França

Chirac vence eleições em clima de luta social

Chirac venceu as eleições presidenciais francesas, com 52,2% dos votos contra 47,8% do candidato socialista Jospin, num quadro de incerteza eleitoral (Jospin foi o mais votado na 1ª volta), e num contexto de profundo descontentamento e contestação popular, que ainda este mês de Maio deverá ter novas expressões, na continuidade do movimento grevístico e de manifestações que marcaram a campanha eleitoral.

Os resultados das duas voltas eleitorais e a dinâmica da campanha testemunham um claro descontentamento com a política do governo Balladur (Chirac também se apresentou ao eleitorado como um candidato da ruptura), que entretanto acaba por se traduzir, apesar da importante votação no candidato socialista e na significativa subida dos comunistas, num voto maioritário na direita.

Na primeira volta, o con-

junto da candidatos da direita obteve 60% dos votos. O peso da juventude entre este eleitorado de direita é significativo - 25% dos eleitores com menos de 25 anos votaram então em Chirac, 17% em Le Pen.

O mais preocupante é naturalmente o peso do voto na Frente Nacional de Le Pen, que reforçou o seu resultado em 0,7% relativamente à primeira volta das eleições de 1988.

A votação na extrema-direita é sensível nas regiões mais afectadas pela crise e em particular nas grandes cidades. Le Pen reúne os votos de quase um quarto dos comerciantes e artesãos, entre 25% e 27% do eleitorado operário, cerca de um quarto dos desempregados que votaram e um terço dos sectores mais pobres da população.

Com uma campanha particularmente dinâmica, os comunistas franceses conse-

guiram melhorar os resultados eleitorais, com 8,4% dos votos. Mais 600.000 votos que em 1988. Em quebra constante nas eleições ultimamente realizadas a nível nacional, é a primeira vez que os comunistas franceses conseguem inflectir esta curva descendente. Um resultado que reflecte também o seu profundo empenhamento numa luta popular que, tudo indica, irá prosseguir e reforçar-se, já neste mês de Maio.

Itália

A derrota da direita

A aliança centro-esquerda, englobando o PDS (ex-Partido Comunista) e o PPI (ex-Democracia Cristã, actualmente dividida entre o apoio à direita de Berlusconi e ao PDS), alcançou uma importante vitória na segunda volta das eleições municipais que decorreu domingo passado.

Trinta e um milhões de italianos foram às urnas para renovar os conselhos de 54 províncias e 189 municípios. Os candidatos de centro-esquerda venceram em 45 das 54 províncias. A direita ganhou ape-

nas em três cidades, contra 21 da aliança centro-esquerda. Os factos parecem indicar uma perda acentuada da capacidade de mobilização do "Pólo da Liberdade" - aliança de Berlusconi com os fascistas de Gianfranco Fini -, o que abre perspectivas a uma afirmação da esquerda, como alternativa política, nas próximas eleições legislativas, a realizar em Outubro.

Um dado muito positivo nestas eleições - os resultados obtidos pelos comunistas da Refundação Comunista

(PRC), que na primeira volta obtiveram 8,4% dos votos. Esta subida de votação é analisada pela direcção da Refundação como resultado de uma forte afluência dos votos dos jovens e dos reformados. O voto comunista regista igualmente uma significativa subida nos bairros operários, como em Mirafiore, em Turim, sede da Fiat.

Ainda na primeira volta eleitoral, ressaltou a importância da unidade da esquerda, defendida pela Refundação Comunista. Em diversas

regiões foi possível essa unidade - entre a aliança centro-esquerda e o PCR - e o resultado foi a vitória da esquerda. Onde essa unidade não se estabeleceu - por cedência do PDS em relação à ala direita da aliança - como foi o caso de duas importantes regiões (Piemonte e Calabria) na primeira volta, a direita alcançou a vitória, por poucos votos.

"Em Piemonte, o PDS apoiou, como candidato à presidência da região, Giuseppe Pichetto, um homem da Confindustria (confederação

patronal), enquanto na Calabria apoiou um "boss" do velho regime democrata-cristão" - diz o porta-voz do grupo parlamentar comunista, Oliverio Diliberto, para sublinhar - "Não se pode derrotar a direita com uma política ultramoderada: esta a lição das eleições regionais. Só uma esquerda unida, com um programa que defenda os interesses populares, poderá vencer, nas próximas eleições legislativas, a direita ultraliberal e reaccionária de Berlusconi a Fini".

Declaração-Apelo

50.º aniversário do fim da II Guerra Mundial

Por ocasião do 50º aniversário do fim da segunda guerra mundial foi divulgada, em conferência de imprensa na Casa da Paz, uma Declaração-Apelo, de que são primeiros signatários, o CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Associação de Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - Movimento Zlan, o MEP - Movimento dos Educadores para a Paz, a AMPPGN - Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear e o MDM - Movimento Democrático de Mulheres.

No quadro de uma breve análise das evoluções registadas no pós-guerra, no plano internacional como nacional, a Declaração começa por sublinhar a conquista da Paz pelos países aliados na coligação antinazi, "cuja cooperação e concertação foi consagrada na Carta das Nações Unidas", abrindo cami-

nho a "um mundo novo, mais justo, com base no respeito pelos direitos do Homem e dos Povos e na cooperação igual e pacífica entre as nações". Uma perspectiva de imediato ensombrada pelas explosões atómicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki e o início da "guerra fria".

Volvidos 50 anos - sublinha-se na Declaração - "a guerra voltou à Europa, estão de novo em perigo os fundamentos da Paz. Acentua-se o clima psicológico e as tendências na situação política internacional que prenunciam a eclosão de uma nova guerra que, a verificar-se, porá em causa a própria existência da vida na Terra. A intensa e continuada acumulação de armamentos convencionais e nucleares e, em particular, o recurso a novos tipos e sistemas de armas nucleares de primeiro ataque, têm acentuado extraordinariamente o perigo de guerra, agravando o

clima das relações internacionais e agudizando os focos regionais de tensão. A crise económica, a delapidação dos recursos naturais, a privação das mais elementares necessidades do ser humano, a fome, a doença, o desemprego e o analfabetismo são reflexo gritante dos colossais gastos para fins militares".

A Declaração Apelo denuncia as tentativas de "impor uma nova ordem internacional" marcada pela hegemonização do Norte", o desenvolvimento do racismo e dos fundamentalismos, a recusa sistemática dos países industrializados em "pôr termo à degradação do ambiente e das condições de vida das populações". Defende ainda a necessidade de uma reestruturação e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Neste quadro, defende-se a "excepcional importância, significado e actualidade" das comemora-

ções do fim da guerra pelas "forças democráticas e movimentos da Paz".

"Por fidelidade ao ideal libertador do 25 de Abril, em reconhecimento para com os combatentes e povos que salvaram o mundo da dominação nazi-fascista, em homenagem à unidade e luta dos democratas e antifascistas, o povo português e as instituições democráticas não podem ficar alheados das comemorações que, na Europa e no resto do Mundo, celebrarão o 50º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e o militarismo japonês, afirmando a vontade dos povos de construir um mundo definitivamente liberto de todas as formas de fascismo, racismo, colonialismo e militarismo, da opressão e da miséria, da agressão e da guerra", conclui a Declaração-Apelo, propondo a promoção de iniciativas por todo o país.

Angola

Decorreu no passado domingo, em Lusaca, na sede da Presidência da República da Zâmbia, um encontro entre o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o dirigente da Unita, Jonas Savimbi. Do encontro resultou um acordo que, nas palavras do presidente angolano, levará à superação das dificuldades actuais.

"Concluímos que temos de exercer mais esforços ainda para acelerar a implementação do protocolo de Lusaca - afirma Eduardo dos Santos. Decidimos agora trabalhar de forma séria, para que todas as cláusulas sejam implementadas. Há que resolver o mais depressa possível todas as questões militares. Há que acelerar a chegada dos capacetes azuis".

Corrupção

A fabricação de armas e as telecomunicações são dois dos sectores industriais onde se regista maior corrupção, considera um documento das Nações Unidas divulgado no Cairo quando do nono Congresso da ONU sobre a prevenção do crime.

Os grandes contratos de engenharia civil - barragens, pontes, estradas, aeroportos, hospitais - em que intervêm geralmente diferentes entidades, são igualmente propícios ao pagamento de comissões, segundo o documento da ONU. Em alguns contratos militares pergunta-se mesmo se não é a "comissão" que dá lugar à compra.

A organização não governamental "Transparency Internacional" afirma, por seu lado, que a parte de "luvas" na conclusão de contratos atinge cerca de 15% do valor das vendas.

Grã-Bretanha

Nas eleições municipais agora realizadas na Inglaterra e no País de Gales, o partido conservador sofreu a sua maior derrota desde a chegada ao poder de Margaret Thatcher, há 16 anos. Uma clara rejeição popular da política que tem vindo a ser seguida. Os trabalhistas, principal partido da oposição, obtiveram 48% dos votos expressos, o partido conservador - no governo - 25%, e os liberais-democratas, segundo partido da oposição, 23%.

O partido trabalhista abarca sindicalistas e militantes de diferentes opções políticas. No poder entre 1945 e 1951, fase em que promoveu uma política com mais fortes preocupações sociais, viria a liquidar muitas dessas conquistas entre 1974 e 1979, abrindo portas à vitória dos conservadores. No último Congresso, realizado em véspera de eleições, foi suprimida, na "Constituição" trabalhista, a referência à "propriedade colectiva dos meios de produção, distribuição e troca", substituída por uma vaga referência a "justiça social para todos". Uma alteração - votada por 65% dos delegados, contra 35% - que gerou muita polémica.

China

Foi agora introduzida na China a semana de 40 horas e entrou simultaneamente em vigor a proibição do trabalho infantil. Medidas saudadas pelo "Diário do Povo" como uma vitória do socialismo e um sintoma do "aprofundamento das reformas" no país. Até à data, os chineses trabalhavam 44 horas semanais, incluindo sábados. Entretanto esta medida parece ter gerado alguma preocupação entre os investidores estrangeiros, receosos pelos seus negócios e naturalmente pouco sensíveis aos interesses dos trabalhadores.

Intervenção de Álvaro Cunhal

O objectivo central é derrotar a direita e a sua

Este nosso Encontro Nacional tem um objectivo muito concreto: o aprofundamento da preparação para as eleições legislativas.

Nas duas secções haverá ocasião de os camaradas darem a sua contribuição. No plenário final, o secretário-geral do Partido, o camarada Carlos Carvalhas, concluirá os debates.

Apenas pois neste momento algumas referências introdutórias em cinco breves observações correspondentes a orientações gerais que cabe ao Encontro Nacional aferir e aprofundar.

Primeira

O objectivo central indicado pelo partido para as próximas eleições legislativas é derrotar a direita e a sua política e isso significa antes de mais derrotar eleitoralmente o PSD e afastá-lo do governo.

Recordamos que, em fins de 1974 princípios de 1995, estavam criadas as condições para a concretização das medidas avançadas pelo Comité Central no mês de Dezembro de 1994: dissolução da

e o PSD nas eleições legislativas de Outubro. Partimos para a batalha com a firme determinação de os derrotarmos.

Segunda observação

Derrotar o PSD, colocá-lo (juntamente com o CDS) em minoria é possível e decisivo. Mas não se trata apenas de afastar o PSD, mas de pôr termo à política de direita. Não se trata apenas de substituir no poder um partido, os seus deputados e os seus ministros para continuar no essencial a política de direita. Não se trata de lutar por uma alternância mas de lutar por uma verdadeira alternativa democrática à política de direita. É isso que interessa aos trabalhadores, ao povo, à democracia, a Portugal.

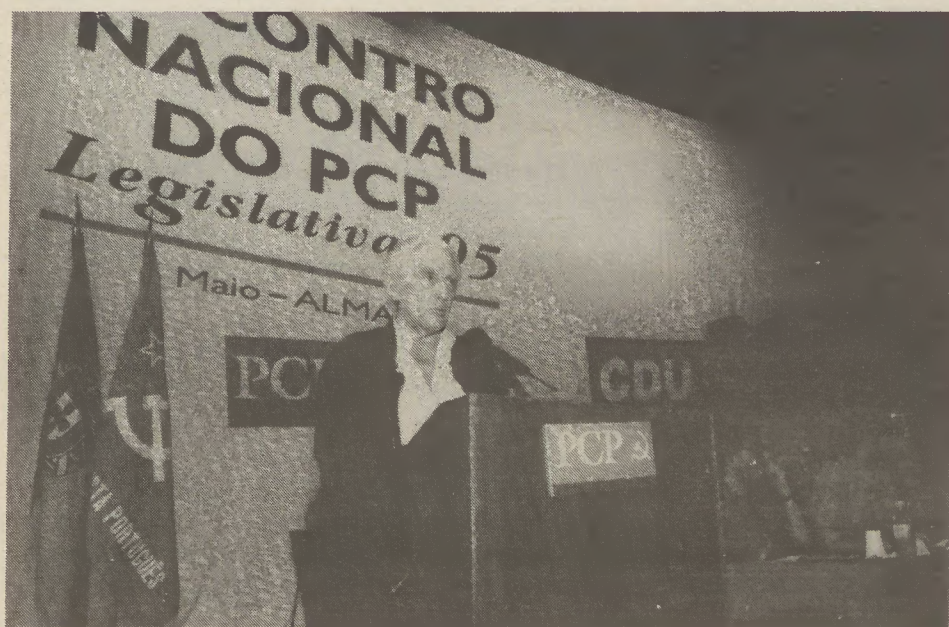
Sendo assim, é uma verdade, à vista de qualquer observador sem preconceitos, que o PS, em questões fundamentais (privatizações, domínio dos grupos monopolistas, direitos dos trabalhadores, capitulação nacional no quadro da União Europeia, etc.) tem posições e propõe uma política que pouco se diferenciam das do PSD.

gos e a pesada e desastrosa herança que deixa o PSD e dar resposta aos gravíssimos problemas que se colocam à democracia portuguesa, ao povo português e a Portugal.

Uma forte representação parlamentar do PCP é garantia da que na Assembleia serão defendidos com capacidade e coragem os justos interesses e direitos. Mas não só.

É uma realidade objectiva do quadro político-partidário existente que sem o PCP não poderá haver uma viragem democrática na política nacional. E cabe acrescentar que, tal como sucede nas Autarquias, os comunistas no dia em que o povo o queira estarão preparados para no Governo, com honestidade, trabalho e competência, corresponder à confiança que neles o povo deposite.

O PCP apresenta-se como o partido da alternativa. Quanto mais forte for a representação do PCP e outros democratas da CDU na Assembleia da República mais será possível a alternativa que responda às necessidades e aspirações do povo português. Se se fala de voto útil para que seja assegurada a derrota da direita e da sua política e seja possível uma alternativa, o voto útil é no PCP e na CDU.



Assembleia da República, eleições antecipadas, formação de um governo que desse garantias de democraticidade do processo e do acto eleitorais.

O funcionamento normal das instituições encontrava-se comprometido e o governo e o PSD estavam encostados à parede. A renúncia de Cavaco e o Congresso do PSD foram confissões de derrota. Era a altura própria para dar voz ao povo português.

O Presidente da República não o entendeu assim. Mantendo o governo de Cavaco Silva em funções e não antecipando as eleições, concedeu ao PSD uma moratória que só ao PSD aproveitava.

Cavaco, o seu governo, o PSD e sua maioria na Assembleia da República com apressadas operações de cosmética tudo farão para tentar recuperar terreno e recompor-se da situação de derrota em que se encontravam.

Uma convicção é porém a este respeito fundamental: a convicção de que apesar da moratória que lhes foi dada, **continuam a existir condições favoráveis para derrotar a direita, o governo**

Com a ambição da bipolarização e a com a pretensão de alcançar maioria absoluta, **o PS o que propõe é substituir o PSD no governo e na maioria na Assembleia da República, para no fim de contas continuar tudo aproximadamente na mesma.** Insistindo em afirmar que quer maioria absoluta, o PS já vai dizendo que está pronto a ser governo com maioria relativa. Para isso ser possível era bom que dissesse com que apoios conta.

Não é de mais confirmar que o PCP não será nem bengala nem mula de um governo do PS.

Terceira observação

Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, o nosso Partido tem sido e é a mais firme, coerente e combativa força de oposição à política de direita. É o único que apresenta ao país uma nova política, uma política democrática capaz de superar os estra-

Quarta observação

As eleições legislativas constituem a grande batalha política do ano. Justifica-se inteiramente que o Partido se empenhe a fundo na sua preparação e na campanha em todos os aspectos.

Isto não significa porém que se abandonem outras importantes e também decisivas direcções da nossa actividade.

Em Outubro, teremos as eleições, mas até lá, além de tudo quanto temos de dedicar a essa batalha, temos de travar batalhas passo a passo, dia a dia, com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares em defesa dos seus interesses e direitos. Temos de dar uma contribuição firme e dedicada dos nossos militantes para o reforço das organizações e movimentos unitários de massas, nomeadamente da CGTP-IN, para as lutas dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais, dos reformados, das mulheres, para a exigência de reivindicações concretas, para o avanço decidido da luta da juventude, que, ao

política

contrário dos reaccionários, que a insultam chamando-lhe "geração rasca", constitui uma grande força social, cuja reflexão, afirmação e intervenção própria são necessárias à luta do nosso povo e do nosso Partido.

Nestes meses até às eleições de Outubro temos também de continuar incansavelmente o reforço do Partido. Com novos membros do Partido e também da JCP, juventude do PC. Com o reforço da organização. Com a renovação. Com uma propaganda incisiva dirigida às massas. Com respostas prontas às situações no campo social, político e cultural e sem esquecer na batalha ideológica que envolve e intervém em todas as frentes.

As lutas de massas por objectivos a curto prazo e o reforço do Partido não contrariam o empenhamento de todo o Partido para as eleições legislativas, antes pelo contrário constituem factores favoráveis para o êxito eleitoral do PCP e da CDU.

Quinta e última observação

O nosso Partido concorrerá às eleições no quadro da CDU-Coligação Democrática Unitária. Não é um nome de circunstância. Não é como o nome do PS que continua a chamar-se socialista apesar de ter metido o socialismo na gaveta. Não é como o nome do PSD que, assumidamente de direita, de social-democrata nada tem. Não é como o nome do agora PP que se intitula popular quando mais os seus objectivos são contra o povo. O nome da CDU-Coligação Democrática Unitária corresponde àquilo que é.

Nós, os comunistas, temos em elevado apreço os nossos companheiros da Coligação - o Partido Ecologista os Verdes (PEV), os companheiros da Intervenção Democrática (ID) e os muitos milhares de democratas (e cada vez mais estão ao nosso lado) que, não pertencendo a nenhum partido, participam ombro com ombro connosco nos mesmos combates. Estamos aqui no Encontro Nacional do nosso Partido, para examinarmos o andamento do nosso trabalho. Companheiros da CDU: Aqui vos saudamos fraternalmente e vos confirmamos que temos sempre presentes as vossas opiniões e o valor da vossa participação no projecto unitário comum.

Todos compartilhamos da ideia de que a coligação e o projecto unitário não apagam a identidade de cada um dos participantes. Não apagam naturalmente a do nosso Partido. No que respeita à situação actual, um eventual apagamento da identidade do PCP na coligação enfraqueceria a força, a convicção e as potencialidades do próprio projecto unitário.

A afirmação da identidade do PCP no quadro unitário longe de enfraquecer fortalece a unidade que queremos seja solidamente alicerçada em convicções e princípios. Longe de enfraquecer as possibilidades eleitorais da CDU é uma contribuição para alargá-las.

A batalha das eleições não será fácil para nós. É grande a desigualdade de meios e recursos, nomeadamente de fundos e de grandes órgãos de comunicação social.

Temos entretanto valiosos trunfos que os outros não têm.

Temos a superioridade de falarmos verdade ao povo.

Temos a dedicada militância dos milhares e milhares de membros do Partido e da JCP, milhares de homens, mulheres e jovens.

Temos convicções profundas e coragem política e moral para afirmá-las.

Temos uma estreita ligação com os trabalhadores e as massas populares que é da própria natureza, da própria história, da própria razão de ser do nosso partido.

E voltados para as eleições temos a proposta de uma nova política que corresponde às necessidades do nosso país e às aspirações do nosso povo.

E não só a proposta de uma nova política, mas o conhecimento, a experiência, a capacidade e a competência para realizá-la quando o povo assim o queira.

Vamos empenhar-nos na batalha. E temos condições para alcançar os objectivos que propomos.

Viva a CDU - Coligação Democrática Unitária!
Viva o Partido Comunista Português!



**Carlos Carvalhas
no encerramento do Encontro**

Dar resposta aos graves problemas do País

Em primeiro lugar permitam-me que, saudando-vos, saúde os nossos estimados convidados e os nossos parceiros da CDU - o Partido Ecologista «OS VERDES», a Intervenção Democrática e os numerosos independentes que connosco intervêm e lutam no grande espaço democrático que é a Coligação Democrática Unitária.

Chegámos ao fim do nosso Encontro. Acabamos de ouvir, pela voz dos camaradas Luís Sá e José Casanova, os relatos e apuramentos sintéticos das questões levantadas nas secções e algumas das grandes linhas que ajudarão à nossa intervenção, na pré-campanha e na campanha eleitoral, com vista, como se afirma na nossa Resolução, à conquista de uma nova política e de uma alternativa democrática, sólida e consequentemente inspiradas pelos ideais e valores de esquerda.

Naturalmente que no nosso Encontro tratamos dos problemas da organização da campanha, nos mais variados aspectos, **mas aquilo que uniu os nossos debates foi a preocupação em dar resposta aos graves problemas com que se debate o país e a sociedade portuguesa, em fazer chegar aos trabalhadores e ao povo as nossas propostas e soluções, em podermos mostrar e demonstrar que há outros caminhos para Portugal.**

Aqui ninguém esteve preocupado em como vender «gato por lebre» na campanha eleitoral, em como disfarçar posições, ou em ir defender hoje aquilo que se condenou ontem, ou ainda, em prometer tudo a todos numa autêntica caça ao voto sem princípios nem escrúpulos.

A preocupação do Encontro e a orientação aqui traçada, não foi para a política «politiqueira», para a política-espectáculo, para as mil e uma maneiras de enganar o eleitorado, mas sim em falar verdade, em valorizar e dignificar quem trabalha e quem produz, em estimular não as emoções fáceis e a irracionalidade, mas sim a reflexão crítica e a intervenção cívica dos cidadãos.

Em privilegiar o contacto directo com o povo, em promover no fundo uma grande campanha de massas que seja ao mesmo tempo um grande e profundo debate com o País sobre as nossas propostas e soluções, sobre o nosso projecto, sobre a necessidade de uma nova política.

O respeito que nos merecem os eleitores e a nossa atitude perante os trabalhadores e as populações, não é uma «questão de agenda» como diz o PSD, que enquanto Governo promove o desemprego, mas que em almoçarada comemorativa do 1º de Maio, pela voz de Fernando Nogueira diz solenemente estar preocupado com o emprego, afirmando logo de seguida que o PSD é um Partido que «**pensa nos desempregados!**» Um Partido que enquanto governo tem tido uma inadmissível atitude de passividade face ao Plano Hidrológico espanhol, mas que na tribuna dos comícios pela voz de Filipe Menezes ameaça convocar as hostes para uma manifestação contra a ameaça castelhana! Um Partido que na Assembleia da República chumbou sectariamente o projecto de seguro agrícola apresentado pelo PCP, que cobria os riscos verificados e que agora, perante o desastre da

seca e das geadas diz pela voz do Ministro da Agricultura, que para o ano os agricultores já terão um seguro agrícola capaz...

Para além da propaganda mentirosa e da demagogia a todo o vapor o que isto mostra é que o PSD que este ano até manifestou um amor seródio pelo 25 de Abril e pelo 1º de Maio, mais uma vez ensaia a tática de ser ao mesmo tempo governo e oposição para tentar a sua desresponsabilização.

É nesta linha e com o mesmo descaramento que o presidente do PSD acusa os capitalistas de «**só pensarem no lucro fácil**» (*sic*) e de **fazerem dos dinheiros públicos fortunas privadas com desprezo pelos postos de trabalho**, quando toda a gente sabe que Fernando Nogueira foi a segunda figura do Governo de Cavaco Silva, que por exemplo, deu recentemente 60 milhões de contos aos agrários; 50 milhões aos Mellos, por terrenos de valia duvidosa e ao abrigo de um Decreto de Salazar; que concedeu perdões fiscais de 10 milhões de contos a uma dúzia de empresas do distrito de Braga, que tinham cerca de 8.500 trabalhadores e que agora têm menos de 550; que generosamente dilatou o prazo do pagamento da dívida da Lisnave para o ano 2002, enquanto esta empresa continua a proceder a despedimentos; que ofereceu, como se sabe, uns milhões à ODEFRUTA, à tal exploração «modelo» no dizer do Primeiro-ministro e que deixou os trabalhadores sem trabalho e o sr. Thierry Russel um pouco mais desafogado.

O presidente do PSD foi membro do Governo, e este é outro flagrante exemplo, que criou a chamada Rede Nacional de Abate depois rebaptizada de Empresas PEC e que nem a caríssima propaganda que consumiu cerca de 60% do encaixe de 745 mil contos da privatização dessas empresas conseguiu esconder a falência, os erros financeiros, os negócios escuros e o desperdício de dinheiros públicos e comunitários, verdadeiros atentados contra os trabalhadores, os interesses dos agricultores e a economia nacional. É caso para dizer: **cheга de hipocrisia, haja um pouco de pudor!**

Ou será que o Dr. Fernando Nogueira nos quer convencer que desconhece, por exemplo, a negociata em curso da privatização da Telecom? E se conhece e se está tão «indignado» com os lucros fáceis à custa dos dinheiros públicos, estará disposto a denunciar a autêntica «mão baixa» que se quer fazer às Telecomunicações, uma área cada vez mais decisiva e estratégica? Aqui fica o desafio.

Mas um Governo que promove o clientelismo e o carreirismo à custa do erário público, **que nunca permitiu com a sua maioria absoluta um inquérito ao escândalo das privatizações**, que tem favorecido as actividades especulativas e parasitárias e penalizado as actividades produtivas, como pode vir agora, por um dos seus principais responsáveis, com toda a candura, revelar a sua mais encenada «indignação» com as fortunas ganhas à custa do erário público?

Fizeram-se fortunas sim e fortunas meteóricas à custa do património público, à custa dos favores e dos dinheiros públicos,



Carlos Carvalhas no encerramento do Encontro Dar resposta aos graves problemas do País

do dinheiro de todos nós, dinheiro que depois o PSD diz não haver, para as funções sociais do Estado - saúde, ensino público, habitação social - para os reformados e pensionistas, ou para o estabelecimento de um rendimento mínimo de subsistência... Isto é inaceitável.

Derrotar o PSD e a política de direita

Por isso dizemos que é necessária uma forte mobilização pela moralização da vida pública, mas que é sobretudo necessário derrotar este Governo e derrotar a política de direita. E dizemos derrotar este Governo e a política de direita para que esta não se venha a concretizar com outras caras e outros disfarces, isto é, com aqueles que denunciam os efeitos das políticas do PSD, mas que aprovaram Maastricht e as suas políticas que levam ao desemprego e à deflação da economia e que se se apanhassem com as mãos livres seguiriam no essencial, no plano económico e social a mesma orientação.

Com aqueles que para a revisão do Tratado de Maastricht mostram continuar a defender a via federalista, o seu carácter antidemocrático, os critérios monetaristas da União Europeia e a sua «construção» como um Directório de grandes potências e que agora face às consequências para o País começam a dizer que passaram de euro-optimistas a euro-preocupados!

Com aqueles que em Bruxelas e em Estrasburgo aprovaram, por exemplo, a reforma da PAC e ainda recentemente o Relatório Fantuzzi sobre a proposta do Conselho da Comunidade relativamente à Reforma da Organização Comum dos Mercados Vitivinícolas e que depois aqui em Portugal dizem reprovar tais medidas expressando «comovidas» palavras de solidariedade para com os agricultores portugueses.

Com aqueles que prometem tudo a todos, às transnacionais, ao grande capital nacional, aos pequenos e médios empresários e aos trabalhadores.

Com aqueles que piscam os olhos aos trabalhadores mas que lhe destinam «maior flexibilidade» ou seja, maior exploração e uma norma salarial que na prática mantém o peso dos salários no Rendimento Nacional.

Estas atitudes ambíguas e de dupla face não podem deixar de ser denunciadas.

Mas é preciso dizer e mostrar particularmente à juventude e aos trabalhadores que é possível, necessário e urgente, uma outra política, uma política que retome, nas novas condições, as esperanças, ideais e valores do 25 de Abril que, reafirmamos, são hoje o que autenticamente exprimem a modernidade de Portugal, como País que se quer de novo apostado na democracia, na liberdade, na justiça social, na solidariedade, no desenvolvimento e na afirmação da soberania e da independência nacional. E que a negação dessa modernidade está numa política que promove o aumento da pobreza, da exclusão social, do desemprego, do flagelo da toxicodependência e da insegurança, numa política que está a liquidar as nossas pescas e a nossa agricultura, a fazer regredir a nossa indústria e a entregar os nossos recursos, mercado e alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro. Numa política de subserviência e de não afirmação nacional nas instâncias comunitárias.

Nós dizemos não a esta capitulação. Os nossos agricultores e trabalhadores agrícolas, pescadores e armadores não estão condenados à ruína. Portugal não está condenado ao colete de forças das políticas e da tutela de Maastricht, não está condenado à dominação, nem a uma «moeda única» ficando o país na cauda do desenvolvimento europeu.

É necessário desmascarar aqueles que nos apresentam a União Económica e Monetária, a moeda única e as diversas políticas comuns, tal como estão concebidas, como inevitáveis, como necessárias e como extremamente benéficas para o país.

Esses são os mesmos que diziam que o Mercado único nos iria trazer «o pleno emprego e a aproximação aos países europeus mais desenvolvidos», que iríamos ter acesso a um mercado de 340 milhões de cidadãos, que «endeusavam» e «papagueavam» o Relatório Cechini, que pretendia provar que o «grande mercado único representava economias de 200 mil milhões de ecus», na altura publicitado como «39 mil milhões de contos e a criação de cinco milhões de novos postos de trabalho». São os

mesmos que incensavam também os «Livros Brancos» e as certezas de Jacques Delors, o mesmo Jacques Delors que no último adeus no jantar do grupo parlamentar dos socialistas europeus, surpreendia os seus companheiros ao exteriorizar as suas angústias apontando o dedo à «Europa do livre câmbio, da livre circulação, do triunfo do dinheiro e da especulação» (sic), e acrescentando «também eu não sei se é menos Europa ou mais Europa, que nos permite dominar a «mão invisível» do mercado»...

O desmascaramento destas mistificações e a condenação da política de direita é a questão central das próximas eleições, o que só é possível com a derrota eleitoral da direita, com a rejeição das pretensões hegemónicas e de poder absoluto do PS e com o reforço eleitoral do PCP e da CDU.

A nova política que o PCP propõe distingue-se claramente da velha política de direita do PSD porque rompe com a política de concentração de riqueza, penaliza as actividades especulativas e parasitárias e favorece as actividades produtivas, criadoras de riqueza e de emprego, promove o progresso e a justiça social, defende a soberania e a independência nacionais. Ao contrário de outros que dizem simultaneamente sim ao grande capital e sim aos trabalhadores, sim à Europa do Bundesbank e sim aos interesses nacionais, nós afirmamos que é pela esquerda que é possível dar a volta a isto, assumindo com clareza que uma nova política é para privilegiar os interesses nacionais, o Portugal que trabalha, resiste e constrói, um Portugal aberto ao mundo, um Portugal de progresso e de justiça numa Europa de paz e cooperação.

Uma política que como se afirma na Resolução deste Encontro se articula em torno de cinco grandes orientações estratégicas, eixos de um programa para responder às necessidades e anseios do povo português, que considera que o aumento do poder de compra dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos reformados, que a melho-

Inglaterra e a Alemanha. Do mesmo modo são necessárias medidas urgentes e não apenas palavras e promessas, que dêem resposta aos graves problemas e prejuízos agrícolas decorrentes das geadas e da seca... E em relação a esta última questão é de sublinhar que não se dá resposta aos problemas com o corrúpio de ministros e responsáveis do PSD, a prometerem pela enésima vez, o início de obras fundamentais como o Alqueva, Enxoé, Gema e água Branca, Minutos e Abrilongo, mas com actos e medidas concretas.

Por outro lado, é necessário continuar a luta e a luta de massas contra a política do PSD. Manifestamos daqui a nossa solidariedade a todos quantos se encontram em luta por justas reivindicações - trabalhadores, estudantes e professores, agricultores e pescadores... Aos trabalhadores da Renault, da Manuel Pereira Roldão em luta pela viabilização da empresa, da Hidrosorefame, em defesa dos seus postos de trabalho, aos trabalhadores da TAP, da CP, da Telecom, que prosseguem a sua luta pela defesa do direito à contratação. E é necessário que os trabalhadores prossigam e intensifiquem a sua luta pela redução do horário de trabalho, pelo aumento dos salários, pela defesa e segurança social, que são também elementos de dinamização da actividade económica.

O crescimento económico, o aproveitamento dos nossos recursos, a promoção do investimento produtivo, a valorização e defesa da produção nacional e a elevação da formação, da educação e da cultura e a promoção da ciência e tecnologia são direcções fundamentais para o combate ao desemprego e a melhoria do nível e qualidade de vida das populações.

Mas a nova política que o PCP propõe exige também o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, exige a desgovernamentalização do Estado e o respeito exemplar pelas liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos, pelos direitos e liberdades dos trabalhadores.

Querem-nos fazer crer que não há outro caminho, que os dogmas do neoliberalismo, a desregulamentação e flexibilização do trabalho, a privatização de tudo quanto é rentável, o negocismo na saúde, no ensino e na habitação social, a liquidação da segurança social e do salário mínimo, a criação de grupos monopolistas e o fundamentalismo do mercado, são os grandes eixos do progresso e do avanço da civilização. É uma espécie de «pensamento único», que se procura generalizar no planeta, com a sua bibliá, o seu pronto-a-vestir, a sua farmacopeia com remédios para tudo, que tem conduzido à polarização da riqueza, à acentuação das desigualdades, à regressão social, com a multiplicação e expansão das suas chagas, numa autêntica lei da selva, num autêntico darwinismo social. Não. Este não é o caminho. Este é o caminho de intoleráveis retrocessos de civilização.

E nesta campanha temos também de travar a batalha contra estes dogmas e fundamentalismos ao serviço do grande capital nacional e transnacional.

Os velhos truques e as operações de cosmética

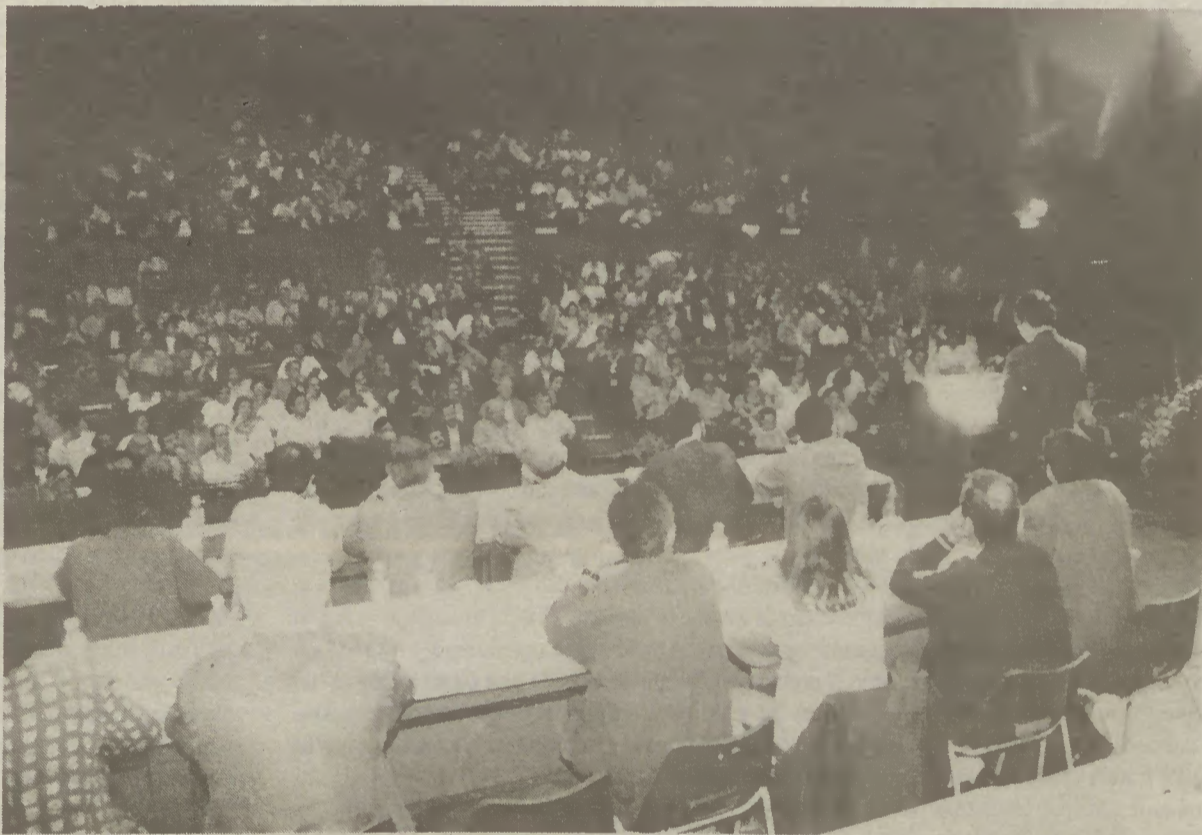
Nestas eleições não faltarão os truques, as operações de cosmética, de intoxicação e mistificação, que aliás já estão em curso para tentarem salvar a política de direita, procurando assim condicionar antidemocraticamente a formação da opinião e o voto dos eleitores.

Ele será a multiplicação de sondagens e de comentários procurando dar a ideia que tudo se decide entre o PS e o PSD, ele será a exaltação do poder absoluto, da estabilidade governativa, quando a verdade é que a acção governativa deste Governo se salda por uma persistente desestabilização económica, social e institucional e pelo espezinhamento da isenção e da ética política.

Ele será a guerra verbal sobre o acessório para mostrar grandes diferenças inexistentes e para distrair a opinião pública dos problemas essenciais.

Ele será a criação artificial de um clima de «tensão» e de «anormalidade» procurando estimular a irracionalidade e os apelos dramáticos ao eleitorado.

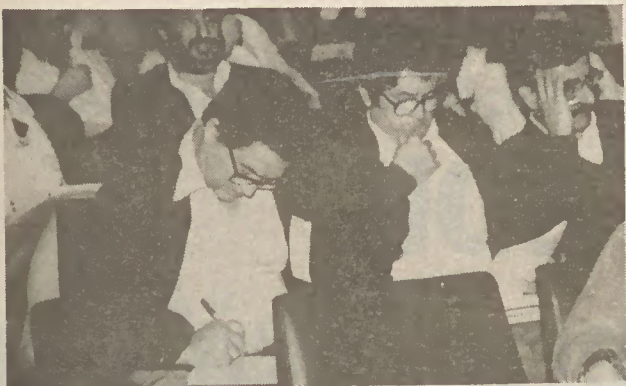
Ele será a difusão martelada da falsa ideia de que nestas eleições se escolhe o Primeiro-ministro e que o que está em causa é a de saber qual o partido mais votado.



ria progressiva das condições de vida dos portugueses e das portuguesas é um factor de progresso social, é um factor de progresso, de civilização e de eficácia económica. A economia não progride esmagando e marginalizando o ser humano. Ao contrário, o alargamento do mercado interno é um factor dinamizador do investimento da produção e do emprego. A sucessiva contracção dos custos salariais e a redução dos salários reais, como a nossa realidade nos mostra, não nos trouxe mais emprego e mais crescimento. E a não criação de empregos arruína a economia.

Nós precisamos de uma sociedade mais justa e mais humana, precisamos de utilizar o dinheiro e o dinheiro público, não para fazer mais dinheiro em actividades especulativas e parasitárias, mas para dinamizar a produção e os serviços, que respondam às necessidades, para melhorar a sua qualidade, para a investigação científica, a formação contínua e a educação, para dar melhores salários e melhores condições de trabalho, para combater a pobreza e todas as exclusões, para proporcionar à juventude novas perspectivas de vida e reais possibilidades de uma inserção na vida activa com futuro. Precisamos por isso, de um verdadeiro plano de urgência para o emprego dos jovens e encarar medidas de excepção que vão ao encontro dos desempregados já com idade avançada e que como temos referido, são novos de mais para serem reformados, mas idosos de mais para encontrarem emprego nesta sociedade.

E, na actual conjuntura, é necessário não deixar liquidar a nossa pesca artesanal e o importante sector de pesca industrial, exigindo-se da União Europeia efectivas e realistas negociações com Marrocos e para esta última, uma urgente renegociação de quotas com a



Ele será, também, a crítica ao actual sistema eleitoral, abrindo o caminho a uma futura lei eleitoral que permita maiorias de secretaria, ou seja, eleger mais deputados do PSD e do PS com menos votos, procurando assim perverter um princípio fundamental da democracia: o sufrágio universal, igual e com idêntico peso, criando fracções do povo que pesassem mais do que o seu peso real na condução dos destinos do país, criando um regime partidário antipopular, afastado do povo, em que as crises se resolvem entre partidos em gabinetes.

O País precisa de mais democracia e não de menos democracia. É preciso também desmontar a falsa ideia de que nestas eleições tudo se decide entre o PSD e o PS e esclarecer que a propaganda de uma inventada «bipolarização» entre estes dois partidos, constitui o melhor seguro de vida para a política de direita.

É uma evidência que os eleitos do PCP e da CDU contam sempre para derrotar a direita para derrotar o PSD, mas são também determinantes para derrotar a política de direita.

Quanto mais o PCP e a CDU se reforçarem mais peso e força terá a política de esquerda, mais força terá a voz dos trabalhadores, dos agricultores e pescadores, dos pequenos e médios empresários, dos jovens, das mulheres, dos pensionistas e idosos.

O voto no PCP e na CDU é o voto que derrota o PSD e a política de direita, é o voto que abre perspectivas de uma verdadeira mudança, é o voto que diz basta de desemprego, basta de negociatas, basta de corrupção e de compadrio, basta de concentração da riqueza e de sacrifícios para a maioria do povo.

O conteúdo e o estilo da nossa campanha

Das orientações já anteriormente debatidas pelo Comité Central e do debate e das reflexões mais desenvolvidas hoje feitas neste nosso Encontro Nacional ressalta um importante conjunto de ideias fundamentais para o conteúdo político e o estilo da nossa campanha.

De entre elas destacaria:

Em primeiro lugar, a ideia de uma campanha que exprima com força, agilidade e sensibilidade a nossa profunda ligação aos problemas e aspirações populares, o nosso conhecimento dos problemas nacionais e o nosso enraizamento social; de uma campanha que pela maneira directa, frontal e concreta como retrata as realidades da vida, como compartilha anseios e aspirações, como identifica os problemas e defende soluções, confirme e testemunhe a dimensão humanista das nossas propostas e do nosso projecto; de uma campanha que seja marcada pela serenidade, pela elevação política, pela seriedade e pelo empenho construtivo mas também pela capacidade de indignação perante as injustiças, pelo inconformismo, pela vivacidade, pela paixão política, pela convicção e pelo entusiasmo.

Em segundo lugar, a ideia de uma campanha que preste uma decisiva atenção e confira um grande relevo às questões e problemas sociais e designadamente àqueles que marcam mais fortemente a vida quotidiana dos cidadãos e se projectam com mais nitidez na sua aspiração a viver melhor numa sociedade mais justa, mais solidária e mais democrática.

Em terceiro lugar, a ideia de uma campanha que sempre se concentre no esclarecimento e na argumentação em torno da necessidade, da importância, da vantagem e da incomparável utilidade e eficácia do voto na CDU em todos, mas todos, os círculos eleitorais e que dê combate persistente às mistificações com que outros constantemente bombardeiam os cidadãos.

Em quarto lugar, a ideia de uma campanha que faça avançar na consciência dos cidadãos e na formação das suas opções de voto o reconhecimento do PCP, não apenas como insubstituível força de resistência, de reivindicação e de luta mas também como força de projecto, de construção e de governo, não apenas como indispensável força de representação e defesa de interesses sociais mas também como uma força com destacado papel e peso institucionais, dotada de ideias, propostas, quadros e capacidades necessárias ao governo do País.

Em quinto lugar, a ideia de uma campanha, que respeitando prioridades e não trocando o mais certo pelo mais incerto, entre-



tanto fale audaciosamente em direcção a todos os portugueses que, independentemente da maneira como votaram há quatro anos, estão descontentes com a política de direita e são susceptíveis de ser ganhos para a compreensão de que, votando este ano CDU farão com que a sua voz, as suas queixas, as suas aspirações sejam ouvidas e respeitadas; e também uma campanha que possa ajudar a reacender uma chama de motivação e de esperança num grande número de cidadãos que, tendo no passado votado à esquerda, foram levados nos últimos anos, por desânimo e desespero, a cair numa abstenção que, afinal, só tem favorecido os partidos e a política que tão duramente os tem agredido e prejudicado.

O nosso êxito nas próximas eleições depende em grande medida da nossa capacidade de, em toda a parte, com dinamismo e espírito inovador, dar vida a estas e outras grandes orientações eleitorais.

Mas depende também, e acima de tudo, de que a ideia central de que a batalha eleitoral é uma batalha de todo o Partido, possa ganhar vida no estado de espírito, na iniciativa e na acção de cada militante, na mais vasta mobilização das energias, capacidades, factores de influência e de prestígio que existem no nosso colectivo partidário e na área da CDU.

PCP e CDU a diferença que vale a pena

A campanha do PCP e da CDU, grande campanha por uma nova política e por uma alternativa de esquerda, apelará directa e francamente aos eleitores para que, rejeitando a falsa ideia de que «os partidos são todos iguais», que só serve à absolvição dos responsáveis da política de direita, avaliem as reais diferenças entre o PCP e a CDU em relação às outras principais forças concorrentes.

Porque outros tudo farão para que, à beira das eleições, seja esquecido o que fizeram, defenderam ou apoiaram ao longo dos últimos quatro anos, nós, pelo contrário, temos todas as razões para lembrarmos e para fazermos com que não seja esquecido tudo quanto o PCP e a CDU fizeram em defesa dos interesses populares e nacionais.

Porque outros vão agora descobrir, à beira das eleições, os dramas que percorrem o mundo do trabalho e ensaiar um fingida preocupação e solidariedade com a situação e os problemas dos trabalhadores, mas o PCP e a CDU, pelo contrário, podem legitimamente invocar o apoio e a solidariedade de todos os dias prestados à luta dos trabalhadores e o papel de primeiro plano desempenhado pelos comunistas no movimento social de resistência e protesto contra a política de direita.

Porque outros, só se lembram dos humilhados, ofendidos e mais sacrificados na hora da contabilidade eleitoral, mas o PCP e a CDU têm-nos sempre presentes onde quer que a sua acção, a sua palavra e a sua intervenção possa ajudar a reparar injustiças, a superar carências, a repelir agressões e a derrotar os golpes da política de direita.

Porque outros, à beira das eleições e por causa delas, até prometerão o contrário do que sempre fizeram na esperança de, passadas as eleições, poderem tranquilamente regressar à sua nefasta política de sempre, mas o PCP e

a CDU, pelo contrário, apresentando propostas inovadoras e correspondentes aos novos desafios, podem legitimamente orgulhar-se do património de coerência e verticalidade que une a sua acção passada, as suas propostas presentes e o seu projecto de futuro.

Por isso, camaradas, vamos para este combate com grande serenidade, determinação e confiança, apresentando as nossas propostas e soluções, o nosso projecto para Portugal, empunhando sem subterfúgios as bandeiras de Abril e dos valores de esquerda, as bandeiras da liberdade, da democracia e da justiça social.

Com confiança, porque honramos os nossos compromissos e porque apresentamos uma verdadeira alternativa política ao serviço do nosso povo e da nossa pátria.

Com confiança, porque a juventude, os trabalhadores e o povo sabem que podem contar conosco, nas instituições e fora delas, nas pequenas e nas grandes lutas.

Com confiança, porque somos o grande Partido da esquerda, o Partido que não se verga nem se ajoelha na defesa da soberania e da independência de Portugal.

Viva a CDU!
Viva o Partido Comunista Português!

Resolução sobre as eleições legislativas Com o PCP, com a CDU no caminho da alternativa dem

O Encontro Nacional do PCP, realizado em 6 de Maio de 1995, examinou os aspectos fundamentais da situação política nacional e debateu as orientações e tarefas do Partido relativamente às próximas eleições para a Assembleia da República.

Salientando que existe uma real possibilidade de assegurar a derrota do PSD e de toda a direita, o Encontro Nacional do PCP testemunha a firme e combativa disposição dos comunistas portugueses de, em fraterna cooperação com os seus aliados na CDU, desenvolverem uma intensa e audaciosa intervenção na pré-campanha e na campanha eleitorais, com vista à conquista de uma nova política e de uma alternativa democrática, sólida e coerentemente inspiradas por ideais e valores de esquerda. Sublinhando que nas próximas eleições legislativas, de entre as principais forças concorrentes, só o PCP e a CDU se demarcam e rejeitam frontalmente as concepções e orientações fundamentais que têm inspirado e comandado a política de direita e apresentam propostas consistentes para uma real mudança de política, o Encontro Nacional do PCP considera que se desenham favoráveis perspectivas para um significativo reforço da votação da CDU e que esse reforço é a principal chave para a mudança democrática de que Portugal precisa.

1.

Face ao fracasso da política de direita, é tempo de mudar!

A extensão e gravidade dos problemas que hoje se manifestam e evidenciam na sociedade portuguesa, em muitas áreas e sectores com contornos verdadeiramente dramáticos e causando uma muito larga inquietação e incerteza em relação ao próprio futuro do país, espelham de forma indistigável o fracasso da política de direita executada ao longo de 16 anos de contínua participação do PSD no Governo, primeiro com o CDS, depois com o PS e, nos últimos dez anos, assumindo sozinho as responsabilidades governativas.

Crise, destruição e desorganização do aparelho produtivo (com inquietantes expressões na agricultura, nas pescas, na indústria). Aumento galopante do desemprego e reforço das exploração dos trabalhadores. Erosão do poder de compra dos salários, pensões e reformas. Agravamento das injustiças e desigualdades sociais. Acentuação do atraso relativo do país em relação aos outros países europeus. Crescimento dos fenómenos de marginalização, exclusão e desprotecção de amplas camadas sociais. Ataques aos direitos dos cidadãos e à democracia política. Ofensiva geral contra os direitos sociais (saúde, educação, segurança social) com escandalosos avanços do negociado privado em torno das carências da população. Empobrecimento e desertificação do interior do país. Saque do património público através do mafioso processo de privatizações, ao serviço do regresso dos grupos monopolistas do tempo do fascismo. Perversões e distorções autoritárias no funcionamento das instituições e do regime democrático. Governamentalização do Estado e assalto aos recursos públicos pelas clientelas do partido do Governo. Espiral de corrupção e clientelismo.

Este é o balanço essencial das consequências de uma política estrategicamente apostada na total reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional, na ofensiva geral contra os direitos dos trabalhadores, no benefício e privilégio da especulação financeira em detrimento da actividade produtiva, no sacrifício deliberado dos interesses nacionais no processo de integração europeia e no submisso alinhamento com os ditames, interesses e projectos das potências dominantes da Comunidade Europeia e das transnacionais, na guerra aberta aos valores e ao património de avanços políticos, económicos, sociais e culturais alcançados com a Revolução de Abril.

Nada poderá fazer esquecer que as responsabilidades fundamentais da definição, condução e execução desta política pertencem ao PSD.

Mas nada deverá também fazer esquecer que outros partidos (o PS sozinho e em coligação e o CDS) a iniciaram antes dos Governos de exclusiva responsabilidade do PSD e lhe prestaram depois apoios essenciais para o desenvolvimento de aspectos fundamentais dessa política desastrosa.

Nada poderá fazer esquecer que é justo, essencial e indispensável que o PSD receba nas urnas o expressivo castigo e condenação correspondente às suas responsabilidades determinantes na grave situação que o povo e país enfrentam.

Mas nada deverá também fazer esquecer que uma mera

mudança de partido governante que conduzisse (como é ostensivo propósito do PS) à continuação do essencial da política de direita não permitiria dar resposta eficaz aos graves problemas do país nem corresponder às aspirações populares de uma real mudança democrática.

O PCP manifesta o seu firme propósito de unir na sua intervenção eleitoral, quer um decidido combate ao PSD e um activo desmascaramento das múltiplas manobras demagógicas de desresponsabilização e maquilhagem com que procura escapar à merecida derrota eleitoral, quer a defesa intransigente de uma nova política que, inspirada nos valores de esquerda, rompa decididamente com as orientações, os objectivos e os critérios da política de direita, sejam quais foram os seus proponentes.

2.

Uma nova política para Portugal

O Encontro Nacional do PCP considera a **condenação da política de direita como a questão central das próximas eleições**. O que só é possível com a derrota eleitoral da direita, com a rejeição das pretensões hegemónicas do PS e com o reforço eleitoral do PCP e da CDU. O PCP é indispensável para uma mudança de política. Só o PCP apresenta uma credível proposta de nova política.

A nova política que o PCP propõe distingue-se e diferencia-se claramente das propostas das outras forças partidárias que, no fundamental, querem continuar a velha política de direita dos Governos PSD. A nova política que propomos articula-se em torno de cinco grandes orientações estratégicas, eixos de um programa para responder às necessidades e anseios do povo português, às suas esperanças e vontade de mudar.

A nova política que o PCP propõe exige um crescimento económico novo, assente na defesa, desenvolvimento e modernização do sector produtivo e da produção nacional, com um forte e bem gerido sector empresarial público, cujas prioridades sejam o combate ao desemprego, a criação de postos de trabalho estáveis e justamente remunerados, o racional aproveitamento e valorização dos nossos recursos, o respeito do ambiente. O que significa uma política de ruptura efectiva com as orientações monetaristas da União Europeia e os critérios de convergência nominal de Maastricht, a recusa das políticas comunitárias e nacionais destrutivas das nossas pescas, agricultura, indústria e serviços públicos, o fim imediato das privatizações e o combate às actividades especulativas e parasitárias e ao empolamento dos negócios financeiros.

A nova política que o PCP propõe exige a melhoria progressiva das condições de vida dos portugueses e a satisfação das suas necessidades como objectivo e condição do desenvolvimento. Exige, nomeadamente, o crescimento dos salários reais, dos rendimentos de outras camadas laboriosas, das pensões e prestações sociais; a redução do horário de trabalho; a reforma do sistema fiscal aliviando os rendimentos do trabalho e penalizando a actividade especulativa e financeira; a plena assunção pelo Estado das suas responsabilidades com o ensino público, a saúde, o Poder Local, a habitação social; a reformulação do sistema de financiamento da segurança social

garantindo os direitos dos seus beneficiários. O que significa uma política que recusa a concentração da riqueza na mão de meia dúzia de privilegiados, a redução dos salários reais e restrição das regalias sociais, a precarização e flexibilização das relações laborais, a privatização dos serviços públicos sociais e estratégicos.

A nova política que o PCP propõe exige que a educação e formação profissional, a ciência, a cultura e o desporto sejam verdadeiros objectivos nacionais. Exige uma escola pública democratizada e de qualidade, a democratização do acesso à educação e ao ensino, a promoção do sucesso educativo e escolar, uma escola com mais autonomia e mais participação e dotada de um financiamento suficiente e regular. Exige uma política de cultura que salguarde e dignifique o património e promova a defesa da identidade cultural de Portugal, que favoreça o trabalho e a liberdade criativa, o pluralismo e o confronto de diferentes correntes estéticas, que garanta o desenvolvimento cultural e a possibilidade de fruição dos bens culturais por todas as populações e regiões. Exige um sistema nacional de Investigação e Desenvolvimento (I&DE) como uma questão estratégica para o presente e o futuro do país, com aumento dos recursos financeiros e humanos e a participação da comunidade científica na definição da política científica nacional. O que significa recusar uma política que subalterniza a educação, as actividades culturais e de I&DE, que agrava as discriminações sociais pelos mecanismos e estruturas educativas, que submete e sacrifica a educação, a cultura e a ciência aos critérios do negócio privado e do lucro.

A nova política que o PCP propõe exige a defesa e o aprofundamento da democracia, a concretização de uma reestruturação democrática do Estado. Exige o respeito exemplar pelas liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos, pelos direitos e liberdades dos trabalhadores, incluindo o direito à greve e o direito da acção sindical e política nos locais de trabalho. Exige a valorização das formas de controlo democrático do poder político e a concretização do amplo leque de direitos de participação dos cidadãos e das organizações sociais. Exige a descentralização da administração central, o efectivo reconhecimento do papel insubstituível das freguesias e municípios ao serviço das populações, a criação das regiões administrativas. Exige a reestruturação democrática do Estado, nomeadamente nas áreas que asseguram as suas funções sociais. Exige a reestruturação dos aparelhos policiais, visando a garantia da segurança e tranquilidade das populações. Exige o acesso dos cidadãos a uma justiça mais rápida e eficaz. O que significa recusar a política de ilegalidades e abusos do SIS, o clima de repressão e intimidação que reina em muitas empresas e locais de trabalho, a ofensiva contra o poder local democrático, o centralismo, a burocracia, o clientelismo e a corrupção, os perigosos projectos de revisão da Constituição, onde se incluem as tentativas de alterar os sistemas eleitorais pondo em causa a proporcionalidade na transformação de votos em mandatos.

A nova política que o PCP propõe exige um Portugal independente e soberano, aberto ao mundo, numa Europa de solidariedade, paz e cooperação. Exige afirmar e defender, num mundo de crescentes interdependências, o lugar de Portugal no conjunto das nações, com posições próprias, capaz de defender os seus interesses e de cooperar livremente com os outros países. Exige enfrentar os condicionamentos decorrentes da integração comunitária e da internacionalização das economias, não como imperativos a cumprir cegamente ou dogmas a aceitar passivamente, mas como frentes de luta na defesa dos interesses e soberania nacionais, da cooperação e solidariedade entre os povos. Exige que, em particular, no âmbito da revisão do Tratado da União Europeia, Portugal assuma o combate aos aspectos lesivos da soberania nacional, designadamente quanto à concretização de orientações federalistas, à concretização da terceira fase da União Económica e Monetária, ao aprofundamento da Política Externa de Segurança e Cooperação (PESC). Exige o compromisso do país numa política de combate às desigualdades no mundo e ao subdesenvolvimento, pelo progresso solidário da humanidade. O que significa recusar a crescente subordinação e enfeudamento político, económico e militar do país, o que significa recusar e repudiar activamente a política de ingerência das grandes potências, os processos de exploração e dominação dos países e dos povos pelo imperialismo.

ocrática

3.

CDU - o voto útil para a alternativa

O Encontro Nacional do PCP salienta que a conquista de uma alternativa democrática nas próximas eleições exige, imperativamente, um grande e persistente combate às manobras e operações de intoxicação e mistificação que estão em curso para tentar salvar a política de direita, procurando condicionar a formação da opinião e do voto dos cidadãos, designadamente no sentido de evitar uma sensível progressão do apoio eleitoral ao PCP e à CDU.

Neste sentido, é essencial alargar o esclarecimento de que, contrariamente às mentiras e ilusões propositadamente espalhadas tanto pelo PSD como pelo PS, não há eleições para Primeiro-Ministro nem candidatos a Primeiro-Ministro, mas sim candidatos a deputados e eleições para a Assembleia da República. A formação do Governo é depois decidida em função dos resultados das eleições para este órgão de soberania e da sua composição.

É essencial ampliar o esclarecimento de que, contrariamente às mistificações postas a circular tanto pelo PS como pelo PSD, o que vai ser determinante em termos institucionais para a possibilidade de uma alternativa não é o PS ser mais votado que o PSD, mas sim que saia das eleições uma maioria parlamentar alternativa à que a direita tem tido, a qual, realisticamente, só será possível contando com a representação parlamentar do PCP e dos seus aliados na CDU.

É essencial levar mais longe o esclarecimento de que as operações para incutir no eleitorado a falsa ideia de que nas eleições tudo se decide entre o PSD e o PS e a propaganda de uma inventada «bipolarização» entre esses dois partidos constituem o melhor seguro de vida para a política de direita e têm por objectivo fundamental barrar o caminho a uma viragem à esquerda.

É essencial intensificar o esclarecimento de que é falsa e condenável, do ponto de vista dos princípios democráticos, a ideia afirmada tanto pelo PSD como pelo PS de que seria a maioria absoluta de um só partido que garantiria a estabilidade e que, por detrás desse objectivo e desses argumentos, o que se encontra é o desejo do PSD e do PS de ganharem condições de impunidade para a arrogante aplicação de uma política de desestabilização das condições de vida da população e dos direitos dos trabalhadores.

É sobretudo essencial fortalecer a compreensão de que, a par da colocação da direita (PSD e CDS) em minoria na Assembleia da República, o reforço da votação na CDU e da representação parlamentar do PCP é o factor decisivo e determinante para a concretização de uma alternativa democrática, a opção eleitoral que contribui - sempre, em toda a parte e de forma absolutamente segura - para a derrota da direita e a que mais pesa e mais conta para uma nova política, para uma política de esquerda, para uma vida melhor numa sociedade mais justa.

Uma grande votação na CDU não será apenas uma forte e marcante manifestação de resistência, de descontentamento, de revolta e de protesto contra as injustiças, prepotências e indignidades da desastrosa política que assola o país há muitos e muitos anos.

Uma grande votação da CDU será também e sobretudo uma alavanca decisiva para colocar na ordem do dia novas soluções políticas e governativas que, com a indispensável participação do PCP, se empenhem na solução dos problemas nacionais e respondam aos interesses e aspirações da maioria dos portugueses.

4.

Com confiança, juntos para uma grande campanha da CDU

A realização de uma dinâmica, esclarecedora e mobilizadora campanha política de massas e o sucesso dos objectivos



eleitorais do PCP e da CDU exigem uma fundamentada e convicta **confiança** nas capacidades de crescimento eleitoral da CDU, uma aguda **compreensão** do carácter politicamente determinante destas eleições legislativas e de que é o fortalecimento da CDU o melhor caminho para derrotar a direita, um activo **esclarecimento** sobre as propostas e razões do PCP e da CDU como força de alternativa e esquerda necessária, uma **acrescida consciência e responsabilização** de que este é um combate político em que **todos contam**, todos são precisos.

São características e elementos essenciais da campanha a desenvolver pelo PCP e pela CDU:

— **dar voz aos problemas e aspirações dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos reformados, de todos quantos sofrem as consequências da política de direita**, assim exprimindo a profunda vinculação e enraizamento popular do PCP e da CDU, assim fazendo a denúncia rigorosa dos resultados da política de direita e da necessidade de uma mudança verdadeira, a divulgação e afirmação da nossa proposta de esquerda para uma nova política, com fundamento nas propostas contidas no **Programa Eleitoral** que o PCP está a preparar e brevemente divulgará;

— **combinar a afirmação própria do PCP com a valorização da CDU como grande espaço unitário** onde, além do natural contributo das outras forças organizadas que estão na CDU (PEV, ID), participam milhares de democratas independentes que reconhecem a CDU como ponto de encontro e grande pólo de esquerda cujo peso eleitoral é indispensável fortalecer para dar corpo a uma autêntica alternativa. Os numerosos **Encontros regionais e locais da CDU** já marcados para o período de **Maio/Junho**, constituem importantes contributos para uma mais larga e esclarecida participação e mobilização dos activistas e apoiantes da CDU na campanha eleitoral;

— **assegurar a indispensável unidade nacional da imagem e do conteúdo político** da campanha do PCP e da CDU, dada a natureza das eleições e o que nelas se decide, enriquecida e articulada com **dinâmicas e criativas campanhas regionais** em cada círculo eleitoral que desenvolvam e comuniquem, de forma adequada às realidades regionais, as nossas propostas políticas;

— **valorizar a obra notável da gestão CDU nas autarquias, o trabalho, a honestidade e a competência dos candidatos da CDU**, o valioso e ímpar **trabalho realizado pelos deputados eleitos pela CDU** (de que a realização nos próximos dias 29 e 30 de Maio das Jornadas Parlamentares do PCP são exemplo), assim dando vivo testemunho do nosso combate pela coerência e transparência no exercício de cargos públicos e da estreita identificação dos candidatos e deputados eleitos pela CDU com o Portugal que trabalha, luta e produz;

— **realizar uma campanha participada e de massas** em que, a par das indispensáveis **iniciativas demonstrativas** da mobilização e apoio popular à CDU, e de uma expressiva **presença pública** da imagem e da mensagem política da CDU, seja privilegiado o **contacto e o diálogo directos** com as populações, apresentando as nossas propostas para uma nova política e a sua radicação nas causas e interesses populares e do país. A **Jornada Nacional da CDU** de contacto com as populações, marcada para os próximos dias 2, 3 e 4 de Junho, cuja preparação em todo o lado importa iniciar, deve constituir um bom exemplo do estilo da campanha CDU de diálogo vivo e directo com os portugueses;

— **promover uma linha de acção dirigida à juventude**, com destaque para a dinamização de um amplo movimento da Juventude CDU (em que se insere o Festival a realizar em 20

de Maio) que contribua para a mobilização do voto, a participação e apoio juvenil à CDU e para o reforço da JCP e do PCP entre a juventude.

— **uma permanente e activa defesa das necessárias condições de liberdade e democraticidade do acto eleitoral e da campanha eleitoral**, indispensáveis para uma escolha responsável e consciente dos cidadãos e, designadamente, a exigência constante de um tratamento plural e não discriminatório das candidaturas da CDU na comunicação social. Assegurar também uma atempada e cuidadosa organização da fiscalização eleitoral e da participação nas mesas de voto, contributo imprescindível para garantir a seriedade e isenção do acto eleitoral e dos seus resultados.

Toda a actividade e iniciativa do PCP até às eleições legislativas deve naturalmente articular-se, convergir e inscrever-se no desenvolvimento de uma activa campanha eleitoral da CDU, sendo de destacar especialmente:

— **a importância do reforço da organização do PCP**, no quadro da aplicação das conclusões aprovadas pela recente Conferência Nacional e pelo Comité Central e procurando que a iniciativa e o trabalho eleitoral assentem fundamentalmente, sem prejuízo da criação das estruturas específicas necessárias, na responsabilização e pleno aproveitamento das capacidades das organizações e organismos do PCP e constituam um factor positivo da sua dinamização, renovação e crescimento;

— **a necessidade de uma estreita coordenação do esforço eleitoral com a positiva contribuição e iniciativa dos comunistas para o desenvolvimento das lutas populares, do movimento sindical e de outras organizações sociais**, a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e de outras camadas e classes sociais e a resolução dos problemas das populações, que ilustram e dão prova da capacidade realizadora dos comunistas e da sua vinculação profunda aos interesses populares e do país;

— **o efectivo desenvolvimento e um mais vivo impulso à Campanha Nacional de Fundos** para a angariação de 150 000 contos, cuja concretização é indispensável para reunir os recursos necessários para uma grande campanha eleitoral do PCP e da CDU;

— **a cuidada preparação da Festa do «Avante!»**, a grande realização político-cultural de massas de que os comunistas são orgulhosos obreiros, e que constituirá este ano um novo e entusiástico impulso de massas para a nossa campanha eleitoral.

O grande e indiscutível movimento de interesse e simpatia que, crescentemente, se manifesta em torno da acção e das propostas do PCP e do seu papel insubstituível na vida nacional; a aproximação à CDU de numerosos democratas independentes que, desiludidos com a rendição do PS perante a política de direita, valorizam a renovada afirmação pelo PCP e pela CDU dos valores de esquerda; os novos laços de comunicação e adesão que se estão estabelecendo entre o PCP e largos sectores da juventude - constituem, a par de muitos outros aspectos, uma indicação clara de que muitos mais portugueses e portuguesas podem, em Outubro próximo, ser ganhos para o apoio às propostas do PCP, para a sua mensagem de verdade, de seriedade e de esperança, para o voto na CDU - a esquerda necessária para uma nova política.

Para bem dos trabalhadores, para bem do povo português, para bem da democracia e de Portugal.

No rasto da tragédia

Na sequência do trágico acidente do estádio José Alvalade, horas antes do jogo Sporting-Porto, de que resultaram dois mortos e muitos feridos, diversos dirigentes desportivos acorreram aos microfones para se desembrulharem da chocante decisão de não se ter adiado o jogo.

Pinto da Costa, presidente do Futebol Clube do Porto,

momentaneamente esquecido do "black-out" informativo com que mais uma vez zurzira a Comunicação Social, apressou-se a utilizá-la para esclarecer que não tinha nada a ver com a decisão, dada a sua posição de visitante. A iniciativa cabia toda ao Sporting...

Por seu lado, o presidente do Sporting, Sousa Cintra, metia os pés pelas mãos para se livrar da contradição, óbvia, do seu comportamento, ao garantir, em directo para as câmaras de televisão, primeiro, que o jogo

PONTOS CARDEAIS

se realizaria, depois, que não tinha impedido a sua realização porque chegara demasiado tarde ao estádio, ido do Hospital... onde antes confirmara o não adiamento do desafio.

Quanto a Santana Lopes, próximo presidente do Sporting, foi o único que, de imediato, defendeu a única atitude correcta a tomar, desdobrando-se em louváveis

críticas à violência no futebol e levando o seu proclamado luto à peito que teve tempo - ao ir, como disse, directamente do Hospital Santa Maria para os estúdios da RTP - de trocar a gravata verde com que o víamos horas antes por uma pesada gravata preta. O que ninguém disse - nem Santana Lopes - foi que por trás da tragédia está o crescente espírito de afrontamento

cultivado dentro dos próprios clubes, através de "juventudes" cujos líderes falam nos seus "homens" como se estivessem à frente de exércitos e a organizar batalhas. É que o problema não está numa vedação que cedeu à força da multidão. Foi o culto maisão da clubite marcial que empurrou as pessoas para o abismo. Clubite que, estranhamente, continua a beneficiar da complacência, quando não apoio, de todas as direcções dos clubes de futebol.

FRASES da SEMANA

"(...) câmaras para registar conversas privadas? Acham mesmo que tais métodos só são condenáveis se a terceira letra da sigla for um S e não um C? O que é mau para o SIS é bom para a SIC?"

☛ (Jorge Leitão Ramos - «Expresso-Viva», 06.05.95)

"Regra geral, todos os Estados-membros devem caminhar ao mesmo tempo para os mesmos objectivos à mesma velocidade. Mas, não sendo isso possível, não deverá ser exigido que todos o façam simultaneamente."

☛ (Durão Barroso, MNE, citado em «Expresso», 06.05.95)

"Comemoram-se hoje os cinquenta anos da vitória sobre a barbárie nazi. Por razões diplomáticas que a razão desconhece, as celebrações têm lugar em Moscovo."

☛ (João Carlos Espada - «Público», 08.05.95)

"O PCP, e em particular o PSD, são partidos cujas características e cuja composição social os tornam sensíveis à incomodidade social e aos conflitos de interesses, suscitados pelas dificuldades originadas pela integração europeia."

☛ (Pacheco Pereira - «Expresso», 06.05.95)

"Há muitos Pachecos Pereiras, mas digo-lhe que já fui convidado (para «cenarista» ou comentador) e não aceitei, nem aceitei, enquanto estiver na política activa."

☛ (Cabrita Neto - «O Diabo», 09.05.95)

"Felizmente, no PSD, os ambiciosos são uma minoria."

☛ (idem)

"É mais importante saber-se quais são os interesses dos deputados nas suas actividades exteriores ao Parlamento - os profissionais, lucrativos, e mesmo os não directamente lucrativos, que permitem influências e relações de negócios... - do que propriamente saber-se da riqueza ou pobreza de cada um."

☛ (Silva Marques, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD - «Semanário», 06.05.95)

"Temos que ser pragmáticos."

☛ (idem)

"Preservativo é mal menor."

☛ (D. Eurico, arcebispo de Braga - «O Diabo», 09.05.95)

PONTOS NATURAIS Actualidade

Direita, volver

Fui ouvindo pela televisão que, na Itália, Berlusconi tinha as eleições no papo.

Era o que diziam as sondagens.

A direita ia ganhar.

Era o que diziam as sondagens.

A vitória da direita foi dada como certa.

Era o que diziam as sondagens à boca das urnas.

Ouvi pela televisão.

Afinal não foi a direita que venceu na Itália.

Mas isto eu não ouvi na televisão.

Os Mercedes

«À medida que vão aumentando as diferenças sociais na Ucrânia, acentua-se também a presença de uma nova classe de forte poder de compra. A maioria da população sobrevive à custa de pequenos negócios. Esta dona de casa, por exemplo, confessa que tem de vender objectos usados para alimentar os filhos.

«Os mais de quinze mil Mercedes registados nos últimos quatro anos são o exemplo da ostentação de uma nova classe média alta que se movimenta em áreas de negócios algo escusas.»

(in Financial Times, TV2)

Sim, onde?

No Concurso Mundial de Intérpretes, transmitido pela TV2, o segundo lugar coube a uma jovem estoniana.

Que eu saiba, a Estónia ainda está na infância como nação independente. Em que mundo, em que estranho planeta, terá esta jovem aprendido tudo o que sabe?

Eles

Grande debate na SIC sobre o desemprego. Flagelo que, foi dito, ataca, no nosso país, 480 mil pessoas. Agora juntem ao processo as famílias delas.

Miguel Sousa Tavares, o anfitrião. Os residentes do costume. Também um empresário, por acaso dirigente do CDS-PP.

Os participantes apresentavam todos uma óptima disposição. Conversavam, riam. Riam mesmo às vezes com os dentes todos.

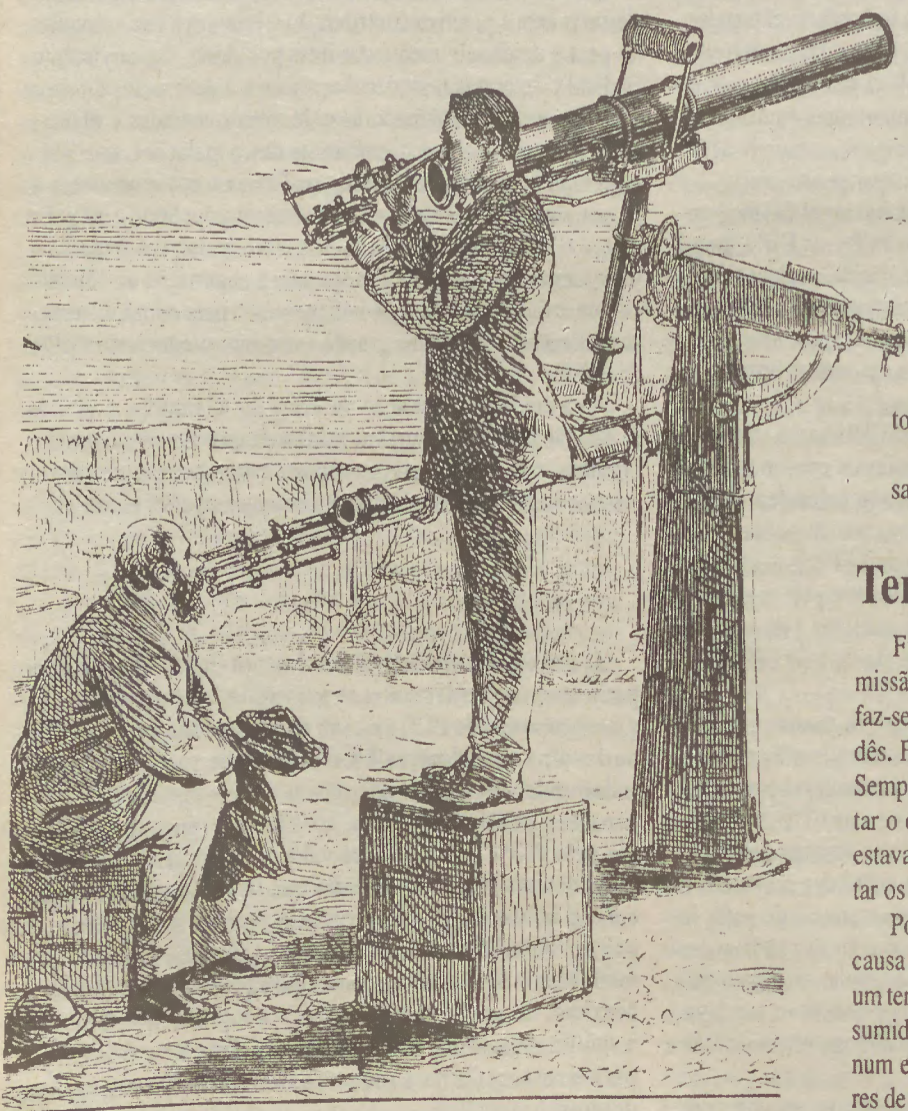
Enfim, um bocadinho bem passado.

Tempo

Futebol. Irlanda-Portugal. Transmissão em directo. A ligação ao estádio faz-se quando está a acabar o hino irlandês. Fiquei à espera do hino nacional. Sempre é uma oportunidade de alimentar o orgulho de tantos emigrantes que estavam a ver o jogo. Maneira de apertar os laços tão, tão ameaçados.

Pois a televisão não transmitiu. Por causa da publicidade! Chegámos nós a um tempo em que os heróis do mar, consumidores de futuro, se transformaram num exército de potenciais consumidores de supermercados?

Mário Castrim



II Assembleia da Organização Regional da Guarda

«Com o PCP, pela Regionalização, pelo Desenvolvimento, Vencer a Interioridade»

No Salão dos Bombeiros Voluntários de Seia, sábado, dia 13, a partir das 13h, com a participação do camarada

Álvaro Cunhal,

que intervém na sessão de encerramento, cerca das 18h.

No final, Festa popular no Quintal do CT de Seia

GONDOMAR

4ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 13, a partir das 14h30, com a participação do camarada

Emídio Ribeiro

SINTRA

Preparação da Assembleia Concelhia

Para eleger delegados e discutir o projecto de Resolução Política da Assembleia Concelhia de Sintra, que terá lugar no próximo dia 27 no Auditório da Igreja Paroquial de Rio de Mouro, reúnem-se as seguintes células e organizações do concelho:

- Queluz - sexta-feira, dia 12, às 21h30 no CT de Queluz, com a participação de Deolinda Santos;

- Colares - sexta-feira, dia 12, às 21h30 no CT de Mucifal, com a participação de Jaime da Mata;

- Agualva-Cacém - sexta-feira, dia 12, às 21h30 no CT de Cacém, com a participação de António Cordeiro;

- Algueirão-Mem Martins - sexta-feira, dia 12, às 21h30 no CT de Algueirão;

- Rio de Mouro - domingo, dia 14, às 16h no CT.

- Belas - terça-feira, dia 16, às 21h30 no Salão Polivalente da JF Belas, com a participação de António Cordeiro.

- Sta. Maria/S. Miguel - quinta-feira, dia 18, às 21h30 no CT de Sintra

- Militantes das empresas do concelho de Sintra - sábado, dia 20, às 16h30, no CT de Cacém, com a participação de Romeu do Rosário.

AMADORA

Freguesia da Mina - Reunião da célula dos Reformados: no CT da Amadora, sexta-feira, 12, às 15h30.

Damaia - Assembleia da Organização da Freguesia: sábado, 13, às 15h, no CT da Damaia.

Bª da Mina e Bª Novo - Plenário de militantes: CT da Amadora, sábado, 13 às 15h30.

A-da-Beja - Reunião de militantes: domingo, 14, às 10h.

BARREIRO

Plenário de militantes da organização da freguesia da Verderena:

CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia de Alcabideche: no CT de Alcabideche, sábado, 13, às 15h.

LISBOA

Plenário de Reformados da Cidade de Lisboa, aberto a amigos, sobre as próximas eleições legislativas, com a participação de Jaime Félix: terça-feira, 16, às 15h, no CT Vitória.

Reunião do OD do Sector Centro Norte, alargado a outros quadros: terça, 16, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula da Gulbenkian: quinta, 16, às 18h, no CT da Av. António Serpa.

LOURES

Sto. António dos Cavaleiros - Plenário de militantes, com a participação do camarada Carlos Brito: na Associação de Moradores, sábado, 13, com início às 15h.

VENDAS NOVAS

Plenário da célula dos Reformados de Vendas Novas: quinta-feira, 11, às 16h, no Centro de Trabalho.

DEBATES

Em LISBOA

no CT Vitória:

«A intervenção do Partido nas empresas face às reestruturações» - quarta-feira, dia 17, às 18h, com lanche-convívio.

No FEIJÓ

no Clube Recreativo:

«Sobre Toxicoddependência» - sexta, 12, às 21h, com Carlos Gonçalves

Em PAIO PIRES

na Associação de Reformados:

«A situação política e a alternativa democrática» - sábado, 13, às 15h30, com Lício Carvalho.

Em S. JOÃO DA MADEIRA

na sede do Sind. Professores do Norte:

«A Religião» - sexta, 12, às 21h30, com Jorge Messias e o antropólogo panamiano Cebaldo Leon, promovido pela JCP/S. João da Madeira.

Jantar CDU 17 de Maio

A Comissão Coordenadora nacional da CDU leva a efeito no próximo dia 17, na Estufa Fria, em Lisboa, pelas 20h, um Jantar de Confraternização para apresentação do «1º Manifesto CDU- 1995».

Haverá intervenções de representantes das forças que constituem a Coligação Democrática Unitária - PCP, PEV e ID - e ainda de independentes membros da Coordenadora Nacional da CDU.

Estará presente o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas

As reservas podem ser feitas pelos telefones: 7936272 (Mónica) e 3562715 (Paula Sousa)

MONTIJO

Jornadas Concelhias da CDU

6 a 20 de Maio 1995

- Dia 14:

Visita ao Concelho a partir das 9h30

ALMOÇO PIQUENIQUE NA BARRAGEM DE RIO FRIO

(Inscrições no CT d PCP até 12/5)

- Dia 20:

PLENÁRIO CONCELHIO para balanço das Jornadas (no Refeitório dos Trab. da Câmara, às 15h30)

Sábado, dia 20 de Maio:

PIQUENIQUE CDU

promovido pelas Mulheres da CDU do distrito de Lisboa na Quinta do Marquês de Suberra / V. Franca de Xira

com a participação de CARLOS CARVALHAS e de outros dirigentes do PCP, Os Verdes e ID (Inscr.: Tel. 3562715 - Paula Sousa ou Isaura Moreira)

JCP / LISBOA

Debate «O Ideal Comunista e a Luta dos Povos» com

ÁLVARO CUNHAL

Dia 17 às 17h

Faculdade de Ciências - Ed. C2, Sala 2.2.14 (Campo Grande)

Colóquio sobre

SEGURANÇA NA EUROPA

promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu Assembleia da República - Sala do Senado, dia 12, das 11 às 18h.

Participa o Secretário-geral do PCP,

Carlos Carvalhas

Homenagem a Catarina Eufémia

Baleizão, dia 21 de Maio,

com a participação do camarada

ÁLVARO CUNHAL

Excursão

organizada pela Com. Freg. de Algés: inscrições e inform. pelo tel. 4115746

CONVÍVIOS

Em LISBOA

no CT de Alcântara, promovido pelas organizações de freguesia de Alcântara, Campolide, Sto.

Condestável: sábado, 13, às 13h

Na ATALAIA

churrasco promovido pelos Sectores de Empresas e Serviços de Lisboa, com a participação do camarada José Casanova: sábado, dia 13

FIGUEIRA DA FOZ

Aparthotel Sotto Mayor - Sábado, 13, às 15h

ENCONTRO DISTRITAL DE COIMBRA DA CDU

com a participação de

CARLOS CARVALHAS (Secr. geral PCP)

- que intervirá às 17h, no encerramento -

BLASCO HUGO FERNANDES (Presid. ID)

HELOÍSA APOLÓNIA (Com. Exec. Os Verdes)

ANTÓNIO AVELÁS NUNES (1º candidato CDU por Coimbra)

AMADORA

Almoço CDU de actvistas da Falagueira/Venda Nova: domingo, 14, às 13h, no Café Central da Venda Nova

COVILHÃ

Almoço-convívio

com apresentação pública do cabeça de lista da CDU às eleições legislativas 1995:

domingo, 14, às 13h, no restaurante «Os Arcos», com a participação de António Lopes.

LISBOA

Encontro de eleitos e activistas da CDU da Zona Norte

- no Centro Cultural João das Regras (JF S. Domingos de Benfica), com a participação de Luís Sá: sábado, 13, às 15h.

Visita CDU à Freguesia dos Olivais

com a participação de Deputados, vereadores e eleitos locais da CDU: sábado, 13, com partida às 10h do «Pingo Doce».

LOURES

Sessão CDU nos Reformados de Odivelas: sexta, 12, às 15h.

Plenário Concelhio da CDU/Caneças:

sexta, 12, às 21h30, no CT do PCP.

Sessão CDU no Bairro das Patameiras/Odivelas

sobre «Rede Viária e Transportes Públicos»: terça-feira, 16, às 21h30, na Esc. Prim. nº 6.

PALMELA

Encontro Concelhio de Activistas da CDU:

sábado, dia 13, às 15h, na SFUA, com a participação de dirigentes locais do PCP, ID e Os Verdes e ainda de Octávio Teixeira

TORRES VEDRAS

Debate

«Regionalização e Desenvolvimento»,

com a participação de Luís Sá:

terça-feira, 16, às 21h30, no Auditório Municipal.

VILA FRANCA DE XIRA

Visita à freguesia de Cachoeiras, com a participação de eleitos municipais e de freguesia: sábado, das 14 às 18 horas

Convívio CDU no CT de Vialonga:

domingo, a partir das 16h.

Freguesia da Ajuda AMIZADE COM CUBA

Almoço-convívio
e debate sobre a situação social em Cuba
com a presença do Embaixador em Portugal,
German Blanco Pujol, e de José Casanova:
dia 13 de Maio, às 13h, na Assoc. 2 de Maio
(Lg. do Cantinho, ao cimo da Calç. Ajuda)
Inscrições: CT da Ajuda

19 MAIO 95 - 21H30 FORUM MUNICIPAL LUIA TODI

CANTAR SOLIDARIEDADE

• Manuel Freire • Luísa Basto • Conjunto
«O Realejo» • Armando Caldas • João Gaspar,
do T.A.S. • Escola de Danças de Salão da União
Setubalense • Lena Guerra • Jorge Patrício • Grupo
«Amar a Dança» • Grupo de Música Barroca

MATANÇA DO PORCO NA QUINTA DA ATALAIÁ

14 de Maio

Inscrições:
Com. Concelhia de SETÚBAL - tel. 522273

No domingo, venha petiscar connosco!
no CT de Vialonga, a partir das 16h

Excursão

ILHAS DE MALTA E SICÍLIA
8 dias - 25 Junho / 2 Julho
Marcações e informações junto da Com. Conc.
de ALMADA
(cam. Artur Cabrita - tels. 2752777 e 2753939)

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **AUTO DA ÍNDIA & COMPANHIA**, adaptação de textos de Gil Vicente, encenação de Acácio Carvalho, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A PULGA ATRÁS DA ORELHA**, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna - *Café-Teatro*: **ATÉ AS CORISTAS FALAM**, encenação de Fernando Gomes.

CONVENTO DOS INGLESIINHOS

Lisboa, Tv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **COMÉDIA EURÓDINA**, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, encenação de Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum.

FORUM LUISA TÓDI

Setúbal. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **O GATO**, pelo TAS-Teatro de Animação de Setúbal.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marcações: tels. 4670320 e 4867933. De 3.ª a dom. às 21.30. **ESTÁ LA FORA UM INSPECTOR**, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6.ª e sáb. às 21.30. **LORCA ESPANHOLA CUMPLICIDADES**, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7955822. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE E A DONZELA**, de Ariel Dorfman, encenação de Fernanda Lapa, pelo Novo Grupo.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. **VAI VER SE CHOVE**,

de George Courteline, encenação de Miguel Guilherme, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **NÃO HÁ NADA QUE SE COMA**, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4.ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5.ª a dom. às 21.30. **O VENENO DO TEATRO**, de Rodolf Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MALAPOSTA

Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJANTE**, de Arthur Miller, encenação de José Peixoto.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. *Sala Estúdio* - 2.ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas.

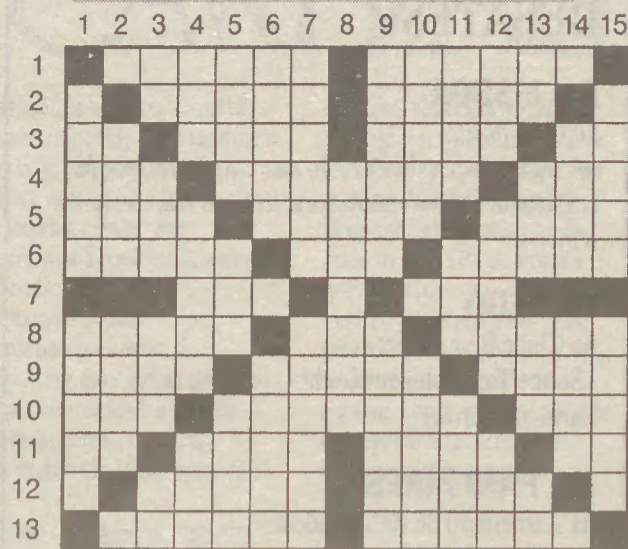
TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **RICARDO II**, de Shakespeare, encenação de Carlos Avilez. *Sala Estúdio* - De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30: **UM CASAL MUITO AVANÇADO**, de Franca Rame e Dario Fo, encenação de José Carretas.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade. Tel. 3420000. *Sala Estúdio* - De 4.ª a sáb. às 19.45. **VALSA Nº 6**, de Nelson Rodrigues, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez (até 14/5).

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Poema coreográfico para orquestra, de Maurice Ravel (1928); acometem. 2 - Moradia de família nobre; aposento de um religioso, no convento (pl.). 3 - Suf. de agente; agulha de pinheiro; larvas que se criam nas feridas dos animais; inútil. 4 - Articulação das falanges dos dedos (pl.); doença mental que se caracteriza pela perversão do instinto sexual; enfermidade. 5 - Algumas; língua falada na Lapónia; esmaço. 6 - Sala grande; prep. indicativa de carência; repetir. 7 - Filtra; o tio americano. 8 - Emblemas; víscera dupla; ramificação. 9 - Encolerizar; bosques; adição. 10 - Ribeira portuguesa; espioharam; grande quantidade. 11 - Campeão; tira com violência; enguias; acusada. 12 - Temperatura elevada; ofereceria. 13 - Que tem calos; prece.

VERTICAIS: 1 - Prémio concedido aos consumidores ou associados ou por sorteio em sistemas de vendas a prestações; macias. 2 - Capital europeia; divindade do amor entre os gregos. 3 - Ósmio (s.g.); tempero; grande extensão de água salgada; Cálcio (s.g.). 4 - Espécie de escumilha (pl.); extrair; ilha do arquipélago de Cabo Verde. 5 - Pron. pess. (pl.); o sono das crianças (pl.); experiência (fig.). 6 - Linha ferroviária secundária; martelo de madeira (pl.). 7 - Ermidas fora do povoado; trituradora com os dentes. 8 - Líquido oleoso, à base de sulfato de etila, empregado como gás de combate de efeito vesicante e também chamado gás de mostarda. 9 - Denúnciam; homem casado em relação à esposa. 10 - Limite; curar. 11 - Grande cão de fila; botecim; demora. 12 - Cabelos brancos; poemas; textualmente. 13 - Carta de jogar; malélicas; maior; igual (farm.). 14 - Cova; paixão. 15 - Mérito; léu.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

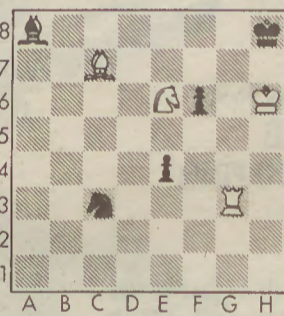
HORIZONTAIS: 1 - Carecidas; salmo. 2 - Aviva; os; rol; el. 3 - Remo; At; vil; siá. 4 - Ela; cremes; toa. 5 - Tê; coa; Os; ura. 6 - Aipos; citara; Ru. 7 - Rês; Sá; Er; mãe. 8 - Pá; imolam; raras. 9 - Ida; Al; sãs; ló. 10 - Ora; odores; sic. 11 - Eva; ala; ás; reza. 12 - Mã; eta; és; pilar. 13 - Ásaro; amarelara.

VERTICAIS: 1 - Careta; pó; ema. 2 - Aveleira; ovas. 3 - Rima; pé; ira. 4 - Evo; cosida; er. 5 - Cã; cós; má; ato. 6 - Ara; só; ola. 7 - Dote; calada. 8 - Ás; moi; aló; em. 9 - Vestem; rasa. 10 - Ris; ar; sés. 11 - Sol; Ur; rás; pé. 12 - Al; tramas; ril. 13 - Soa; ar; sela. 14 - Meia; realizar. 5 - Ola; tu; socara.

XADREZ

DXII - 11 DE MAIO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X037
Por: SIEGFRIED BREHMER
7845 Die Schwalbe, 5.VI.1950

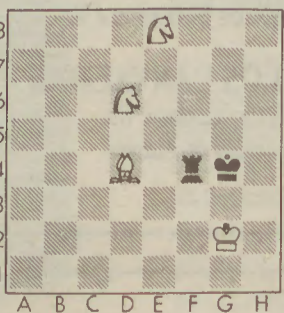
Pr. [5]: Ps. e4, f6 - Cg3 - Ba8 - Rh8
Br. [4]: Cc6 - Bc7 - Tg3 - Rh6



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X038
Por: HENRI RINCK
National Zeitung, 1921

Pr. [2]: Tf4 - Rg4
Br. [4]: Cs. d6, e8 - Bd4 - Rg2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXII

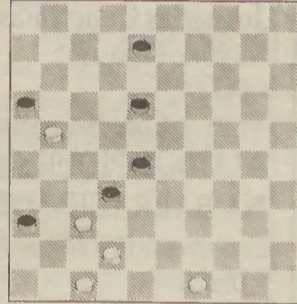
Nº 1995X037 [S. B.]: 1. Tg6! Ameaça: 2. T7f6! Bd5; 2. Bd8, -, 3. B:f6 # 1. Cd5; 2. Cd8, -, 3. Cf7 # Nº 1995X038 [H. R.]: 1. Cf6+! Rg5; 2. Bc3, Rh4; 3. Cd4, R:f6; 4. Bg5+, Rg4; 5. B:f6, Rf5; 6. Rf3 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXII - 11 DE MAIO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D037
Por: G. L. GORTMANS
GB, 1934

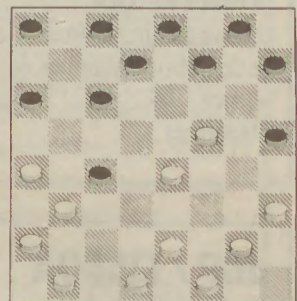
Pr. [6]: 8-16-18-28-32-36
Br. [5]: 21-37-42-47-49



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D038
GOLPE Nº 120
Por: ALBERTO BORGHETTI
[Damasport Nº 3 Março, 1961]

1. 10-13, 22-19; 2. 11-14, 19-10; 3. 5-14, 21-17; 4. 13-18, 23-20; 5. 1-5, 28-23; 6. 12-16, 20-15; 7. 7-12 Diagrama {Pr. [11]: 15-17-23-24-25-26-27-29-30-31-32; Br. [11]: 2-3-4-5-6-8-9-12-14-16-18 Pr. +}



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXII Nº 1995D037 [G. L. G.]: 1. 37-31, (36X27)*; 2. 42-38, (32X43); 3. 21X3-D, 43-48-D; 4. 3-25+ Nº 1995D038 [A. B.]: 7. 31-28; 8. 12-19, 26-22; 9. 19-26, 29-13; 10. 9-18, 23-20; 11. 16-23, 28-1-D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 11

O Morto Desapareceu

«Cry Panic» (EUA/1974). Real.: James Goldstone. Int.: John Forsythe, Anne Francis, Ralph Meeker. Cor, 74 min. *Inédito*. (14.30, SIC)

Romance na Prisão

«Inmates: A Love Story» (EUA/1981). Real.: Guy Green. Int.: Kate Jackson, Perry King, Tony Curtis, Shirley Jones, Pamela Reed. Cor, 96 min. *Telefilme*. (00.55, Canal 1)

SEXTA, 12

Sentença de Morte

«Death Sentence» (EUA/1974). Real.: E. W. Swackhamer. Int.: Cloris Leachman, Nick Nolte. Cor, 78 min. *Inédito*. (14.30, SIC)

Explosões Mortais

«Live Wire» (EUA/1992). Real.: Christian Duguay. Int.: Pierce Brosnan, Ron Silver, Ben Cross. Cor, 81 min. *Thriller*. (21.30, Quatro)

Os 4 Espiões

«Secret Agent» (Gr.Br./1936). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Madeleine Carroll, John Gielgud, Peter Lorre, Robert Young, Percy Marmont. P/B, 86 min. *Ver Destaque*. (00.40, TV 2)

A Obra-Prima do Crime

«A Masterpiece of Murder» (EUA/1986). Real.: Charles S. Dubin. Int.: Bob Hope, Don Ameche, Jayne Meadows Allen, Yvonne de Carlo. Cor, 92 min. *Telefilme*. (01.40, Canal 1)

SÁBADO, 13

O Castigo da Justiça

«Where the Sidewalk Ends» (EUA/1950). Real.: Otto Preminger. Int.: Dana Andrews, Gene Tierney, Gary Merrill, Bert Freed, Tom Tully, Karl Malden. P/B, 91 min. *Ver Destaque*. (18.20, TV 2)

Prometer é Fácil

«Hard Promises» (EUA/1991). Real.: Martin Davidson. Int.: Sissy Spacek, William Petersen, Brian Kerwin, Mare Winningham. Cor, 91 min. *Comédia*. (23.40, TV 2)

O Mundo a seus Pés

«Citizen Kane» (EUA/1941). Real.: Orson Welles. Int.: Orson Welles, Joseph Cotten, Ray Collins, Paul Stewart, Dorothy Comingore, Everett Sloane. P/B, 120 min. *Ver Destaque*. (23.50, Quatro)

As Gloriosas Aventuras do Jovem Horace

«Convicts» (EUA/1991). Real.: Peter Masterson. Int.: Robert Duvall, Lukas Haas, James Earl Jones, Starletta Dupois. Cor, 91 min. *Ver Destaque*. (00.15, SIC)

Aço Azul

«Blue Steel» (EUA/1990). Real.: Kathryn Bigelow. Int.: Jamie Lee Curtis, Ron Silver, Clancy Brown, Elizabeth Peña, Louise Fletcher. Cor, 98 min. *Thriller*. (00.20, Canal 1)

As Últimas 36 horas

«36 Hours» (EUA/1964). Real.: George Seaton. Int.: James Garner, Eva Marie Saint, Rod Taylor, Werner Peters, John Banner. Cor, 111 min. *Guerra*. (02.00, Canal 1)

DOMINGO, 14

A Luz Vem do Alto

(Port./1965). Real.: Henrique Campos. Int.: Maria Dulce, Fernando Curado Ribeiro, Mário Pereira. P/B, 95 min. *Drama*. (16.50, SIC)

Impagável Perseguição

«Extralarge - Moving Target» (It./1990). Real.: Enzo G. Castellari. Int.: Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Juan Fernandez. Cor, 91 min. *Aventuras / Cómico*. (17.35, Canal 1)

As Bruxas de Eastwick

«The Witches of Eastwick» (EUA/1987). Real.: George Miller.

Int.: Jack Nicholson, Cher, Susan Sarandon, Michelle Pfeiffer. Cor, 114 min. *Ver Destaque*. (22.20, SIC)

A Palavra

«Ordet» (Din./1954). Real.: Carl Dreyer. Int.: Henrik Malberg, Emil Haas Christensen, Preben Lerdoff Rye, Cay Kristiansen, Birgitte Federspiel. P/B, 116 min. *Ver Destaque*. (a partir das 22.30, TV 2)

Apaches, Asas Indomáveis

«Fire Birds» / «Hell Fire» / «Wings of the Apache» (EUA/1990). Real.: David Green. Int.: Nicholas Cage, Tommy Lee Jones, Sean Young. Cor, 87 min. *Thriller*. (01.35, Canal 1)

SEGUNDA, 15

O Grande Mestre do Crime

«The Thomas Crown Affair» (EUA/1968). Real.: Norman Jewison. Int.: Steve McQueen, Faye Dunaway, Paul Burke, Jack Weston. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

A Aldeia da Roupas Brancas

(Port./1939). Real.: Chianca de Garcia. Int.: Beatriz Costa, Manuel Santos Carvalho, José Amaro, Óscar de Lemos, Hermínia Silva, Elvira Velez. P/B, 77 min. *Comédia*. (21.15, Quatro)

Desejos Finais

«Final Analysis» (EUA/1992). Real.: Phil Joanou. Int.: Richard Gere, Kim Basinger, Uma Thurman, Eric Roberts, Paul Guilfoyle. Cor, 120 min. *Thriller*. (22.20, SIC)

O Vale das Bonecas

«Valley of the Dolls» (EUA/1967). Real.: Mark Robson. Int.: Barbara Parkins, Patty Duke, Sharon Tate, Susan Hayward, Paul Burke. Cor, 120 min. *Drama*. (01.45, Canal 1)

TERÇA, 16

Orgulho e Paixão

«The Pride and the Passion» (EUA/1957). Real.: Stanley Kramer. Int.: Cary Grant, Sophia Loren, Frank Sinatra, Theodore Bikel. Cor, 127 min. *Aventuras*. (14.30, SIC)

A Escolha de Salomão

«Solomon's Choice» (EUA/1992). Real.: Andrew Tennant. Int.: Joanna Kerns, Bruce Davidson, Reese Witherspoon, Joseph Mazzello. Cor, 91 min. *Drama*. (21.30, Quatro)

Jornada Alucinante

«Clearcut» (Can./1991). Real.: Richard Bugajsky. Int.: Ron Lea, Graham Greene, Michael Hogan, Floyd Westerman, Rebecca Jenkins. Cor, 95 min. *Drama*. (00.30, SIC)

Chamas sobre o Adriático

«Flammes sur l'Adriatique» (Fr./Jug./1968). Real.: Alexandre Astruc. Int.: Gérard Barry, Claudine Auger, Antonio Passalia. Cor, 100 min. *Drama / Guerra*. (01.35, Canal 1)

QUARTA, 17

Uma Menina Chamada Sooner

«A Girl Named Sooner» (EUA/1975). Real.: Delbert Mann. Int.: Lee Remick, Richard Crenna, Don Murray, Anne Francis. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

A Manhã Seguinte

«The Morning After» (EUA/1986). Real.: Sidney Lumet. Int.: Jane Fonda, Jeff Bridges, Raul Julia, Diane Salinger, Richard Foronjy. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (22.00, Quatro)

Férias em Família

«The Great Outdoors» (EUA/1988). Real.: Howard Deutch. Int.: Dan Aykroyd, John Candy, Stephanie Faracy, Annette Bening. Cor, 90 min. *Comédia*. (23.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 11

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
14.55 Rumo a Avonlea
15.40 Missão Impossível
16.30 Motociclismo
17.45 Com a Verdade me Enganas
18.25 Corpo Santo
20.00 Telejornal (1ª parte)
20.10 Sobre o casamento de D. Duarte de Bragança
21.00 Telejornal (2ª parte)
21.30 Desencontros
22.30 Tourada de Gala à Antiga Portuguesa
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Romance na Prisão (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televidas
17.05 Perigo nas Montanhas

Sexta, 12

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
14.55 Rumo a Avonlea
15.40 Heróis Maduros
16.30 Greande Desporto
17.45 Com a Verdade me Enganas
18.25 Corpo Santo
20.00 Telejornal (1ª parte)
20.10 Sobre o casamento de D. Duarte de Bragança
21.00 Telejornal (2ª parte)
21.30 Desencontros
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.15 Contos Assombrosos
00.45 24 Horas
01.25 Remate
01.40 A Obra-prima do Crime (ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola

Sábado, 13

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
13.00 Notícias
13.15 Automobilismo
14.20 Made in Portugal
14.50 Casamento de D. Duarte de Bragança
18.00 Eternos Novatos
18.30 Desencontros (Compacto)
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
21.00 Festival Eurovisão da Canção
24.00 24 Horas
00.20 Aço Azul (ver «Filmes na TV»)
02.00 As Últimas 36 Horas (ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Universidade Aberta
14.00 Parlamento
15.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.20 O Castigo da Justiça (ver «Filmes na TV»)
19.55 Forum Musical

Domingo, 14

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.20 Sem Limites
11.50 Top +
12.45 Jornal da Tarde
13.00 86-60-86
13.45 Fórmula Um - Grande Prémio de Espanha
16.00 A Lei de Burke
16.50 A Grande Pirâmide
17.35 Implacável Perseguição (ver «Filmes na TV»)
19.05 Casa Cheia
19.55 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Eu Tenho Dois Amores (ver «Filmes na TV»)
21.55 Parabéns
23.45 Domingo Desportivo
01.15 24 Horas
01.35 Apaches, Asas Indomáveis

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews

Segunda, 15

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Rumo a Avonlea
16.30 Golo Europa
17.45 Corpo Santo
19.10 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Moda - Nina Ricci
22.20 Zona+ Carlos Cruz
24.00 24 Horas
00.30 Caminhada sem Tréguas
00.50 24 Horas
01.30 Remate
01.45 O Vale das Bonecas (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso

Terça, 16

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Rumo a Avonlea
16.30 Golo Europa
17.45 Corpo Santo
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Casamento de D. Duarte de Bragança (Compacto)
22.00 Nico D' Obra
22.30 A Mulher do Sr. Ministro
23.00 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Flammes Sur L'Adriatique (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televidas
17.05 Immenhof

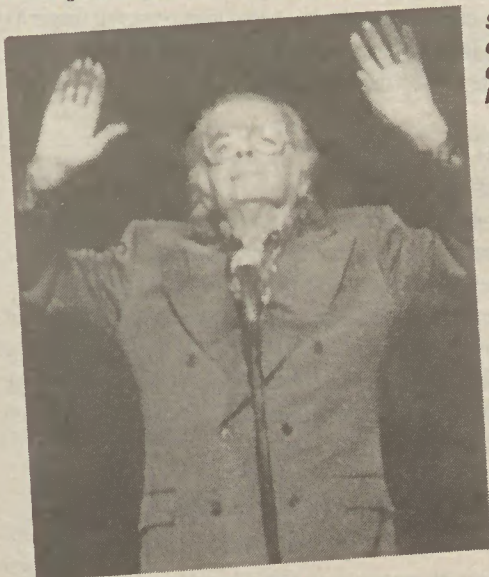
Quarta, 17

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Rumo a Avonlea
16.30 NBA
17.45 Corpo Santo
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.25 Futebol - Final da Taça UEFA
22.30 Desencontros
23.30 Férias em Família (ver «Filmes na TV»)
01.00 24 Horas
01.40 Remate
01.55 Longa Metragem

TV 2

12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
17.55 Os Amigos de Gaspar
18.20 Escola Paraíso



Serge Reggiani em concerto no Palácio dos Congressos de Paris: hoje na TV2



Armstrong, um dos gigantes do jazz da «Recollecti-on» programada para a TV2. Sexta-feira



Tó Cruz, o representante de Portugal no Eurofestival da Canção, sábado próximo

18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Magritte (documentário)
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Investigação de Um Crime
23.35 Musical: «Serge Reggiani au Palais des Congrès»
00.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Morto Desapareceu (ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.55 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Pelo Contrário
23.30 TVI Jornal
24.00 Protagonistas
00.35 Dar que Falar

Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 O Mundo em Guerra
21.00 A Roda do Mundo
21.35 Ver Para Ler
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.10 Musical: «Recollecti-on»
23.35 Musical: «Serge Reggiani au Palais des Congrès»
00.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Sentença de Morte (ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Minas e Armadilhas
00.10 Os Donos da Bola
01.15 Último Jornal
01.30 Playboy

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Precisão das Velas
22.45 Explosões Mortais (ver «Filmes na TV»)
00.25 TVI Jornal
00.55 Dar que Falar

20.35 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 Prometer É Fácil (ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Justiça Selvagem
18.20 Vidas Cruzadas
20.00 Irmãos Coragem
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 Uma Noite de Sonho
23.50 Último Jornal
00.05 Vá para Fora Cá Dentro
00.15 As Gloriosas Aventuras do Jovem Horácio (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.00 Clube da Manhã
10.00 Cerimónias de Fátima
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
21.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Por Trás do Crime
23.30 Últimas Notícias
23.45 O Mundo a Seus Pés (ver «Filmes na TV»)

14.00 Um País de Floresta
14.45 Circo
15.45 TV2 Desporto
19.15 As Teias da Lei
20.05 Música ao Domingo: «Abertura do Festival de Viena»
21.05 Os Descobrimientos Portugueses
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo

SIC

11.00 Buéréré
13.00 National Geographic
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show Sic
16.50 A Luz Vem do Alto (ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Assuntos de Família
21.00 Jornal da Noite
22.20 As Bruxas de Eastwick (ver «Filmes na TV»)
00.50 O Senhor que se Segue
01.55 Último Jornal
02.10 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Angelus
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.55 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Bang-Bang
20.30 High Tide
21.35 Não te Enerves
22.05 Cluedo
23.00 África, Aqui
00.35 Últimas Notícias
01.00 Jornal do Mundo

18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Que Família
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Segunda Parte
21.40 Ver para Ler
21.50 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Bailado
23.45 As Teias da Lei
00.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Grande Mestre do Crime (ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Desejos Finais (ver «Filmes na TV»)
00.45 Último Jornal
01.00 Flash Back

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.25 A Aldeia da Roupa Branca (ver «Filmes na TV»)
23.15 TVI Jornal
23.50 Prolongamento
00.20 Dar que Falar
01.15 Novos Ventos

18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Eu Sou Um Sentimental (ver «Filmes na TV»)
00.30 Alta Frequência
01.30 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Orgulho e Paixão (ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Jornada Alucinante

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 A Escolha de Salomão (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.20 Caixa de Perguntas

18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Fogo e a Terra
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
23.40 Fogo Cruzado
23.40 As Teias da Lei
00.25 Viver em Liverpool
01.20 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Uma Menina Chamada Sooner (ver «Filmes na TV»)
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 Vida Selvagem
23.20 Só para Inteligentes
00.55 Último Jornal
01.10 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.00 Fora de Jogo
21.30 Trapos & Companhia
22.00 A Manhã Seguinte (ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Prós e Contras
01.00 Dar que Falar

Por isto e por aquilo...

Os 4 Espiões

(Sexta, 00.40, TV 2)

Um romancista, agente secreto, é incumbido da tarefa de eliminar um espião alemão mas, por engano, acaba por matar um inocente turista, numa busca que o leva ainda a Genebra onde os espiões têm o seu quartel-general numa fábrica de chocolates. Simplesmente, o verdadeiro espião morreria num acidente ferroviário... Como se vê, em tom de comédia, Hitchcock realiza aqui um filme de espionagem ainda pertencente à sua fase britânica - mas o filme, que nos proporciona entretanto uma excelente interpretação de Peter Lorre (atenção ao seu sotaque mexicano!) suplantando um John Gielgud mal à vontade num papel que não lhe quadra bem, não é do mais essencial que o mestre do suspense nos proporcionou ao longo da sua carreira. A história original é de Somerset Maugham.

O Castigo da Justiça

(Sábado, 18.20, TV 2)

Um detective implacável mata um homem durante um inquérito policial e trata inicialmente de encenar um caso de ajuste de contas. Mas quando o corpo do morto é descoberto e um motorista de táxi é injustamente acusado do seu assassinio, o detective cai em si e procura ajudar a filha do inocente suspeito, acabando por se inculpar a si próprio por respeito à sua dignidade e ao amor que a jovem entretanto lhe despertou. Um admirável argumento - ou não fosse escrito por Ben Hecht - brilhantemente posto em cena por um realizador (Otto Preminger) no melhor da sua forma, num género em que foi mestre: o filme negro. E Dana Andrews e Gene Tierney não poderiam estar melhor na pele dos dois principais protagonistas.

O Mundo a seus Pés

(Sábado, 23.50, Quatro)

Personagem multifacetada e fulgurante do mundo da arte e do espectáculo - ele já fora actor de teatro de ambos os lados do Atlântico, produziu festivais de Teatro, fundara grupos teatrais, encenara para o palco Shakespeare, Marlowe, Shaw e, para a rádio, peças de teatro radiofónico - Orson Wells vê, em 1939, aos 24 anos de idade, a RKO proporcionar-lhe a oportunidade da sua vida: um contrato único nos anais da história de Hollywood, o de «produzir» anualmente um filme em que ele poderia ser o que quisesse - Produtor, Realizador, Autor, Actor. Surgiria, assim, o seu primeiro filme, *Citizen Kane*, que Wells (sem experiência anterior no cinema) pôe de pé após meses de clausura e estudo visionando na *moviola* os grandes clássicos da 7ª Arte. Deste filme se poderá falar como de uma obra que inaugura um novo período na história do Cinema: o do término da grande tradição cinematográfica anterior à guerra (uma poderosa influência presente no filme) e o do começo do riquíssimo período do cinema dos anos 40 e 50 que o realizador inevitavelmente influenciou. Sabe-se das decisivas inovações técnicas e formais que Orson Wells trouxe para o cinema com este filme: os inusitados pontos de vista da câmara ou as objectivas especialmente fabricadas que permitiam focar, indiferentemente, os planos próximos ou mais afastados da câmara, dando-lhe a oportunidade de aproveitar, de forma invulgar, a *profundidade de foco*. Poderá falar-se, ainda, dos «incríveis» *planos-sequência* ou das inovações da *montagem* presentes no filme ou do original carácter dramático da sua música. Mas só o peso de um grande talento poderia transformar em uma grande obra de Cultura - um dos maiores filmes de sempre - aquisições técnicas tão impressionantes se as compararmos com as que hoje existem, na maior parte dos casos ao serviço da exibição de meros e efémeros espectáculos comerciais, em que

é pródiga esta semana televisiva. A *Quatro* inaugura, assim, da melhor maneira, um ciclo dedicado a Orson Welles.

As Gloriosas Aventuras do Jovem Horace

(Sábado, 00.15, SIC)

Não podendo competir com *O Mundo a Seus Pés* (transmitido à mesma hora), este filme realizado por Peter Masterson conta-nos os dramas violentos vividos por um grupo de prisioneiros cujo trabalho explorado por um cruel fazendeiro contribui para ir fazendo sobreviver a produção de uma plantação situada no Golfo do Texas, no princípio do século. Dois grandes papéis de Robert Duvall e Lukas Haas.

As Bruxas de Eastwick

(Domingo, 22.20, SIC)

Na calma Eastwick vivem três mulheres livres e independentes - Alexandra (Cher), uma escultora viúva, Jane (Susan Sarandon), uma violoncelista e professora de música divorciada, e Sukie (Michelle Pfeiffer), uma repórter de um jornal separada do marido - todas elas em busca de um companheiro ideal. E eis que surge um multimilionário, Daryl Van Horne (Jack Nicholson) que desperta nelas o interesse mais diabólico e tudo acaba na mais desbragada magia negra... Uma comédia de terror, bem engendrada por George Miller (o realizador dos filmes da série *Mad Max*), repleta de situações irresistíveis mas que tem o importante senão de... nunca mais conseguir chegar ao fim! Quanto a Jack Nicholson, seria preciso esperar toda uma carreira para vir a encontrar semelhante harém...

A Palavra

(Domingo, a partir das 22.30, TV 2)

Na Jutelândia, na década de 30, duas famílias de origem rural vivem em conflito por causa das suas divergências de carácter religioso. A crítica considera esta obra intensamente mística do grande cineasta dinamarquês Carl Dreyer uma das suas obras-primas, a par do seu filme mais conhecido, *Joana d'Arc*. Um filme extremamente lento e reflectido, com uma planificação espaçada no tempo e em que se destaca a extraordinária maestria do realizador no campo da *mise-en-scène*.

O Grande Mestre do Crime

(Segunda, 14.30, SIC)

Numa das melhores interpretações da sua irregularíssima carreira, Faye Dunaway representa aqui o papel de uma investigadora que procura acompanhar as duvidosas actividades de um vigarista e sedutor (Steve McQueen), o qual, por falta de suficiente excitação na sua vida de grande senhor dos negócios, planeia o roubo de um banco, e a

quem acaba por ligar-se, sempre hesitando entre a paixão e o dever profissional. Este é um dos tais filmes que exclusivamente se preocupa em ligar entre si os mecanismos necessários para o puro entretenimento - mas Norman Jewison, que nunca foi capaz de ser particularmente exigente face ao seu potencial talento, sempre esteve também à vontade nestas coisas bem dispostas. E atenção à música de Michel Legrand - *The Windmills of Your Mind* - que ganhou um justo Oscar.

Uma Menina Chamada Sooner

(Quarta, 14.30, SIC)

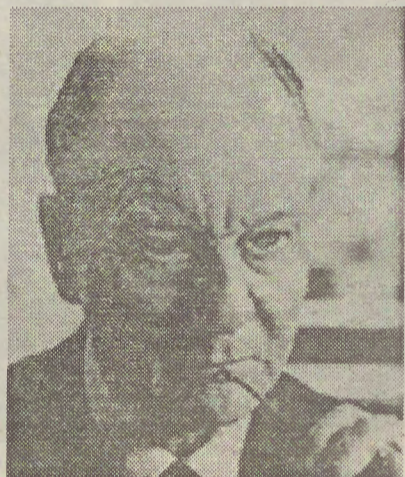
Um telefilme de qualidade superior à habitual mediania e que nos conta a história de uma criança de 8 anos que abandona uma excêntrica senhora idosa encarregada da sua educação para ir viver com um casal sem filhos, contri-

buindo para a recomposição da sua felicidade. As referências são positivas em relação comovente telefilme cujo argumento se baseia num *best-seller* da escritora Suzanne Clauser.

A Manhã Seguinte

(Quarta, 22.00, Quatro)

O destaque a este filme apenas se justifica por ser Sidney Lumet o seu realizador - ou seja para avisar o leitor de que, ao contrário do que poderia esperar, ele está longe do nível de qualidade a que este cineasta nos habituou. Nem a interpretação de Jane Fonda, aqui surpreendente no cabelo louro e na voz rouca, chega para salvar da desgraça esta história de uma actriz alcoólica e em grande crise de carreira que numa bela manhã acorda tendo a seu lado, com uma faca espetada no coração, o corpo de um homem de que não se recorda - incidente que dá o pontapé de partida para um «thriller» completamente falhado.



Madeleine Carroll, John Gielgud e Peter Lorre, os intérpretes principais de «Os 4 Espiões», de Alfred Hitchcock



Orson Welles e Joseph Cotten, numa cena de «O Mundo a Seus Pés», de Orson Welles



Os Irmãos Louis e Auguste Lumière, evocados em curtos filmes na SIC, diariamente, após o «Último Jornal», em comemoração dos 100 anos do Cinema



Cher, Susan Sarandon e Michelle Pfeiffer, «As (três) Bruxas de Eastwick», de George Miller

Pontos de luz

Aquela emissão de «Prova Oral» estava anunciada para o fim do serão de terça-feira. Já não era cedo (a de anteontem, dita «especial», tendo o Pretendente, à Realeza e à suposta «High Life» Sentimental como vedetas, foi programada para o horário do Telejornal, em pleno horário nobre, o que no momento em que escrevo é mera previsão), mas entenda-se: para ouvir um comunista nunca há pressa.

Contudo, quando a emissão arrancou já era, afinal, quarta-feira, ultrapassada que fora a fronteira da meia-noite. Parece, pois, natural que a audiência para Carlos Carvalhas estivesse àquela hora drasticamente minguada, e mais ainda os segmentos pertencentes à classe trabalhadora, que se levanta às seis da manhã ou ainda antes porque os transportes são difíceis e os patrões não gostam de atrasos. Sendo assim, terão sido relativamente poucos os que ouviram Maria Elisa Domingues dar, para a nenhuma pressa que «Prova Oral» mostrou em convidar Carvalhas, uma explicação de pasmar: a de que o discurso do PCP não se alterou. Já se sabia, é certo, que quem não muda de opinião, quem se mantém firme nas convicções e nas solidariedades, é punido com o epíteto de «dinossauro», castigo reservado aos que se recusam a ser camaleões. Agora, porém, ficámos a saber que também incorre na pena de preterição no acesso à TV.

De qualquer modo, o certo é que valeu a pena assistir àquela «Prova Oral», não apenas para ouvir o que ali disse o secretário-geral do PCP como também para ouvir (e ver) como o disse, e a este aspecto terá sido particularmente sensível quem, fazendo (ou esforçando-se por fazer) crítica de Televisão, sempre se tem preocupado com algum insuficiente poder de comunicação televisiva por parte de comunistas excelentes, cheios de razão e de razões mas ineficazes perante as câmaras. Em «Prova Oral», Carlos Carvalhas deu-me um alegrão: que me lembre, nunca eu o vira tão fluente, tão perfeitamente equilibrado entre o poder de síntese e a eficiência da resposta, tão a «mandar no jogo» que uma entrevista também é. Impôs-se a dois entrevistadores obviamente hostis e nem mesmo Maria Elisa, sempre desenvolta e tendencialmente agressiva, pôde fazer melhor que lamentar-se repetidamente de que o entrevistado «não a surpreendia». Como se Carlos Carvalhas tivesse ido ali para isso ou estivesse minimamente obrigado a divertir a senhora.

Os minúsculos indícios

É, pois, assim salpicado de alegrias raras em rotina cinzenta (ou, mais exactamente, cor-de-burro-quando-foge) o quotidiano de um crítico de TV ou mesmo de um telespectador que, sem especiais obrigações, se mantém lúcido. Nesse quadro de penumbra, a entrevista de Carlos Carvalhas foi reconfortante, apesar da certeza de que a decerto intencional colocação horária na madrugada lhe terá reduzido a repercussão. Noutros casos, porém, os bons momentos são ainda mais breves, por vezes apenas entendidos por quem, longamente mantido em abstinência de telemotivos para a alegria, se aproveita de minúsculos indícios de luz, embora casuais e involuntários, e sofregamente os decifra.

Por exemplo, no passado sábado, em «Parabens». A entrevistada da noite era Fernanda Montenegro, e é certo que já fora sabroso ouvi-la falar. O que melhor me soube, porém, foi a para mim inesperada presença de Carlos Porto e a forma também inesperadamente adequada como Herman José se lhe referiu: «... porventura o mais importante crítico de Teatro português». Tenho para mim como certo que, depois da liquidação de jornais diários onde teria legítimo e necessário lugar, Carlos Porto entrou em forçada fase de eclipse aos olhos de muita gente. Que estivesse ali, apesar de tudo, e fosse alvo de público reconhecimento por parte de quem, para lá de conhecidas limitações culturais e outras, tem indiscutível audiência, foi um acontecimento porventura minúsculo que me iluminou por dentro. A gente precisa destas coisas, de sinais que nos lembrem de que mesmo em condições ingratas um homem competente, honesto e justo, não é destruído. O que, bem feitas as contas, é expresso de outro modo na palavra de ordem operária e popular «a luta continua!»

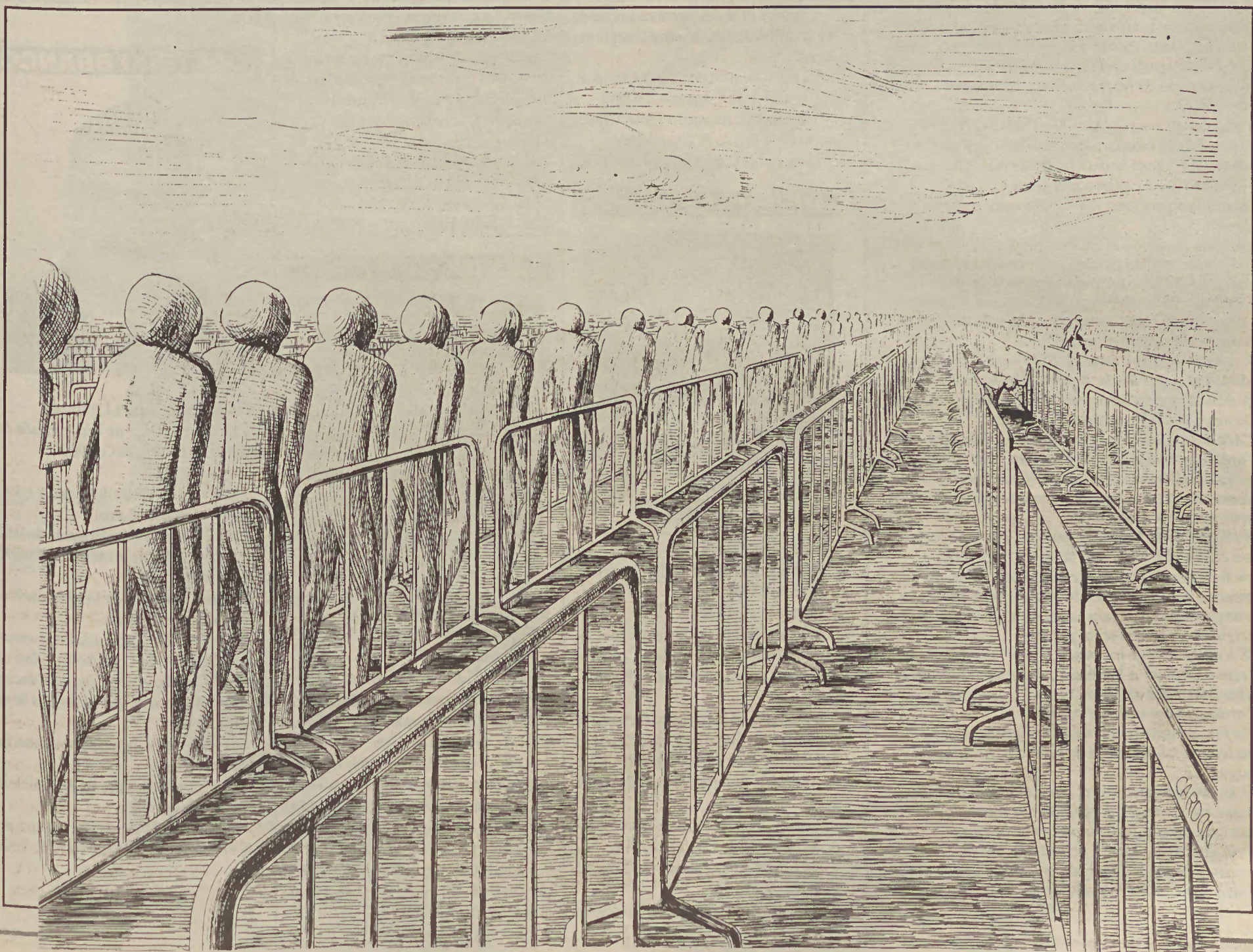
O cantor e o poeta

Mas as surpresas daquela noite de sábado não tinham acabado. Terminada a emissão de «Parabens», transferi-me para outro canal onde estava a ser transmitido um velho filme norte-americano de George Sidney, adaptação ao cinema do «Show Boat», um grande êxito musical da Broadway. Não era nada de especial, e ali me dei-

xei ficar, olhando-o, não sei se por algum saudosismo se pela vaga reminiscência de que no meio daquilo haveria alguma coisa capaz de me agradar especialmente. E houve: em dada altura, surgiu um negro a cantar, com uma voz como nenhuma outra, o clássico «Old Man River». Era, de súbito regressado do passado, vivo, comvente, o incomparável Paul Robeson, cantor de capacidades verdadeiramente excepcionais, cidadão lutador, comunista, intérprete de ópera mas também de canções revolucionárias. Olhando-o em «Show Boat», lembrei-me dele a cantar «Los Quatro Generales», canção da Espanha republicana, num recital que foi obrigado a realizar do lado canadiano da fronteira do Canadá com os Estados Unidos porque a repressão norte-americana não o deixava cantar na sua própria pátria. E lembrei-me também do poema que, do outro lado do mundo, lhe dedicou o poeta turco Nazim Hikmet, poema que há anos traduzi do francês porque, como se compreenderá, tenho definitivas dificuldades na tradução directa do turco...

*«Eles não nos deixam cantar, Robeson,
meu canário de asas de água,
meu irmão negro de dentes de pérola,
não nos deixam cantar as nossas canções.
Eles têm medo, Robeson,
medo da aurora, medo de ver,
medo de ouvir, medo de tocar.
Eles têm medo de amar,
medo de amar apaixonadamente como Ferhat amou
(decerto também vocês, irmãos negros,
têm um Ferhat; como lhes chamas tu, Robeson?)
Eles têm medo da semente e da terra,
medo da água que corre,
medo de se lembrarem.
A mão de um amigo que não queira
nem descontos, nem comissões, nem moratória,
não irá apertar as mãos deles
como uma ave quente.
Eles têm medo da esperança, Robeson, medo da esperança!
Têm medo, meu canário de asas de água.
Eles têm medo das nossas canções, Robeson.»*

Até a memória deste poema a Televisão me trouxe naquela noite de sábado. Fizera-o involuntariamente, é certo. Ainda assim, por aquela vez eu não ficara com razões de queixa: os sinais de luz tinham sido bastantes.



de FOICE

Os Bonifrates (I)

[Bonifrates (fig.): pessoas ridículas, que se não levam a sério, frívolas/ pessoas que outras fazem manobrar a seu talante, que são joguete nas suas mãos/ pessoas que pecam contra a gravidade e decoro do seu estado e sexo]

Há uma grande originalidade em Manuel Monteiro, que é de ser o velho mais jovem do actual panorama político-partidário. A juventude está-lhe na cara: a pele é desenrugada sobre a juvenil secura de carnes e, num viço incontornável, o sangue ruboriza-lhe as tiradas que ele quer circunspectas.

Mas a velhice sai-lhe do corpinho, encanecida ao pormenor: os fatos completos diluem-lhe a juventude com feroz premeditação, a postura assertoada denuncia-lhe a obsessão pelo black tie que, cinzento e burguês, fez regra nos trânsitos do poder.

Em suma: desde que entrou nas lideranças partidárias, todo ele tem sido um esforço de camuflagem, e o seu primeiro exercício quis iludir a natureza, renegando a própria idade.

Mas foi na intervenção política que melhores performances alcançou neste seu projecto de enganar o tempo.

Aí, usou uma estratégia oposita: desenterrando ideias mais velhas que ele próprio, tudo fez para as remoçar, lhes dar viço e ânimo para de novo caminharem entre os homens.

O resultado foi um exército de frases zombies saindo da boca moça de Monteiro e zurdidas, à ponteirada, na tola do público, sob o comando dum indicadorzinho irremediavelmente mandão. É assim que o temos ouvido falar de "pátria" como se a houvesse fundado, invocar o "povo" como se o tivesse no bolso, louvar a "família" como se se achasse o seu patriarca indiscutível, pregar "moral" como se dela fosse o dono. Salazar não precisava de tantas palavras para dizer o mesmo. Monteiro precisa. Em Portugal, a trilogia "Deus, Pátria e Família" ainda não pode ser desenterrada sem uma transfusão de adjetivos e um enxerto de frases que lhe disfarcem a putrefacção.

Todavia, no seu projecto de construir o futuro exumando o passado, Monteiro não se limita a maquilhar ideias velhas para que pareçam novas. Fornece-lhes a própria juventude - aqui rentabilizada ao máximo - para aperfeiçoar a ilusão.

Tão bem misturou os ingredientes que conseguiu, dentro do próprio partido, convencer que a sua pouca idade era sinónimo de novidade. O resultado foi o enterro do CDS e a sua ressuscitação, não ao terceiro dia mas na mesma hora, como avô de si próprio.

E a verdade é que nunca o CDS conseguira levar tão longe o que lhe ia na alma ideológica, como o passou a fazer na sua reincarnação PP e pela mão do neto.

Chegara o tempo dum jovem líder a verberar os "políticos" como se não fosse um deles, a difamar a "política" como se estivesse fora dela, a denunciar a "demagogia" como se não estivesse a praticá-la.

A síntese deste "edifício teórico" só podia fazer um caminho e Monteiro anda a percorrê-lo, enchendo-o de frases que não dizem nada, de insultos vestidos de denúncias, de pormenores transformados em generalizações, de banalidades erigidas em pensamento político.

É o caminho que inventa o "caos" para responsabilizar a liberdade, que responsabiliza a liberdade para exigir a "ordem", que exige a "ordem" para extirpar o "caos".

No fim, extirpa-se a liberdade e acabam-se os malefícios: a política e os políticos, as lutas e as bagunças.

O jovem Monteiro sofre, aqui, dum imponderável: o que ele possa ter aprendido nos manuais da extrema-direita, viveu-o um povo inteiro.

Pelo que, nem sendo o velho mais jovem, conseguirá fazer dum cadáver mal-afamado um novo das Caldas bem-cheiroso.

■ HC

PCP divulga cabeças de listas para Setúbal, Porto, Beja, Leiria, Castelo Branco e Viseu

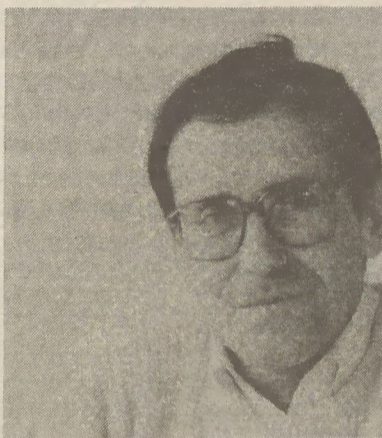
Dando continuidade à divulgação, iniciada na passada semana, dos candidatos indicados pelo PCP para as listas da CDU à Coligação Democrática Unitária — às próximas eleições legislativas, o Gabinete de Imprensa do PCP noticiou ontem um segundo conjunto de cabeças de lista nos distritos de Setúbal, Porto, Beja, Leiria, Castelo Branco e Viseu.

Em Setúbal, o cabeça de lista será Octávio Teixeira, actual Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. No Porto, João Amaral, deputado, encabeçará a lista dos candidatos por aque-

le distrito enquanto em Beja essa responsabilidade caberá a José Soeiro, responsável pelas Organizações Regionais no Alentejo.

No distrito de Leiria, o primeiro candidato da lista da CDU será José Augusto Esteves, responsável pela Organização Regional, em Castelo Branco, será Luís António Nunes Lourenço, professor universitário, enquanto pelo distrito de Viseu, a CDU apresenta Manuel Rodrigues membro da Direcção da Organização Regional de Viseu.

BEJA



José Batista Mestre Soeiro

Operário agrícola
46 anos de idade

Foi fundador, em Maio de 74, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja e seu dirigente até Maio de 1978.

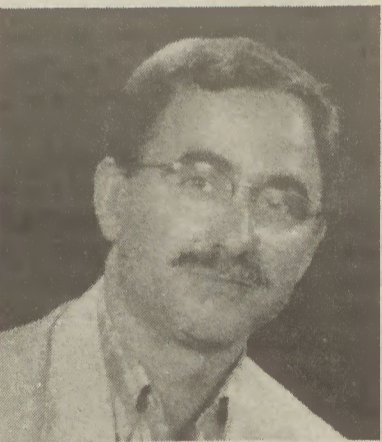
A partir de 1978, desempenhou funções de responsabilidade partidária no Alentejo e nas Beiras.

Foi eleito membro do Comité Central do PCP a partir do IX Congresso, em 1979.

É actualmente responsável pelas Organizações Regionais do PCP no Alentejo.

É membro da Comissão Política do PCP.

UISEU



Manuel Rodrigues

Professor do ensino secundário em Viseu.
41 anos de idade.

Licenciado em Filosofia.

Integra a Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e a Comissão Pedagógica do respectivo Centro de Formação.

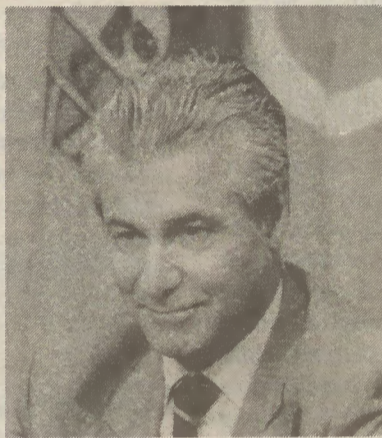
É Presidente da Direcção do Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu e Presidente da Mesa das Assembleias Gerais da CNA e da Associação de Agricultores da Região de Viseu.

Preside à Direcção da Associação de Solidariedade Social de Lafões (ASSOL).

Foi candidato a deputado nas listas da CDU em 1991.

É membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP.

PORTO



João Amaral

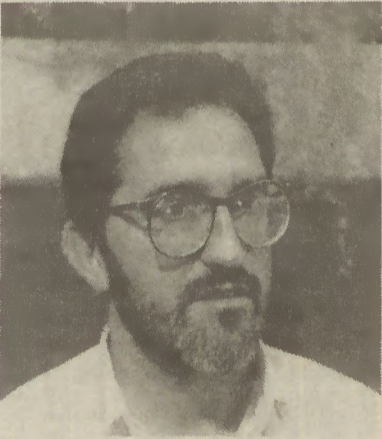
Licenciado em Direito
51 anos de idade

Em 1973/74 exerceu as funções de Assessor da Direcção e de Chefe de Serviços do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, tendo acompanhado de perto a fundação da União dos Sindicatos do Porto.

Após o 25 de Abril, ocupou durante a vigência dos Governos Provisórios o lugar de Chefe de Gabinete no Ministério do Trabalho e na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária.

Membro efectivo do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República desde 1980, sendo actualmente vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

LEIRIA



José Augusto Esteves

Empregado de escritório
47 anos de idade

Antes do 25 de Abril foi activista do Movimento Democrático em Leiria e dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do distrito de Leiria.

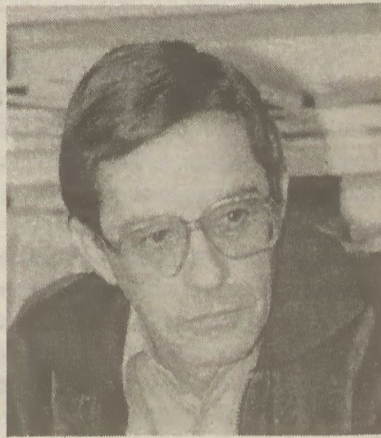
Após o 25 de Abril, exerceu funções de responsabilidade partidária no âmbito das organizações regionais de Leiria e do Oeste Ribatejo.

Foi eleito membro do Comité Central do PCP a partir do IX Congresso, em 1979.

É actualmente responsável pela Organização Regional de Leiria e eleito na Assembleia Municipal de Leiria.

É membro do Conselho Nacional do PCP.

SETUBAL



Octávio Augusto Teixeira

Economista
50 anos de idade

Membro da Comissão Política do PCP. Deputado na Assembleia da República. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

CASTELO BRANCO



Luís António Nunes Lourenço

Professor auxiliar da Universidade da Beira Interior (UBI), na Covilhã.

41 anos de idade.

Licenciado em Gestão de Empresas e doutorado em Gestão Industrial.

Entre Junho de 1991 e Fevereiro de 1995 foi presidente do Departamento de Gestão e Economia da UBI.

Integrou a Direcção do Sindicato de Professores da Região Centro.

É membro da Assembleia de Representantes, do Senado e do Conselho Directivo da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior.

Foi candidato a deputado nas listas da CDU em 1991.

É Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã.

É membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, desde 1981.



1945 A VITÓRIA



As tropas soviéticas conquistam Berlim: a bandeira vermelha da URSS é hasteada no alto do Reichstag

O histórico encontro entre soldados soviéticos e norte-americanos no Elba



Cartaz da Resistência francesa: a resistência popular, arma determinante da vitória



17 de Março de 1945: os americanos conquistam Iwo Jima. A derrocada do imperialismo japonês torna-se irreversível

Contra o fascismo e a guerra o movimento comunista nos anos 30

■ João Arsénio Nunes

O problema da guerra ocupou um lugar fundamental no pensamento e na acção do movimento comunista desde a sua origem. Foi a denúncia do carácter de competição imperialista da Guerra Mundial e a disposição de agir para lhe pôr termo, transformando a guerra em revolução, que à partida uniu aqueles que, após a vitória da revolução de Outubro — realização com êxito dessa estratégia —, viam a constituir a nova Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

Terminada a Guerra, os partidos comunistas e a jovem Rússia Soviética foram particularmente activos na denúncia das condições imperialistas da organização internacional do pós-guerra, fixada na sequência do Tratado de Versalhes, e do perigo que essas condições significavam de eclosão de novas guerras.

Com a precipitação, em 1929, da grande crise económica mundial, esse perigo concretiza-se num agravamento da concorrência entre as potências capitalistas pela conquista de mercados, fontes de matérias-primas e territórios de investimento. Tais rivalidades vão articular-se com os problemas territoriais resultantes dos tratados do pós-guerra. Mas elas vão sobretudo ganhar uma nova dinâmica em ligação com os movimentos e regimes fascistas que então se difundem na Europa, aos quais fornecem um dos elementos essenciais da sua demagogia.

Em 1928, o VI Congresso da Internacional Comunista previu acertadamente a eclosão da crise. Em extensas e aprofundadas análises, foi posta a nu a relação necessária das novas tendências de evolução do capitalismo, ligadas ao entrelaçamento Estado-monopólios, com a agudização dos conflitos ao nível internacional. A questão da luta contra a guerra, em relação com a luta antifascista, vai estar no centro de múltiplas iniciativas dos partidos comunistas e das organizações de massas que influenciam. É de destacar, neste âmbito, a realização em 1932 do Congresso de Amsterdam, a partir do qual se organizam, em vários países, comités de luta contra a guerra e o fascismo.

Em 1935, a realização do VII Congresso da IC marcará uma fase em vários aspectos nova da luta do movimento comunista pela paz. É na verdade uma fase nova, quer da história das relações internacionais, quer das iniciativas de política externa da União Soviética, quer da própria estratégia da Internacional e dos partidos comunistas.

Com o acesso do nazismo ao governo na Alemanha, em 1933, ganha o poder no centro da Europa um partido que inscrevia no seu programa a ruptura com os quadros político-geográficos estabelecidos pelos tratados do pós-guerra e um projecto de expansão territorial com o objectivo último explícito da subjugação e colonização dos "povos inferiores" a Leste - objectivo em que o racismo da ideologia nazi se casava com o fanatismo anticomunista.

Ultrapassada a fase das abundantes e hipócritas declarações pacifistas, que Hitler considerou convenientes

à sua inicial consolidação no poder, o nazismo iniciará a curto trecho a execução gradual do programa expansionista - primeiro pelo abandono da Sociedade das Nações, a seguir pela violação ostensiva dos limites estipulados à capacidade militar da Alemanha, logo depois por uma medida já efectivamente preparatória de agressão como foi a militarização da Renânia.

Ainda em 1935, a Itália fascista, por seu lado, concretizará os propósitos de expansão imperial que se fixou, iniciando a guerra pela conquista da Etiópia.

É neste contexto que se reúne o VII Congresso da Internacional Comunista que, como é conhecido, terá no seu centro a questão da luta contra o fascismo e a formulação de um amplo projecto de alianças antifascistas, traduzido nas Frentes Populares.

A conexão entre o problema do fascismo e o perigo de guerra é desde logo clarificada na célebre caracterização que Dimitrov dele deu: "O fascismo é a ditadura terrorista dos elementos mais chauvinistas, mais imperialistas e mais reaccionários do capital financeiro." Mas a análise concreta que no decurso do congresso foi feita do problema da guerra, nomeadamente no relatório de Togliatti e nos discursos de Dimitrov, foi bem mais ampla, e constituiu o ponto de partida numa vasta iniciativa desenvolvida nos anos seguintes.

Em relação às análises feitas em anteriores reuniões, as intervenções de Togliatti e Dimitrov no VII Congresso distinguem-se por se não limitarem à caracterização genérica das tendências expansionistas do capitalismo. O acento é agora posto na vontade de hegemonia e no belicismo das potências fascistas - em particular da Alemanha, da Itália e do Japão, que em 1931 ocupara a Manchúria, iniciando um projecto de conquista da China. Distinguem-se assim claramente, dentre as potências capitalistas, as mais agressivas e as interessadas na manutenção do *statu quo*, o que abre aos partidos comunistas um espaço de intervenção prática, através de "uma atitude positiva nos problemas de política externa", no sentido de "intervir activamente para favorecer todos os processos que atrasam a eclosão da guerra e de pôr um obstáculo a tudo o que constitui uma ameaça imediata para a paz." (Togliatti).

Justamente os anos imediatos ao VII Congresso da IC conhecerão, na Europa e no mundo, alguns dos momentos mais cruciais do confronto fascismo-antifascismo, ao mesmo tempo que uma acumulação de acções de agressão da parte das potências fascistas e uma tendência crescente para a sua unificação como bloco ideológico nas relações internacionais (eixo Berlim-Roma, eixo Berlim-Tóquio, "pacto antikomintern"). É decisiva neste processo a intervenção alemã e italiana ao lado dos franquistas na guerra civil de Espanha. Mas ela não foi senão uma parte do processo mais vasto de desenvolvimento regular da ofensiva expansionista dos fascistas: marcada também em 1936 pela remilitarização da Renânia (ameaça directa à França e

à Bélgica) e a conquista da Etiópia, em 1937 pela invasão da China pelo Japão, em 1938 pela anexação da Áustria e subsequente anexação parcial da Checoslováquia, em 1939 pela ocupação da restante Checoslováquia, a vitória do franquismo, a invasão da Albânia pela Itália e finalmente a agressão alemã à Polónia, que desencadearia a 2ª Guerra Mundial.

Dimitrov, enquanto secretário-geral da IC, foi um analista agudo deste processo ao mesmo tempo que um activo promotor de iniciativas para lhe pôr termo. Em múltiplos escritos e intervenções diagnosticou e previu a lógica de desenvolvimento das agressões fascistas, sublinhando o facto de a guerra não ameaçar "apenas nem em primeiro lugar" a URSS e de a possibilidade de preservação da paz depender em medida decisiva da capacidade de acção das forças antifascistas. A própria iniciativa das políticas de Frente Popular, além do seu valor próprio de extensão das alianças do movimento operário e alargamento das conquistas sociais em cada país, contém uma dimensão de política internacional: tratava-se de impedir a extensão dos fascismos ao mesmo tempo que de fortalecer e consolidar as forças em cada país mais capazes de resistirem às ameaças e agressões das potências fascistas. A acção da IC não se limitou porém a este âmbito genérico, mas incluiu múltiplas outras iniciativas: apoio e promoção da extensão e efectividade das sanções da Sociedade das Nações à Itália durante a guerra da Etiópia; propostas de acção conjunta à Internacional Socialista para o apoio à Espanha Republicana, em geral recebidas com reserva ou hostilidade pela IS; promo-

BEKANNTMACHUNG AVIS

Die Kommunistische Partei ist verboten.
Wer sich kommunistisch betätigt, kommunistische Propaganda betreibt oder auch nur den Versuch dazu macht oder sonst kommunistische Bestrebungen irgendwie unterstützt, begünstigt die Feinde Deutschlands. Er hat deshalb mit der Verurteilung zum Tode durch ein deutsches Kriegsgericht zu rechnen.

Flugschriften deutschdeinlichen Inhalts sind von jedem, der in ihren Besitz gelangt, unverzüglich an die nächste deutsche militärische Dienststelle abzuliefern. Wer die Ablieferung unterlässt, wird mit Zuchthaus bis zu 15 Jahren bestraft.

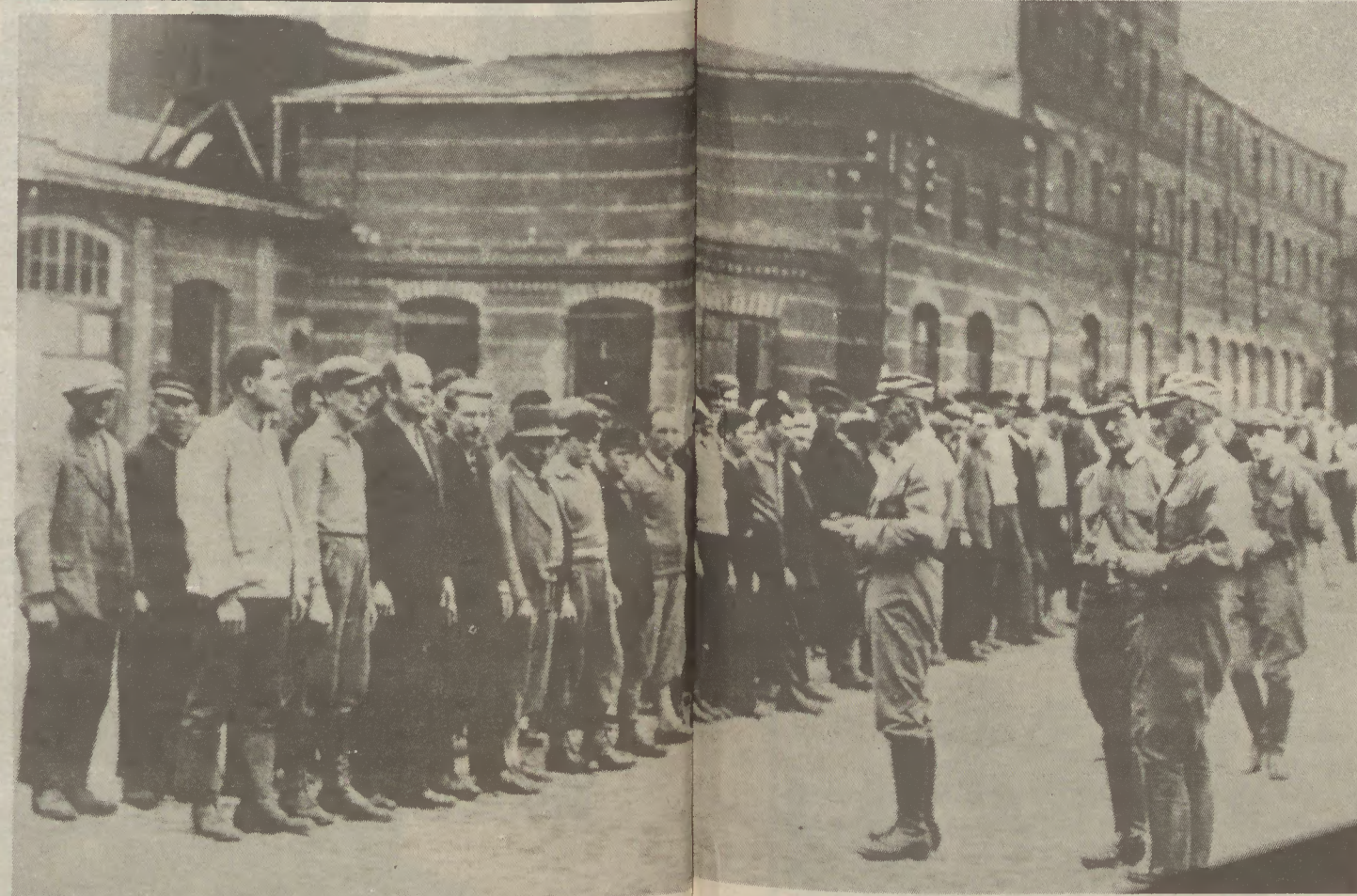
Ich erwarte von der Klingheit und der Einsicht der Bevölkerung, dass jeder dazu beiträgt, unbeneidete Elemente von der Unterstützung der Feinde Deutschlands abzuhalten.

Ich warne vor den ersten Folten, die sich aus der feindseligen Haltung kommunistischer Kreise nicht nur für die Leibeliter selbst, sondern für die gesamte Bevölkerung des besetzten Gebietes ergeben müssen.

Der Militärbehälterführer in Frankreich
OOZ von STULPNAGEL
Comandante do Intermun
Paris, den 11. August 1941.

O aviso de 14 de Agosto de 1941 do comando nazi das tropas de ocupação em França proibindo o Partido Comunista Francês

Os antifascistas e especialmente os militantes comunistas foram as primeiras vítimas do terror nazi. Na foto, chamada de prisioneiros no campo de concentração de Oranienburg em 1933, provavelmente no mês de Maio



Soldados republicanos e membros das Brigadas Internacionais em combate na defesa de Madrid durante a guerra de Espanha

Manifestação antifascista de camponeses franceses em 14 de Julho de 1936 após a vitória do Front Popular

ção do Congresso mundial da Paz, em Bruxelas, e apoio às iniciativas do Comité mundial de luta contra o fascismo e a guerra; além, é claro, do apoio dado à formação das Brigadas Internacionais na guerra de Espanha, em parte decisiva constituídas por comunistas de todo o mundo.

Não é aqui o lugar para discutir a concepção simplista dos que consideram a acção da IC como mera expressão instrumental da política internacional soviética. Aquilo que, pelo contrário, é justo pôr em relevo, é que, em todo este período, há um activo envolvimento da diplomacia soviética, sob a condução de Maxim Litvinov, na política europeia, justamente com o objectivo prioritário de contenção da Alemanha hitleriana e de promoção da "segurança colectiva". Desse envolvimento foram testemunho, entre outros, a entrada da URSS para a Sociedade das Nações em 1934, o pacto de não-agressão com a França complementado em 1935 por um pacto militar de assistência mútua, a promoção de "pactos de garantia" em apoio das pequenas potências (dos quais chegou a ser concretizado o de garantia conjunta franco-soviética à Checoslováquia, que a França porém, no momento da verdade, se recusaria a cumprir). Também a tentativa, primeiro, de assegurar uma efectiva não-intervenção em Espanha e, depois, perante a aberta intervenção italiana e alemã, o apoio ao governo republicano, se inseriram na mesma política, cujo fundamento era a ideia, repetida por Litvinov, da "indivisibilidade da paz".

Não foram porém estas as ideias e orientações a prevalecer no seio da SDN e na política das potências líderes na Europa da época, nomeadamente da Inglaterra e da França. Pelo contrário, a orientação prevalente, apesar da oposição que suscitou em amplos círculos políticos ingleses e franceses, inclusive conservadores, foi a que ficou conhecida pelo nome de "appeasement" (apazigua-

mento), que não seria improprio traduzir como política de encorajamento ao agressor. Para ela decisivamente contribuiu o enraizado anticomunismo e anti-democratismo das classes dirigentes, em particular inglesa, com o seu desprezo perante a existência dos pequenos Estados e simultânea esperança de canalizar a expansão nazi "para Leste", tendo como objectivo último a liquidação da União Soviética. Já o ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Halifax, elogiaria Hitler por ter "prevenido a entrada do comunismo no seu país barrando-lhe a passagem para ocidente", e o próprio primeiro-ministro Baldwin não se coibia de declarar, já em 1936, que "se há que haver luta na Europa, gostaria de ver os bolcheviques e os nazis a fazerem-na."

Não é possível reconstruir aqui todas as fases, nem sequer os principais episódios, do "appeasement". Bastará lembrar, como marcos significativos, a tolerância e até encorajamento ao rearmamento alemão (acordo naval anglo-germânico de 1935), as sanções praticamente irrelevantes à Itália, a complacência perante a remilitarização da Renânia, a comédia trágica da "não-intervenção" em Espanha (a favor da efectiva intervenção dos fascistas italianos e alemães), o silêncio de frente da anexação da Áustria e do acordo activo à liquidação da Checoslováquia (conferência de Munique).

Neste processo, a conferência de Munique ocupa um lugar essencial: não se tratava só, como antes, de agressões toleradas, mas da participação activa dos governos inglês e francês na desintegração dum Estado plurinacional para satisfação dos objectivos da política hitleriana. Ele teve por isso uma repercussão internacional, tanto mais que o seu significado real foi demonstrado poucos meses depois: a Alemanha não se limitava à incorporação dos Sudetas (eticamente alemães), como previsto pela conferência, mas transforma-

va o resto da república checa num protectorado e promovia na Eslováquia um Estado fantoche.

Munique não podia deixar de afectar profundamente a posição da União Soviética: na verdade, a conferência sucedera à recusa pela França de acompanhar a URSS na concretização do pacto de garantia da Checoslováquia, desenrolara-se à margem de qualquer consulta à URSS e concluiu-se por pactos de não-agressão da Inglaterra e da França com a Alemanha. Era o fim da política de segurança colectiva por que a URSS sempre se batia.

Os acontecimentos da Primavera de 1939, com a simultânea apresentação pela Alemanha das suas pretensões em relação à Polónia, suscitará orientações contraditórias na política inglesa e francesa. A tomada de consciência, por larga parte das opiniões públicas, das consequências a que conduziu o "appeasement", pressionará os governos inglês e francês a declararem-se garantistas da integridade da Polónia. Neste quadro, iniciam-se, em Março de 1939, conversações em relação a uma convenção militar anglo-franco-soviética. Entretanto, os "appeasers" não desistiram de procurar, no âmbito de conversações secretas anglo-germânicas, novos compromissos, à custa da Polónia e sempre facilitando a Hitler o caminho "para Leste": era um novo Munique em perspectiva.

Ainda em Março de 1939, perante o XVIII congresso do Partido, Stalin prevenira que a URSS não tentaria lidar para outros as castanhas do lume. No decurso das conversações militares anglo-franco-soviéticas, as posições da delegação soviética serão claras: o pacto de assistência mútua, incluindo a garantia à integridade da Polónia e da Roménia, teria de assegurar a possibilidade de assistência militar efectiva. No caso de ataque à Polónia, o direito de passagem das tropas soviéticas pelo território polaco era a única maneira de assegurar resistência pronta à invasão, protegendo simultaneamente a fronteira soviética da aproximação das tropas nazis.

A disposição negociada da parte soviética não foi acompanhada por franceses e ingleses em termos equivalentes: as delegações, de fraco estatuto militar, não vinham munidas de poderes para resolver; as negociações arrastaram-se e as exigências soviéticas não foram atendidas. A URSS, que não desconhecera as conversações secretas que em paralelo a Inglaterra conduzia com a Alemanha, via-se perante a ameaça de um "novo Munique", que desta vez colocaria as tropas alemãs junto à sua fronteira.

É nestas circunstâncias que virá a nascer o pacto de não-agressão germano-soviético. Fracassada uma política persistente dirigida à segurança colectiva e verificada a inevitabilidade da guerra, o pacto - na essência idêntico aos que ingleses e franceses tinham acordado após Munique - configurou-se como a única possibilidade de desfazer os planos dos que há muito procuravam canalizar a agressão "para Leste". E, não podendo também a longo prazo inviabilizar o ataque à URSS que constituía um dos objectivos mais longamente acalentados pelo fascismo hitleriano, foi nas condições assim criadas que a União Soviética pôde preparar-se para o defrontar e dar ulteriormente a contribuição decisiva para a derrota definitiva do nazismo.

1945/A VITÓRIA



Civis polacos enforcados pelas tropas alemãs em Varsóvia



Prisioneiros do campo de concentração de Buchenwald. Foto tirada no dia da libertação do campo, em Abril de 45, por soldados da 80ª Divisão do exército americano

A BARBÁRIE NAZI

A II Guerra Mundial desencadeada pelo nazi-fascismo marcou na História da Humanidade uma escalada a limites até então desconhecidos da violência e da crueldade. Desde os confins da memória do homem que o confronto violento entre interesses arrastava atrás de si morte, destruições, depredações, violência. Mas a II Guerra Mundial introduziu no conflito armado de forma até então desconhecida a lógica sistemática da exploração e mesmo da perversa utilização das vitórias da técnica e da ciência entretanto alcançadas pela inteligência humana. A destruição de Varsóvia pelos nazis gerou uma monstruosidade quase inimaginável: pela primeira vez na vida do Homem, arquitectos foram chamados a destruir sistematicamente uma cidade. Varsóvia foi arrasada bairro a bairro, prédio a prédio não por equipas de sapadores encarregues de uma missão militar, mas por equipas técnicas orientadas por arquitectos formados pelo nazismo que levaram a tara da besta fascista a fazer de uma profissão vocacionada para edificar e criar, técnicos de destruição e ruína. Os campos de concentração não foram apenas o levar às últimas consequências de uma lógica repressiva e carcerária. Não se tratou apenas de levar ao absurdo o universo prisional de um regime assente na repressão. Os campos de concentração nazi foram, por um lado, máquinas - e o termo é exactamente esse, máquinas - de extermínio. A capacidade científica e técnica de organizar a produção foi posta ao serviço da destruição a vida: criaram-se instalações, conceberam-se máquinas, elaboraram-se venenos, produziram-se lucrativas quantidades industriais de produtos de assassinio em massa. Mas, lado a lado com essa lógica produtiva tornada possível pela ciência e pelo progresso, os campos de concentração nazis foram simultaneamente «fábricas» onde, em pleno século XX, se reproduziram os ritmos de exploração do trabalho até à morte que

caracterizaram os mais sombrios tempos da escravatura e «laboratórios» onde, no limite do desumano, se fizeram experiências que não visavam a vida, mas a morte, onde se transformaram homens e mulheres em carne e cérebros violados pela demência criminosa de uma loucura sem nome. E, ao lado dessas máquinas geradas pela fusão da exploração com o terror, da violência mais primária com o tecnicismo da produção capitalista, a degradação ética do quotidiano de vida civil e militar nazi conduziu a uma prática de ocupação militar digna das mais sangrentas violências pré-históricas. Cidades inteiras arrasadas e as suas populações - homens, mulheres, crianças - integralmente massacradas, execuções sumárias, reféns civis usados com carácter sistemático contra a resistência popular - este o panorama de uma guerra conduzida não apenas por um exército, mas pela máquina de guerra de um ditadura terrorista dos grandes monopólios. Violenta como todas as ditaduras, sangrenta como todo o



Campo de concentração para crianças em território soviético. No cartaz: «a entrada no campo e as conversas através da vedação são proibidas sob pena de fuzilamento»

terrorismo, sistemática, exploradora e implacável como todos os monopólios.

Cartaz polaco de Lipinski sobre a destruição de Varsóvia



Uma das mais famosas e impressionantes fotos da II Guerra: sob a vigilância de tropas SS, judeus do ghetto de Varsóvia são conduzidos aos comboios destinados aos campos de concentração e extermínio



A paz de Salazar

■ Pedro Ramos de Almeida

1. Em inícios de Outubro de 1939, passado o primeiro mês da II Guerra Mundial — quando após a invasão nazi da Polónia, apenas a Inglaterra e a França tinham declarado guerra à Alemanha (3.IX) e o Exército Vermelho mal se limitara a penetrar (17.IX) na Polónia, já invadida, claramente para acautelar as suas fronteiras — **Salazar (AOS)** relata para Londres ao embaixador **Armindo Monteiro (AM)** diligências do representante alemão, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa:

«Insistiu na tese de que não há razões para esta guerra. A Alemanha só pretende anular o Tratado de Varsalhas (que encerra a I Guerra Mundial, em VI.1919, e que prejudica a Alemanha e as potências derrotadas) (...) os neutros todos poderiam pôr termo à guerra» e que **AOS** «poderia colocar-se à frente do movimento.»

Em Julho de 1940, um mês passado sobre a ocupação alemã de Paris, ainda **AOS** escreve sobressaltadamente a **AM**: «(...) a questão geral da guerra preocupa-me muito, por não ver claramente como a Inglaterra poderá conduzi-la. Receio que a Inglaterra não tenha feito o estudo profundo de todos os dados do problema e esteja actuando sob pressão sentimental (...).»

Esta introdução pessimista precede, de facto, a formulação do propósito de uma campanha pela paz imediata entre a Inglaterra e a Alemanha. Um projecto que não só se coaduna com o que os nazis alemães já lhe tinham sugerido, como objectivamente antecipa aquilo a que Rodolfo Hess, o terceiro mais responsável dirigente do Reich alemão, procurará dar corpo, dez meses depois (10.V.1941), ao lançar-se de pára-quadras em Inglaterra, eventualmente às ocultas de Hitler: uma paz entre a Inglaterra e a Alemanha, assente numa união contra a URSS e num plano de repartição mundial, a dois...

E continuava **AOS**: «(...) o momento único para a paz é o actual, antes de a Inglaterra ser atacada (...). A Inglaterra poderia fazer uma paz razoável (...). Ignoro que possibilidades existem dessa paz, que deixaria de pé o poderio naval e o Império Britânico, mas não é improvável que a Alemanha transigisse em deixar a armadura geral do Império intacta em troca do fim da guerra, que lhe economizava despesas e sofrimentos para o seu povo (!), lhe dava a ambicionada liberdade a Leste, com possibilidade de ataque imediato à Rússia (Note bem!) e a garantia da hegemonia em grande parte da Europa Continental.»

Mas isto não é um sonho cor-de-rosa de **AOS**! É, concretamente, uma directa pressão do «aliado» salazarista junto do governo britânico, para um quadro concreto de cessação de hostilidades entre alemães e ingleses! Ele próprio diz, no final da comunicação, a **AM**: «Não é o pensamento deste telegrama afectado pela segurança de não termos complicações na Península se a guerra acabar já, mas pelo interesse da Inglaterra e geral da Europa. Subentendido isto, julgo conveniente que V. Ex.^a fale nesta ordem de ideias a Lorde Halifax, para que ele conheça o nosso modo de ver, lealmente expresso!»

2. A guerra mudou de conteúdo e ergueu novas bandeiras quando as tropas nazis invadiram a União Soviética, em 22.VI.1941, mês e meio depois do voo de Hess. Esse desenvolvimento imperialista e anti-soviético do conflito mundial era previsível. Quase certo. O Pacto Germano-Soviético apenas o atrasara. Tal como **AOS** dirá a Pedro Theotónio Pereira: «Tive-o sempre como fatal...»

Simplesmente, daqui em diante, o traço central desta guerra deixará de se caracterizar por um simples confronto de sistemas ou alianças imperialistas, ou entre duas formas de regi-

mes políticos da sociedade monopolista — no caso concreto, no essencial, fascismo e liberalismo.

Deste modo, a II Guerra Mundial será a primeira conflagração universal a opor, mesmo depois do seu início, de modo directo, mesmo que parcialmente, contendores que se batem a favor, e contra, a exploração do homem pelo homem.

Para **AOS**, o anticomunismo, é então, e crescentemente, uma das pedras de toque essenciais da análise, da verdade e da intervenção históricas; por isso ele dirá, em 1941: «(...) eu não vejo através da guerra; vejo a guerra através da paz. Quer dizer: o que me preocupa não é saber quem vence ou quem vai vencer, mas que paz se fará (...).» Neste campo, **AOS** perguntar-se-á: «Se o fim da guerra é a destruição da unidade alemã, ou se esta unidade, acabada de realizar por Hitler, não é uma vantagem europeia.» É, aliás, em todo este contexto, que **AOS** julga «precipitado» «o discurso de Churchill que saúda a entrada da URSS na guerra.»

É também na mesma linha que, em Julho de 1941, o **Boletim da Legião Portuguesa** dá todo um relevo entusiástico à invasão hitleriana da URSS. Sucedem-se os artigos: «Contra o comunismo, inimigo n.º 1» (João Ameal); «Contra Moscovo, vencer!» (Fernando Moreira); «Ordem de Serviço à Legião Portuguesa» (do presidente da Junta Central, Costa Leite, Lumbrales).

Escreve João Ameal: «(...) agora, eis que os Exércitos germânicos, romenos, húngaros, finlandeses, italianos, eslovacos, auxiliados por formações de voluntários espanhóis, suecos, portugueses (não se esqueça que o legionário marechal Spínola, então oficial subalterno, participou no cerco a Leninegrado!), holandeses, dinamarqueses, belgas, croatas, desencadeiam o ataque preventivo [sic] à União Soviética. (...) Por Deus e pela Pátria — contra o inimigo n.º 1, que mais uma vez será vencido!»

Por seu lado, Costa Leite, Lumbrales, legionário, aliado de Santos Costa, pró-nazi, e que virá a ser um dos principais governantes do regime terminará a sua **Ordem de Serviço** procurando definir a tarefa do anticomunismo português, no quadro da guerra anti-soviética: «A grandeza das forças que hoje enfrentam o comunismo russo não carece de colaboração nossa na frente de batalha [só por isso é que

não vamos!] mas devemos considerar-nos mobilizados e prontos a travar o combate, logo que seja necessário, neste extremo ocidental da Europa.»

E entre muitas outras, a batalha do volfrâmio — um minério indispensável à produção do aço utilizado em material de guerra — foi certamente uma acção salazarista, útil à guerra anti-soviética e antidemocrática de Hitler...

3. Nos primeiros seis meses de 1941, quando a ofensiva nazi na Europa Ocidental já se podia considerar concluída, a produção nacional de volfrâmio atinge oficialmente 2363 toneladas, e o seu preço unitário sobe de 7 para 44 contos!

O volfrâmio português será sobretudo útil à ofensiva anti-soviética. Lembremos que até à Primavera de 1944, data da abertura da 2ª frente anglo-americana, 92% de todas as forças terrestres da Alemanha combatiam na frente germano-soviética, e mesmo depois, 74% daquelas forças ainda lá continuavam retidas!

A mesma ideia tinha **AOS**: desde o início de 1942, logo que a Inglaterra e, mais tarde, os Estados Unidos criticaram o fornecimento de volfrâmio português à Alemanha, **AOS** procurará sempre justificar e manter a sua entrega na base do anti-sovietismo.

Em 15.III.1944, Winston Churchill escreve a **AOS** uma carta em que lamenta o que «está causando grande ansiedade», devido «à sua influência na duração da guerra»: a exportação portuguesa de volfrâmio para a Alemanha, «sem o que seria impossível a indústria de guerra alemã funcionar e manufacturar as armas com que os soldados britânicos são mortos». E nesta data, a Península Ibérica é a única fonte de abastecimento de volfrâmio para a Alemanha... Como é possível que um aliado abasteça a Alemanha, com uma matéria-prima que lhe permite «destruir armas britânicas, matar tropas britânicas (...)?»

Em 29.III.1944, **AOS** responde: de início, dá alguns números relativos à questão do volfrâmio — Portugal, da sua parte, fornecera à Alemanha, em 1942/43, 37% do volfrâmio nacional produzido; e em 1943/44, «apenas» 25%, ou seja, «apenas a quarta parte das necessidades alemãs».

Mas a principal argumentação concentra-a **AOS** no anti-sovietismo: se a Inglaterra,



Cartaz de propaganda alemã editado em Paris após a ocupação: os objectivos do Reich hitleriano eram os de Salazar

«nosso amigo e aliado» fosse o único inimigo da Alemanha, então esta exportação seria contrariada pelo próprio Governo. Mas a verdade é que a Alemanha defronta outros inimigos, cuja actividade «contra a civilização cristã» era bem conhecida... Ajudar a matar soviéticos era sempre um bom destino para o volfrâmio português...

E, realmente, a exportação de volfrâmio para a Alemanha, como para qualquer outro beligerante (!), só cessará — simbolicamente! — em 6.VI.1944, praticamente na noite de 5 para 6 de Junho, na data da operação «Overlord» — desembarque de 150 000 militares em França, após travessia da Mancha... — que inicia a 2ª Frente Ocidental. Ingleses e americanos, desta feita, não podiam mesmo admitir que **AOS** continuasse a fazer chegar o volfrâmio necessário ao armamento das forças hitlerianas!...

AOS ainda promete ao representante alemão, Huene, que «quando abandonar o Governo» não se esquecerá de deixar um apontamento sobre 100 toneladas que ficara a dever à Alemanha.

Lembra-lhe Huene: «Mas V. Ex.ª nunca largará o Governo!»

Só que os imperialistas alemães, ingleses e americanos, apesar de todas as suas ajudas, não conseguiram torná-lo imortal... E aos sucessores, o 25 de Abril da liberdade e da paz deu-lhe o destino apagado e murcho que há muito vinha a ser popularmente semeado e regado e que, por estes dias, voltamos a celebrar e a rejuvenescer!

Como eu vivi as manifestações do final da guerra

■ Maria Alda Nogueira

Não tinha ainda vinte anos quando, com todos os estudantes democratas, que eram a maioria e cada vez em maior número, vivemos embrenhados na discussão da forma de celebrar o fim da tão celerada guerra mundial.

Quase todos nós, ou pelos menos uma grande maioria, se pronunciava e propusera que dali da Faculdade de Ciências partíssemos para uma manifestação que podia começar no Largo do Rato até Avenida abaixo.

Combinámos os *slogans* que devíamos fazer ouvir bem alto nas ruas e os que dominavam e acabariam por ser mais gritados eram «Viva a Paz!», «Abaixo a Guerra!», «Via a democracia! Abaixo o fascismo! Abaixo a sua política de fome, miséria e guerra!».

E marchámos para o Largo do Rato, onde já havia muita gente concentrada, uma parte da qual se dirigiu para as ruas das embaixadas, na zona da Lapa, onde muitos polícias se concentravam frente aos edifícios dos países chamados do Eixo e outros com grandes responsabilidades dos seus dirigentes na guerra, cujo fim fora há pouco anunciado e era agora ali vitorioso por todos nós.

As manifestações mantiveram-se e alargaram-se pelo dia adiante até à noite, cresceram nos bairros populares como Alcântara, Bairro Alto, Ajuda e outros.

E assim sabíamos com novas certezas que não éramos apenas nós que contra a guerra nos manifestávamos e reclamávamos paz, segurança e trabalho para os desempregados, em número cada vez mais crescente por culpa de quem nos governava, da sua política de desprezo pelas necessidades cada vez maiores das classes trabalhadoras.

A censura e o medo que os seus defensores à sua volta espalha-

vam era uma ameaça com que tínhamos que contar e se impunha combater. Sabíamos principalmente que a polícia política, a odiada PIDE, não deixaria de perseguir quem à sua política odiada de repressão se opusesse ou a desmascarasse.

Não era pois em terreno favorável que iríamos viver. A luta, o combate a tantos aspectos negativos da política do governo era não só necessária como urgente, como urgente era organizar esse combate nas mais variadas frentes.

Daqui começou a nascer a ideia que se viria a concretizar na criação de movimentos democráticos quer contra a guerra, quer pelos direitos dos trabalhadores, quer em defesa da democracia, da paz e da liberdade, cada vez mais urgentes.

Naturalmente que esta necessidade era reconhecida pela maioria dos democratas civis e militares descontentes. Paz, Liberdade e Democracia eram exigências numa situação que a não serem atendidas se traduziriam na criação de situações cada vez mais difíceis de resolver, com o crescente sacrifício dos mais necessitados.

Urgia pois pôr mãos à obra - obra que devia ser de todos os que desejassem nela mergulhar as suas mãos, calejadas ou não.

Assim sucedeu na criação dos movimentos nacionais democráticos, eles também obra de homens e mulheres antifascistas de variadas tendências políticas.

Entretanto, seria por de mais simplista e inverdadeiro se não referíssemos nestas últimas linhas a ajuda que representou para que tudo isto se fosse concretizando a existência no nosso país de um Partido Comunista, o Partido Comunista Português, cujos militantes jamais voltaram a cara à luta em defesa dos oprimidos, explorados e ofendidos.

AS MULHERES TAMBÉM GANHARAM A GUERRA

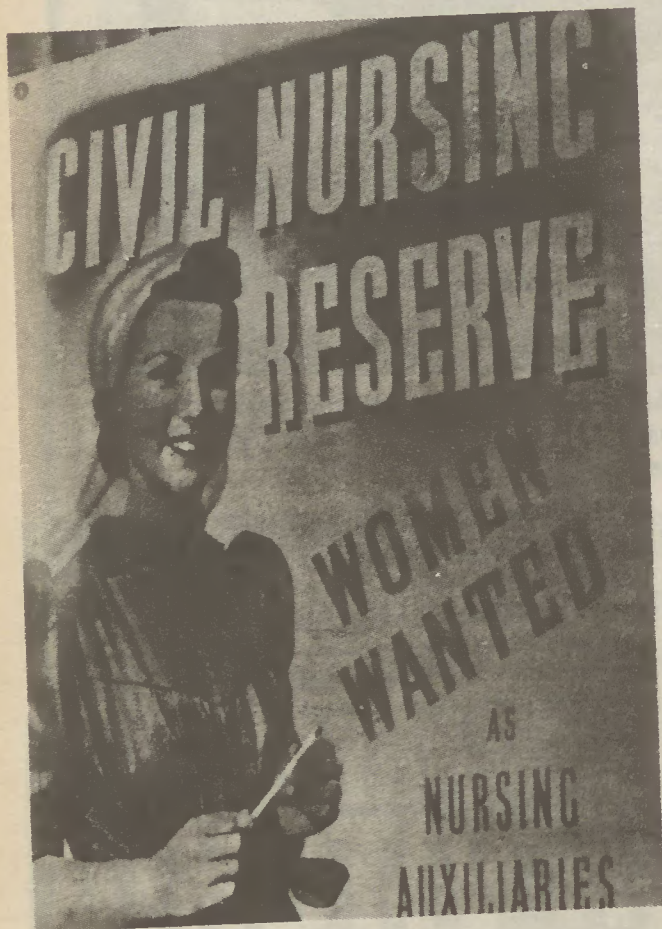
A II Grande Guerra significou a maior mobilização militar da História da humanidade. É praticamente impossível ter uma ideia exacta do total de homens envolvidos nas operações directamente militares, seja nas linhas de batalha de terra, mar e ar, seja nas operações logísticas directamente envolvidas com o esforço militar. Esta mobilização criou nas retaguardas e especialmente

só a tarefa de mães e esposas de soldados na frente, mas de interventoras activas no esforço de guerra, ocupando não apenas funções que habitualmente lhes cabiam - enfermeiras, assistência médica, etc. - mas também tomando lugar nas bancadas das fábricas metalúrgicas, eléctricas, químicas, rebitando asas de aviões, soldando blindagens de tanques e couraçados, enchendo munições e

determinante. A cruel violência da Guerra contribuiu para fazer ruir cruéis preconceitos de discriminação quotidiana. Mas, regressada a paz, nem tudo a Humanidade aprendeu e, apesar dos passos dados, a luta pela emancipação da mulher teve de continuar a travar-se apesar dessas imagens exaltantes de um esforço comum de anos pela liberdade e pela democracia.



Operárias soviéticas em laboração numa fábrica de armamento ligeiro



Cartaz inglês apelando à inscrição de enfermeiras

no essencial aparelho produtivo industrial uma situação inteiramente nova de carência de mão-de-obra, até então fundamentalmente preenchida pelos homens. Tal facto determinou que, contrariamente ao que até então acontecera, às mulheres dos países beligerantes foi cometida não

granadas. Nas frentes de resistência interna dos países ocupados, em França, na Jugoslávia, na Polónia, tal como no esforço de guerra da União Soviética, as mulheres desempenharam um papel

Jovens de um destacamento feminino do Exército soviético prestando juramento



Operárias norte-americanas trabalhando numa fábrica de Fort Worth, no Texas, na fuselagem de um bombardeiro em Outubro de 1942. Durante a guerra, nos meios operários americanos generalizou-se o afectuoso diminutivo de Rosie the Riveter (Rosa a Rebitadora) para todas as mulheres trabalhando na indústria pesada



1945/A VITÓRIA



Guerrilheiros jugoslavos encontram-se com os soldados soviéticos



À direita, cartaz editado em 1949 em homenagem a resistentes alemães assassinados pelo nazismo e entre os quais se contam o secretário-geral do Partido Comunista Alemão, Ernst Thälmann, e os Irmãos Hans e Sophie Scholl, executados em Fevereiro de 1943, principais animadores do grupo de estudantes que editou durante anos o jornal clandestino antinazi «Rosa Branca»



Cartaz de propaganda da resistência grega: «Sempre em frente pela Grécia»

A RESISTÊNCIA

O carácter global da II Guerra, e objectivo claro de ocupação e exploração dos territórios e populações ocupados pelos exércitos nazis, a brutal repressão que as acompanhou desencadearam em praticamente todos os esses países movimentos de resistência que desempenharam importante papel no enfraquecimento e derrota da máquina de guerra hitleriana. Na Jugoslávia, o movimento de resistência conseguiu mesmo impor ao ocupante alemão a derrota militar e libertar o País com as suas próprias forças. Na Checoslováquia, na Polónia, na Hungria, na Bulgária, na Holanda, na Grécia, em Itália, em França e na própria Alemanha, as forças democráticas conseguiram erguer braços armados que infligiram severas perdas

aos invasores, defenderam importantes áreas do território contra a sua ocupação e prestaram inestimáveis apoios às acções militares dos exércitos aliados. Na União Soviética, a íntima ligação entre os *partisans* e o Exército Soviético constituiu um elemento determinante da derrota da *Whermacht* desarticulando as linhas de abastecimento, dizimando destacamentos de reforço e protegendo populações da barbárie. Os movimentos de resistência em todos os países são inteiramente indissociáveis do papel neles desempenhado pelos comunistas. Na Alemanha, foram os resistentes comunistas que ocuparam os primeiros campos de concentração. Em todos os outros países, a experiência de organização, a coragem e determinação, o

espírito combativo e internacionalista dos militantes comunistas levaram-nos a naturalmente ocuparem as primeiras linhas do combate contra o invasor nazi, em toda a parte desempenhando importante papel os veteranos das heróicas Brigadas Internacionais que na Guerra de Espanha pela primeira vez tinham enfrentado a máquina de guerra de Hitler e Mussolini.

O famoso *affiche rouge* sobre o qual Aragon escreveria um poema tornado universal pela canção do mesmo nome de Léo Ferré. O cartaz anuncia a execução dos membros do grupo *Manouchian*, composto quase integralmente por veteranos das Brigadas Internacionais de várias nacionalidades refugiados em Espanha depois da derrota republicana e perseguidos pelos nazis e pelo Governo de Vichy

Gravura clandestina editada em 1943 na Checoslováquia denunciando as atrocidades nos campos de concentração nazis



Cartaz da Resistência Italiana



Inglaterra: esperanças legítimas transformaram-se em

Ilusões Perdidas

■ Manoel de Lencastre

O fim das hostilidades foi, para o povo britânico, um renascer, um reatar, um abrir os olhos e o peito ao novo mundo onde a paz se apresentava carregada de promessas. A mulher inglesa, chamada a pôr à prova a medida exacta das suas qualidades, povoava as indústrias e fora ela, na verdade, quem trabalhava na construção naval, no fabrico de aviões e tanques e no de equipamentos e munições que o esforço de guerra tinha exigido. Londres mostrava feridas resultantes dos assassinos bombardeamentos da «Luftwaffe». O mesmo acontecia em Coventry, Birmingham, Wolverhampton, e também em Liverpool, Newcastle, Manchester. A guerra sujeitara o país a enormes provações. Agora, na paz, as esperanças da Grã-Bretanha só poderiam concretizar-se através de uma nova política.

Winston Leonard Spencer Churchill guiara o povo nas horas mais negras da história moderna da Grã-Bretanha. Fora ela quem, alertando o país para as realidades, pusera fim aos instintos de apaziguamento dos grandes meios da classe dirigente inglesa para com Adolf Hitler. Com estranha clareza, profetizara os acontecimentos que levariam os britânicos ao cerne do maior conflito que os homens conheceram. E, nos trágicos meses de 1940, quando a Europa capitulava perante o domínio das feras nazis e a Inglaterra se encontrava sozinha, Churchill representou e definiu o sentir e o temperamento real do seu povo.

SIM ao socialismo

Em 1495, financeiramente exausto, o parque industrial já incapaz de servir as necessidades do futuro, desintegrando-se o império, o país compreendeu que era altura de partir para novos horizontes. Chamado às eleições gerais desse ano, demitiu Winston para eleger um governo socialista capaz de pôr em prática a política nova de conquistas modernas que o esforço e o patriotismo demonstrados pelo povo britânico durante os terríveis anos de guerra exigiam. No seio das forças armadas, milhões de homens votaram trabalhista e transmitiram ao sistema um sério aviso: «Não à política imperial e capitalista do passado! Sim a um futuro novo no socialismo!»

Londres dançava nas ruas, há 50 anos. As principais grandes praças da capital britânica enchiam-se de um povo louco de alegria — Trafalgar Square, Hyde Park e as imediações do Palácio de Buckingham, Whitehall, Leicester Square, Piccadilly, todo o Strand, eram mares de gente que dançava e cantava saudando a vitória. Poucos teriam dúvidas, em 1945, de que o grande triunfo sobre o nazismo e o fascismo só tinha sido possível devido aos monumentais sacrifícios consentidos pelo povo da URSS e das históricas e decisivas vitórias do Exército Vermelho. Naqueles dias, não era possível esquecer-se a batalha de Moscovo, ignorar-se Stalinegrado ou minimizar-se Kursk. Mas, legitimamente, a Inglaterra sentia-se orgulhosa do papel que desempenhara na guerra e de alguns grandes momentos da glória construídos: a inesquecível vitória rasgada nos céus pela RAF, a acção heróica da «Royal Navy» nos oceanos, e, em terra, «El Alamein», Tobruk, a campanha de Itália, o dia «D», entre outros acontecimentos. Nos dias de celebração da vitória, Singapura e Dunquerque passavam ao esquecimento, o que se compreende.

Nestas condições, o voto popular conduziu Clemente Attlee ao N.º 10 de Downing Street e os trabalhistas a uma larga maioria nos Comuns. Mas, uma coisa são os votos e, outra, os interesses do capitalismo. A Inglaterra imperialista, como a História abundantemente demonstra, não tem princípios — só tem interesse. O imperialismo britânico, que cedera algumas posições em consequência da guerra, reagrupou-se rapidamente. Não estava disposto a recuar, agora que a paz chegava, a sacrificar-se pelas aspirações socialistas das massas populares. Estas, entretanto, ainda cantavam:

«Unless he tells a lie,
Unless he tells a lie,
For he's a jolly good fellow,
For he's a jolly good fellow,
For he's a jolly good fellow..
Which nobody can deny!» (1)

ou, se se regressava da guerra e partia para a terra natal, a velha canção irlandesa:

«Good-bye Piccadilly,
Farewell Leicester Square,
It's a long, long way

[to Tipperary,

But my heart's right there!» (2)

Havia quem já profetizasse o futuro próximo, cantando:

«Gather ye rosebuds while

[ye may

Old Time is still a-flying

And this same flower that

[smiles today

Tomorrow will be dying» (3)

Ainda assim, os optimistas prosseguiam:

«You can't get Father any

[cockles,

You can't get Mother any gin;

Auntie's a sport

But don't give her any Port

You'll never know what

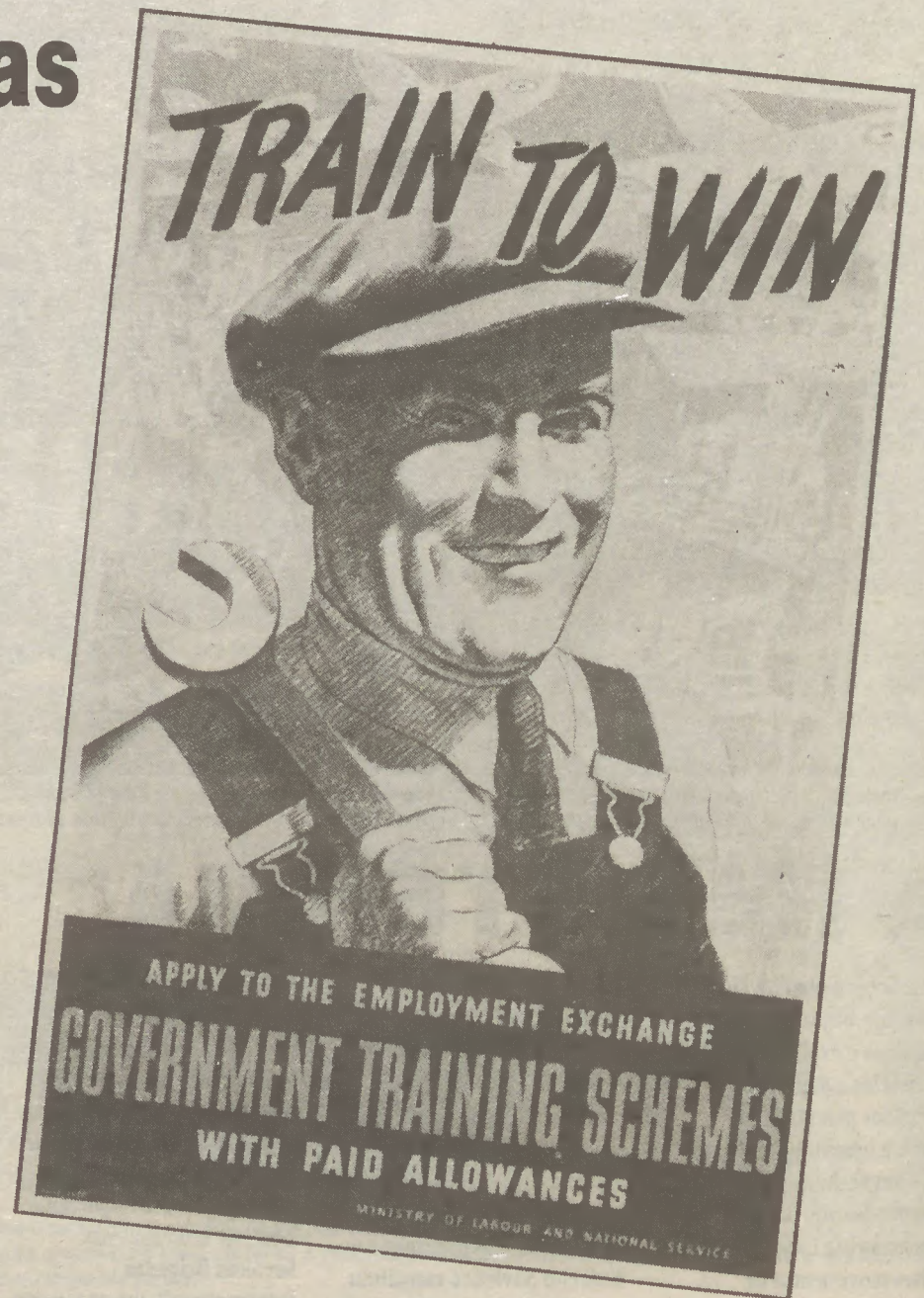
[she'll begin!» (4)

Partido Trabalhista vacila...

A «nova» política inglesa relativamente à situação mundial e à URSS em particular, cedo revelou as intenções dos políticos trabalhistas. primeiro-ministro Attlee e o Secretário do «Foreign Office», Ernest Bevin, alinharam rapidamente a Grã-Bretanha às posições e às directivas da Casa Branca. Subscriviam, alegremente, as manifestações de desconfiança e o claro anti-sovietismo do novo presidente americano, Harry Truman. E este, impreparado para discutir as grandes questões internacionais com os dirigentes soviéticos, em Potsdam, deixava o «falatório» aos ingleses mas agia, na sombra, na preparação da Terceira Guerra Mundial.

Bevin, um homem cuja carreira política progredira nos meios sindicais, rivalizava já com os mais reservados ou fanáticos expoentes do anticomunismo. Começava a ver-se que a saída de Churchill do poder não significava aquela mudança de política que o povo britânico exigira. Ali estavam os velhos trabalhistas conduzindo a esgotada plataforma do império, apesar da nacionalização das principais indústrias e da fundação dos serviços de saúde à escala nacional. Na Alemanha, os dirigentes da zona ocupada pelos britânicos já trabalhavam na reconstrução do sistema bancário germânico e pediram ao notório Herman Abs, que havia realizado lucros monstruosos através do trabalho escravo utilizado na IG Farben, em Auschwitz, que os ajudasse nessa tarefa. Como recompensa, fá-lo-iam presidente do «Deutsche Bank» — o que, evidentemente, cumpriram.

O racionamento dos géneros alimentícios, nos primeiros anos do pós-guerra, causava contradições no âmago da sociedade britânica. A indústria reorganizava-se com lentidão e os meios do poder económico começavam a propagar a falsa noção de que só os privados sabiam conduzir os negócios comerciais e industriais — o Estado não tinha vocação para essas actividades, diziam. O velho sistema não cedia, portanto, e, aos poucos, tirava partido das indecisões do governo trabalhista, das suas gritantes contradições, e da falta de recursos que os respectivos orçamentos traduziam. Eram frios, os invernos. O aquecimento funcionava mal nas grandes cidades. Nas pequenas, simplesmente não existia. O povo britânico, possuidor de uma larga e já nacionalizada indústria de extracção de carvão onde trabalhava cerca de um milhão de mineiros, tiritava de frio porque os



A propaganda durante a Guerra valorizou o papel dos trabalhadores e falou do futuro: o post-guerra trouxe outras realidades (cartaz britânico de 1944 sobre requalificação profissional)

meios de transporte e distribuição desse carvão continuavam na posse de especuladores particulares.

Naturalmente, as indústrias bélicas passaram a uma fase diferente. Produziam, agora, para a guerra-fria. E os homens, que regressavam das muitas posições no globo onde a guerra se travava, foram ocupar os seus lugares tradicionais nas fábricas. As mulheres, que haviam assegurado a produção durante os cinco anos do conflito a quente, viram-se obrigadas a aplicar as suas aptidões e o seu tempo noutros lugares. O sistema capitalista sempre fizera delas um campo de recrutamento fácil — atraíam-as aos escritórios, como secretárias pegadas às máquinas de escrever e encheu-lhes o espírito de canções baratas e simples e de ambições consumistas. Eis a mulher moderna! Vestindo-a e despindo-a para explorá-la e diminuí-la, o capitalismo escravizou-a mais ainda.

... e perde a confiança popular

A posse da bomba atómica, em vez de conduzir a Inglaterra à renovação do seu velho poderio imperial, tornou-se cativa dos Estados Unidos. As despesas de ordem militar já sufocavam as possibilidades reais do país. Clement Attlee seguia os passos, candidamente, dos seus homólogos conservadores e Churchill já espreitava o governo, uma vez mais. O poder do povo não se estabeleceu, afinal. As massas começavam a perder a fé no sistema dos votos. E os imperialistas, que haviam perdido a guerra, acabaram por ganhá-la por outros meios. Arrastaram a sociedade, legitimamente desejosa de melhorar o seu nível de vida, para o campo viciado do consumismo e Attlee, evidentemente, teve de devolver o seu lugar de primeiro-ministro àquele de quem o havia recebido. Ao mesmo, na verdade, que o povo rejeitara porque não o considerara capaz de presidir ao país novo a que aspirava — Winston Churchill. Era o passado que regressava ao presente para garantir o futuro. A Churchill, sucederam Anthony Eden,

Harold MacMillan, Alec Douglas-Hume. Depois, renovada, inevitavelmente, a crise do sistema, o povo britânico voltou a «jogar» a carta do trabalho só para sofrer novas e sempre mais fundas desilusões.

Harold Wilson e James Callaghan nada fizeram que justificasse a confiança do país e este, agora, canta com ironia, com desdém total:

«They, who have lands and safe
[Bank stock,
with fait so founded on a rock;
Máý give a rich invention ease
and construe scripture how
[they please.» (5)

(1)

A menos que nos minta,
A menos que nos minta;
Ele é um bom rapaz,
Ele é um bom rapaz;
E que ele é um bom rapaz
Ninguém pode negá-lo.

(2)

Adeus, Piccadilly,
Até à vista, Leicester Square,
Longo, muito longo é o caminho para Tipperary;
Mas o meu coração é lá que está.

(3)

Apanhem botões de rosa enquanto possam;
O tempo voa - é sempre assim!
A mesma flor que hoje sorri,
Amanhã está morta - é o fim.

(4)

Não sirvam amêijoas ao pai
Nem deixem a mãe tocar no gin,
A tia é uma bela rapariga
Mas não lhe dêem vinho do Porto
Porque nunca se poderá saber
O que ela é capaz de fazer.

(5)

Aqueles que possuem terras e acções no banco
Demonstram no sistema uma rochosa fé;
Podem criar mentiras à vontade
E fazer delas uma escritura quando queiram.

A ERA ATÓMICA

A 6 de Agosto de 1945 a Humanidade franqueava uma etapa terrível da sua História, anunciando possibilidades infindas para o seu futuro, mas aberta tragicamente com uma violência sem precedentes.

Uma única bomba largada de um bombardeiro norte-americano, o «Enola Gay», destruiu em segundos uma cidade de 300 mil habitantes, reduzindo a cinzas a quase totalidade dos seus edifícios e aniquilando imediatamente mais de metade da população de que dezenas de milhares viriam a morrer nos dias seguintes.

A energia atômica fazia o seu aparecimento na vida não como um instrumento de produção de riqueza e progresso, mas como uma arma arrasando a cidade japonesa de Hiroshima. Três dias depois, nova bomba era lançada sobre Nagasaki e o Japão rendia-se incondicionalmente. Ainda hoje não cessou a polémica sobre a necessidade ou não do recurso pelos EUA da bomba atômica contra o Japão.

A possibilidade de construção de uma arma a partir da fissão do átomo pairava nos meios científicos europeus e norte-americanos desde a década de 30 e o nazismo encetara desde cedo trabalhos para se dotar dessa terrível arma. Diversos cientistas - muitos dos quais emigrantes europeus refugiados nos EUA fugindo à repressão nazi - alertaram o governo americano para esse risco, em tal alerta desempenhando papel determinante a diligência feita junto do presidente Roosevelt por Albert Einstein.

Os EUA, com o apoio britânico, lançaram-se simultaneamente na tarefa de estacar o esforço atômico nazi, o que foi conseguido com a destruição por uma equipa de sabotagem da fábrica de água pesada de Rjukan, na Noruega. Um comando de oito noruegueses, a 28 de Fevereiro de 1943, fez explodir a fábrica que, contudo, os alemães

conseguiram repor em funcionamento cinco meses mais tarde. A 16 de Novembro do mesmo ano, um gigantesco bombardeamento envolvendo 158 bombardeiros americanos ataca a fábrica, mas não consegue atingir as reservas de água pesada entretanto produzidas que, em Fevereiro de 1944, os alemães tentam transportar para a Alemanha. Um dos sabotadores de Fevereiro, o capitão Knut Auklied, chefia de novo um grupo que afunda o navio de transporte no lago Tinnsjoe, assim pondo fim ao esforço atômico nazi. Entretanto, do outro lado do Atlântico, reunindo uma equipa de cientistas como a Humanidade não havia ainda conhecido, o chamado «projecto Manhattan» inicia o trabalho para a construção da bomba atômica americana. Em Agosto de 45, segundo muitos analistas, o Japão estava virtualmente derrotado e não haveria necessidade de recorrer à arma atômica: a administração Truman, ao lançar a bomba sobre Hiroshima, pretendia apenas lançar a ameaça atômica sobre o mundo e garantir a hegemonia do imperialismo norte-americano no post-guerra. Que tal ideia estava no espírito de Washington comprovou-o a resolução de avançar para a construção da bomba de hidrogénio, que conduziu à fractura do grupo de cientistas do projecto Manhattan e ao início do furor mccarthysta e anticomunista nos Estados Unidos.

Em 1949, a URSS punha fim ao monopólio atômico norte-americano, assegurando um equilíbrio instável que iria contudo abrir caminho a que numerosos países da África e da Ásia avançassem no caminho da independência apesar da chantagem belicista do imperialismo.

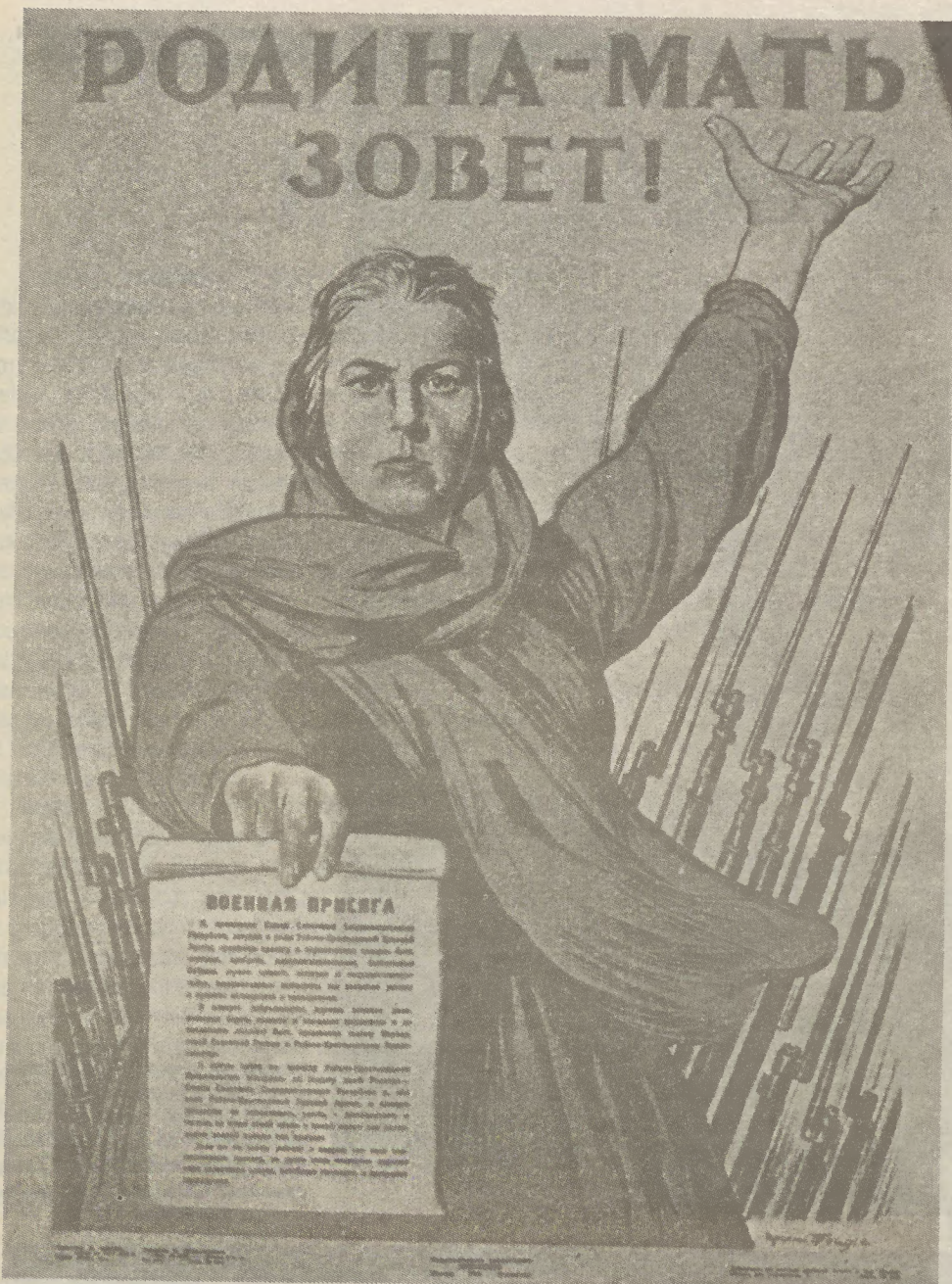
A era atômica da Humanidade não começou bem. Nas mãos do Homem, que dela seja feita ferramenta de progresso e desenvolvimento.



O cogumelo da bomba atômica da Nagasáqui: 40 000 mortos



Hiroshima depois da explosão da primeira bomba atômica. A bomba explodiu sobre o centro da cidade (no topo da foto, junto ao rio) reduzindo a cinzas uma área superior a cinco quilómetros quadrados



O esforço de guerra soviético num cartaz que se tornou símbolo da resistência e da vitória sobre o nazismo: «A Mãe Pátria Chama»

A VITÓRIA DE UM POVO

O objectivo essencial do nazi-fascismo jamais foi ocultado: desde as suas primeiras horas, a liquidação do movimento operário e do movimento comunista mobilizou toda a violência e toda a propaganda que os regimes de Hitler e Mussolini desencadearam. O anti-semitismo nazi, responsável por um monstruoso genocídio, não oculta que, no essencial, os governos serventuários do grande capital italiano e, sobretudo, germânico, visavam esmagar a resistência dos trabalhadores à exploração e, na natural decorrência desse objectivo, esmagar a União Soviética, país onde se ensaiava pela primeira vez na História da Humanidade, a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Liquidados os seus problemas a Ocidente e na Europa Central, confiante até ao fim na possibilidade de uma solução com a Grã-Bretanha, em 1941 Hitler lançou a sua formidável máquina de guerra contra a URSS com o declarado objectivo de transformar os territórios do Leste numa fonte de escravos e matérias-primas ao serviço do Reich que pretendia milenário.

Ao lado da Whermacht e como já acontecera na agressão que se seguira à Revolução de Outubro, participaram tropas romenas, polacas, espanholas, italianas numa gigantesca coligação anticomunista que levou as tropas invasoras às portas de Moscovo.

O poderio económico, técnico e militar do imperialismo alemão ignorou contudo a capacidade de resistência do povo russo e do regime

soviético. A Pátria russa perdeu 20 milhões dos seus filhos, não apenas nos campos de batalha, mas vítimas de massacres, deportações, assassinios e devastações sem nome. Mas em poucos meses a URSS foi capaz de gerar uma indústria de guerra que, depois de estacar a avançada nazi às portas de Moscovo, de Leninegrado, de Stalingrado, criou condições para a contra-ofensiva.

A vitória de Stalingrado marcou a decisiva viragem da guerra, consumada pela batalha de Kursk: a partir daí, o nazismo tinha

os seus dias contados. O triunfo soviético apressou o desembarque aliado da Normandia, ao tornar-se claro que o golpe decisivo dado pelo Exército Vermelho criava um equilíbrio de forças inteiramente novo na Europa. Hitler não abrandou contudo substancialmente o seu esforço de guerra a Leste e foi ainda precisa a longa caminhada até Berlim e o sacrifício de milhares de vidas para que o primeiro Estado socialista criado pelo Homem desse à Humanidade o inesquecível contributo de ter esmagado a besta nazi.



Parada da vitória em Moscovo: os estandartes das divisões hitlerianas derrotadas, em primeiro plano a sangrenta divisão das Waffen SS «Adolf Hitler»

